



Debates

Contemporâneos:

Temas interdisciplinares

Vol: 13

Gabriella Eldereti Machado
Ivanio Folmer
Organização

ARCO
EDITORES ● ● ●



Debates

Contemporâneos:

Temas interdisciplinares

Vol: 13

Gabriella Eldereti Machado
Ivanio Folmer
Organização

ARCO
EDITORES ● ● ●

Editor Chefe

Ivanio Folmer

Bibliotecária

Tábata Alves da Silva

Revisora Técnica

Gabriella Eldereti Machado

Diagramação e Projeto Gráfico

Gabriel Eldereti Machado

Imagem capa

www.canva.com

Revisão

Organizadores e Autores(as)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Profa. Dra. Alicia Eugenia Olmos - Universidad Católica de Córdoba

Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - Instituto Federal Farroupilha

Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - Universidade Cidade de São Paulo

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - Faculdade Sesi-Sp de Educação

Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - Universidade Franciscana

Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - Universidade Católica de Brasília

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - Universidade Federal do ABC

Prof. Dr. Roberto Araújo Silva - Centro Universitário Lusíada

Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - Universidade Federal do Oeste da Bahia

Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - Universidade Central “Marta Abreu” de Las Villas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Debates contemporâneos [livro eletrônico] : temas
interdisciplinares : vol. 13 / organização
Gabriella Eldereti Machado, Ivanio Folmer. --
Santa Maria, RS : Arco Editores, 2024.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5417-220-2

1. Educação 2. Educação - Aspectos sociais -
Brasil 3. Interdisciplinaridade na educação
I. Machado, Gabriella Eldereti. II. Folmer, Ivanio.

24-189693

CDD-370.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Interdisciplinaridade : Educação 370.1

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253



10.48209/978-65-5417-220-2

Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte
e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



ARCO EDITORES

Telefone: 5599723-4952

contato@arcoeditores.com

www.arcoeditores.com

APRESENTAÇÃO

Esta obra propõe dar seguimento a linha de e-books com temas interdisciplinares anteriormente publicados acerca da temática dos Debates contemporâneos ou Contemporaneidades, ora com o recorte científico e da(s) ciência(s).

A pesquisa científica nos mais diversos espaços proporcionam além de reflexões, uma tentativa de resolução de problemáticas que abrangem a nossa sociedade, desse modo, resultados de investigações, auxiliam no processo de (re) construção de um mundo com novas visões e posicionamentos.

Desse modo, compreendemos que as pesquisas contemporâneas sejam, indiscutivelmente, contribuem para o desenvolvimento do pensamento crítico além de melhorarem a vida em sociedade, propulsionando, com isso, desenvolvimento, nos mais diferentes sentidos.

O volume 13 da obra debates contemporâneos fala por si só, a obra é um espaço tempo de reflexão contínua, aberta ao diálogo, onde os autores e autoras preocupam-se em demonstrar criteriosamente, a partir de suas investigações resultados claro, concisos e enriquecedores.

Os textos foram dispostos de maneira aleatória, sendo enumerados, conforme foram submetidos e, aprovados para a composição na obra.

Desejamos proveitosas leituras e debates.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - DESMONTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO GOVERNO BOLSONARO: O CASO DO PROGRAMA CISTERNAS....9

Jackson Araujo de Sousa

Leandro Vieira Cavalcante

doi: 10.48209/978-65-5417-220-0

CAPÍTULO 2 - AS AUTORAS DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS E A DESCONSTRUÇÃO DA NATURALIZAÇÃO DAS PERSONAGENS FEMININAS HIPERSEXUALIZADAS.....26

Talita Sauer Medeiros

doi: 10.48209/978-65-5417-220-1

CAPÍTULO 3 - EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA NO BRASIL E SUAS RELAÇÕES COM OS DIREITOS HUMANOS.....46

Kercia Pompeu da Silva

doi: 10.48209/978-65-5417-220-3

CAPÍTULO 4 - AS PERFORMANCES ESPACIAIS E SUAS RELAÇÕES COM AS EXPRESSÕES HOMOERÓTICAS EM HOMENS ELEGANTES.....70

Jackeline Fernanda Ferreira Ribeiro

João Pedro da Mota

doi: 10.48209/978-65-5417-220-4

CAPÍTULO 5 - O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA LOGÍSTICA EMPRESARIAL.....86

Rodrigo Duarte Faccin

doi: 10.48209/978-65-5417-220-5

CAPÍTULO 6 - RELATO DE EXPERIÊNCIA DO RESIDENTE.....93

João Gabriel Fiorentin

doi: 10.48209/978-65-5417-220-6

CAPÍTULO 7 - PURIS, HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS DAS MONTANHAS DE NOVA FRIBURGO, RIO DE JANEIRO.....101

Atila Barros da Silva

doi: 10.48209/978-65-5417-220-7

CAPÍTULO 8 - ANÁLISE COMPARATIVA DA APLICAÇÃO DO CRÉDITO RURAL NO BRASIL: RECURSOS PARA A AGRICULTURA PATRONAL.....117

Angélica Cristina Rhoden

doi: 10.48209/978-65-5417-220-8

CAPÍTULO 9 - ANÁLISE DO ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO NORMALIZADO DO REPASSE DE ICMS EM RELAÇÃO AO PIB E OS REFLEXOS NA MATRIZ PRODUTIVA DO RIO GRANDE DO SUL.....144

Angélica Cristina Rhoden

Leandro Blass

doi: 10.48209/978-65-5417-220-9

CAPÍTULO 10 - UMA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-FILOSÓFICA DA CONSTITUCIONALIDADE DO USO RECREATIVO DA MACONHA – ANÁLISE DA INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 28 DA LEI ANTI DROGAS.....164

Alberto de Moraes Papaléo Paes

Jailton Barreiro da Costa

doi: 10.48209/978-65-5417-220-A

CAPÍTULO 11 - UM RELATO DE PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO PERFORMATIVA NO ENSINO MÉDIO: AMPLIANDO EXPERIÊNCIAS E SENTIDOS EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DO PARANÁ.....187

Mateus Martins Viudes

doi: 10.48209/978-65-5417-220-B

CAPÍTULO 12 - LIMITES DO CONSENTIMENTO E O EQUILÍBRIO ENTRE A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....195

Adriane Medianeira Toaldo

doi: 10.48209/978-65-5417-220-C

CAPÍTULO 13 - CULTURA, DIVERSIDADE E A PRODUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL: UMA INTRODUÇÃO.....212

Marco Antônio Oliveira Lima

Marlus Silva dos Santos

doi: 10.48209/978-65-5417-220-D

SOBRE OS ORGANIZADORES.....224

SOBRE OS AUTORES.....226

CAPÍTULO 1

DESMONTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO GOVERNO BOLSONARO: O CASO DO PROGRAMA CISTERNAS

Jackson Araujo de Sousa

Leandro Vieira Cavalcante

Doi: 10.48209/978-65-5417-220-0

Introdução

As políticas públicas de Convivência com o Semiárido ganharam força na cena política a partir da redemocratização brasileira, em 1985, mas conquistaram maior protagonismo social através da instituição da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) no final da década de 1990. Esta articulação congrega uma quantidade significativa de organizações da sociedade civil que atuam sob os princípios do paradigma da Convivência com o Semiárido, discutido por Silva (2008). O conjunto de organizações que compõem a ASA passou a incidir diretamente na disputa pela formulação e implementação de políticas públicas para a região do Semiárido brasileiro, algumas delas centradas na instalação de tecnologias sociais hídricas.

Como resultado da mobilização realizada ao longo da década de 1990, em 2001 é idealizado pela ASA o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas, tornando-se

uma política pública federal em 2003, o qual em 2013 foi incorporado ao Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), instituído pela Lei Nº 12.873/2013. Com isso, viabilizou-se, já a partir do primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), a construção de cisternas de placa a fim de impulsionar a descentralização do acesso à água no Semiárido, contando com recursos do Governo Federal e ampla participação social na execução, gestão e fiscalização da política.

Apesar de lançado em 2003, é a partir de 2004 que o Governo Federal reserva orçamento específico para a construção de estruturas de captação e armazenamento de água da chuva, popularmente chamadas de “cisternas de placas”. Conforme Santana e Rahal (2020, p. 158), o Programa Cisternas tem sido implementado a partir de uma estrutura de colaboração entre o “[...] governo federal, os estaduais, municipais, consórcios públicos de municípios e organizações da sociedade civil, utilizando o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal — CadÚnico para sua focalização”.

Conforme informações do Ministério do Desenvolvimento Social, atual responsável por executar o Programa Cisternas, essa política pública “tem como principal objetivo a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo”. O público do programa são famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água, cuja área prioritária de atuação é a região do Semiárido.

O programa promove a construção de cisternas familiares com capacidade para armazenar 16 mil litros de água, bem como cisternas escolares e cisternas para produção, ambas com capacidade para armazenar 52 mil litros. A construção de cisternas familiares de água para consumo é viabilizada pelo Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), as de produção pelo Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) e as escolares pelo Programa Cisternas nas Escolas (PCE), que juntos compõem o Programa Cisternas.

Todavia, apesar dos ganhos sociais acumulados advindos da garantia do acesso à água na região, observa-se uma significativa descontinuidade das políticas públicas de Convivência com o Semiárido no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), por meio de um desmonte progressivo do Programa Cisternas, o qual pode ser observado pelo decréscimo considerável da quantidade de novas cisternas construídas durante sua gestão e pela redução de aportes financeiros para manter as tecnologias já instaladas.

Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho é discutir o desmonte das políticas públicas de Convivência com o Semiárido pelo governo Bolsonaro, com ênfase no Programa Cisternas, face à redução da quantidade de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água construídas com recursos do Governo Federal. Espera-se demonstrar as evidências que comprovam o desmonte do Programa Cisternas durante a gestão Bolsonaro, o qual impactou diretamente as condições de vida da população rural do Semiárido, já que se restringiu os meios para assegurar o armazenamento de água.

Metodologia

A metodologia comportou quatro atividades principais que permitiram evidenciar o cenário de desmonte do Programa Cisternas pelo governo Bolsonaro. Trata-se de um trabalho de natureza quali-quantitativa, recorrendo à revisão bibliográfica e documental, sistematização de informações noticiadas pela imprensa e análise descritiva de dados oficiais sobre a implantação de cisternas.

O levantamento bibliográfico foi realizado mediante consulta a trabalhos acadêmicos que discorrem sobre desmonte de políticas públicas, Convivência com o Semiárido, Programa Cisternas e governo Bolsonaro. Já a revisão documental concentrou-se no levantamento e análise de materiais de divulgação e comunicação popular produzidos pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), a considerar diagnósticos, notas técnicas, cartas abertas e entrevistas, que evidenciam o progressivo desmonte das políticas públicas.

Por fim, sistematizou-se e analisou-se os dados oficiais do Programa Cisternas disponibilizados para livre acesso através da Plataforma VIS DATA 3 Beta, gerenciada pelo então Ministério da Cidadania do governo Bolsonaro, por meio da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Os dados versam sobre o total acumulado de cisternas entregues, a considerar as três diferentes tipologias de cisternas (consumo, produção e escolar, referentes aos programas P1MC, P1+2 e PCE, respectivamente). Os dados cobrem um intervalo temporal de janeiro de 2004 a dezembro de 2022.

Desmonte de Políticas Públicas e/no Governo Bolsonaro

De modo geral, desmonte de políticas públicas (*policy dismantling*) refere-se a uma descontinuidade ou desmantelamento de políticas públicas. Bauer e Knill (2012, p. 35) definem esse processo como “uma mudança de natureza direta, indireta, oculta ou simbólica que diminui o número de políticas numa determinada área”, de modo a reduzir os instrumentos de política utilizados e/ou diminuir a sua intensidade, bem como a capacidade de implementação e acompanhamento da política, resultando em prejuízos para a oferta de serviços públicos.

Para os supracitados autores, o desmonte de políticas públicas decorre impreterivelmente de mudanças políticas, podendo envolver cortes, reduções ou até mesmo a eliminação completa das políticas existentes, onde gestores do executivo e do legislativo exercem um papel central na continuidade ou não de políticas públicas herdadas de governos anteriores. Tais gestores são descritos em Bauer e Knill (2012) como “decisores políticos”, os quais definem os rumos das políticas - no caso do Programa Cisternas, considera-se o próprio presidente Jair Bolsonaro e seus assessores, além dos ministros que assumiram o Ministério da Cidadania e seu conjunto de técnicos.

Nesse sentido, Mello (2022) assegura que as políticas públicas não estão imunes à mudanças sociais, políticas e econômicas, visto que questões vin-

culadas ao ambiente institucional, à mudanças na correlação de forças entre as diferentes esferas de poder, à emergência de crises (políticas, econômicas, sanitárias etc.) ou mesmo às relações de conflito entre os atores que participam da arena de produção e execução de políticas públicas possuem impacto direto sobre as condições de estabilidade da ação governamental, guiando os rumos da continuidade das políticas públicas e de suas formas de gestão.

Nicolás e Zimmermann (2021), com base em Bauer et al. (2012), consideram o desmonte como um “tipo particular de mudança” de políticas públicas, o qual incide diretamente no ciclo de políticas públicas com alterações nos âmbitos de seus instrumentos e dinâmicas. Para Nicolás e Zimmermann (2021, p. 166), em distintos contextos, “os políticos usam diferentes estratégias de desmonte, que podem ser adotadas de forma isolada ou combinadas”, mas que reverberam na tomada de decisões que cabem às políticas públicas.

Referindo-se ao contexto brasileiro, Nicolás e Zimmermann (2021) asseguram que no decorrer dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), embora com divergências em vários aspectos e estratégias, não houve mudanças radicais no desenho das políticas públicas adotadas, apesar da maior incidência de políticas sociais observadas nos governos Lula e Dilma. Porém, as autoras afirmam que esse cenário foi profundamente alterado a partir dos governos de Michel Temer (2016-2018) e, principalmente, de Jair Bolsonaro (2019-2022), quando a “série histórica de construção e institucionalidade das políticas públicas entrou em colapso” (NICOLÁS; ZIMMERMANN, 2021, p. 171).

No que se refere especificamente ao desmonte de políticas públicas durante o governo Bolsonaro, autores(as) como Zimmermann e Cruz (2022) discutem algumas das várias nuances que perpassam pela quantidade e intensidade do desmonte; e igualmente concordam com a gravidade do desmonte não apenas das políticas, mas do próprio Estado em si. De modo geral, avalia-se que neste período o Brasil foi palco de um conjunto de ações coordenadas e

responsáveis pelos mais diversos tipos de desmontes de políticas, resultando até mesmo na extinção de algumas e na substituição de outras.

Apesar de seguirem distintos ritos de desmonte, alguns aspectos em comum são ressaltados no âmbito do desmonte de políticas públicas de desenvolvimento rural pelo governo Bolsonaro, a exemplo: da perda de recursos orçamentários e austeridade fiscal; de questões meramente ideológicas; da vinculação estrita do poder executivo federal com o agronegócio; de rearranjos políticos e institucionais; do desmonte do próprio Estado; da limitação da participação popular na tomada de decisões; da reformulação na composição dos Ministérios; entre outros. Isso tudo associado a “uma visão muito mais conservadora da dimensão rural brasileira e ambientalmente bastante questionável” (LEITE, 2021, p. 261).

É nesse contexto mais amplo que se insere o desmonte do Programa Cisternas, que não foi a única política pública sob ataque durante o governo Bolsonaro, o qual, na avaliação de Leite (2021) e Lourenço, Grisa e Schmitt (2022), deu continuidade e agravou o processo de disrupção das políticas em curso desde o impeachment da presidenta Dilma. No entanto, para compreender esse processo, é preciso primeiro aprofundar o entendimento acerca do Programa Cisternas para, posteriormente, apresentar evidências a respeito do seu desmonte.

Aspectos Gerais do Programa Cisternas

O debate acerca das diferentes esferas da Convivência com o Semiárido demarcou, a partir do final dos anos 1990, a proposição de políticas públicas contextualizadas e que atendessem diretamente os objetivos comuns defendidos pelos sujeitos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil da região reunidos em fóruns de debates e de articulação política. As discussões em torno das garantias de acesso à água para a população rural do Semiárido foram elencadas como prioritárias, diante da emergência relacionada à injustiça

hídrica observada nas comunidades, resultando na disseminação de tecnologias sociais por toda a região (SILVA, 2008).

Dentre as tecnologias sociais mais difundidas no Semiárido estão aquelas que recebem o qualificativo “hídricas”, tais como a bomba d’água popular, o barreiro trincheira, a cisterna calçadão, a cisterna enxurrada, o tanque de pedra e, a mais difundida e que ganhou mais visibilidade, a cisterna de placas de 16 mil litros, destinada ao consumo familiar. As tecnologias sociais de captação e armazenamento de água se constituem como importantes instrumentos de promoção do acesso à água para as populações rurais do Semiárido, a exemplo das cisternas de placa, cuja instalação foi possibilitada por meio de políticas públicas implementadas com vistas a garantir, sobretudo, segurança hídrica para as famílias da região (SANTANA; RAHAL, 2020).

No contexto de forte mobilização social no Semiárido, diante da atuação em rede de coletivos e organizações da sociedade civil, a pauta das tecnologias sociais hídricas assumiu maior protagonismo e passou a ser politicamente defendida enquanto uma política pública de importante relevância para a região. É nesse preâmbulo que se dá a criação do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), financiado desde 2003, mas instituído apenas em 2013, que contribuiu com a difusão da construção de tecnologias sociais hídricas por todo o Semiárido, possível por meio de recursos federais destinados aos programas P1MC, P1+2 e PCE, que compõem o Programa Cisternas.

De acordo com Macêdo (2022, p. 236), a política de construção de cisternas apresentou-se como a principal ação do Governo Federal desde 2003 voltada para a questão da Convivência com o Semiárido, além de que foi incorporada como elemento principal dos programas de segurança alimentar e nutricional e faz parte da estratégia das políticas de combate à pobreza junto às famílias beneficiadas. É tanto que, no primeiro ano do governo Lula, a construção de cisternas no Semiárido fazia parte do conjunto de ações previstas pelo Programa Fome Zero.

Segundo evidenciado por autores(as) como Santana e Rahal (2020) e Arsky (2020), os impactos sociais do Programa Cisternas já são amplamente conhecidos. Tais estudos demonstram que a instalação das tecnologias sociais hídricas proporcionou de maneira significativa a melhoria da qualidade da água consumida pelas famílias, associada à diminuição da ocorrência de doenças de veiculação hídrica, redução do tempo e do esforço despendido para buscar água diariamente (atividade desempenhada principalmente por mulheres e crianças), realização de pequenos cultivos nos arredores das casas, ampliação do associativismo e da mobilização política, entre outros. Além disso, na implantação das cisternas a economia local é também dinamizada, com impactos nas comunidades e no próprio município.

Mesmo diante da importância social evidenciada com a efetivação dessa política pública, entendida enquanto indispensável para garantir acesso à água para as populações rurais do Semiárido, o quantitativo de tecnologias sociais hídricas implementadas pelo Governo Federal caiu drasticamente nos últimos anos. Isso permite observar um cenário de progressivo desmonte do Programa Cisternas, como será discutido na sequência.

O Desmonte do Programa Cisternas no Governo Bolsonaro

Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), as políticas de Convivência com o Semiárido sofreram uma dura tentativa de desmonte, particularmente aquelas destinadas à construção de tecnologias sociais hídricas, como o Programa Cisternas. Estudos prévios já realizados por Andrade (2020), Vale (2020) e Macêdo (2022) discorrem sobre algumas das nuances relacionadas a esse desmonte em específico, de modo a evidenciar que o programa “foi praticamente paralisado na gestão Bolsonaro”, conforme constatado por Lourenço, Grisa e Schmitt (2022, p. 40).

Esse processo não foge à regra do que foi observado na chamada “agenda política da terra” do governo Bolsonaro, nos termos de Sauer, Leite e Tubino

(2020), responsável pelo dismantelamento e desinstitucionalização de uma série de políticas públicas para o campo, em âmbitos produtivos, alimentares, hídricos, fundiários, sociais e ambientais. Para Sauer, Leite e Tubino (2020, p. 286), o governo Bolsonaro procurou “aplicar uma agenda econômica ultra-neoliberal, que inclui o sucateamento, desmonte e descaracterização do aparelho estatal”, com consequências para as políticas públicas voltadas para o campo, em que se insere o Programa Cisternas e um conjunto de demais políticas sociais.

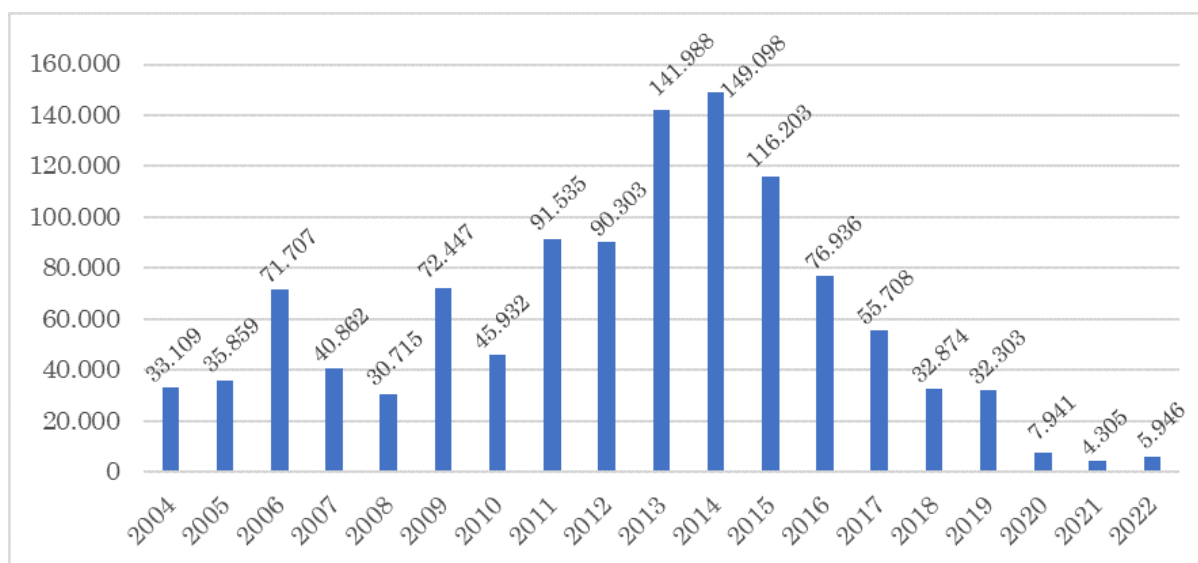
Isso reflete, entre outros, uma tentativa de “reforçar a hegemonia do modelo de produção de monocultivos em larga escala para exportação de commodities”, associado a uma necropolítica direcionada aos povos indígenas, quilombolas e camponeses, como afirmam Sauer, Leite e Tubino (2020, p. 300). Paralelo a esse processo, notabiliza-se o desmonte recente de políticas públicas de agricultura familiar e desenvolvimento rural praticado de modo orquestrado pelo governo Bolsonaro, já anteriormente mencionadas.

De acordo com Andrade (2020, p. 237), a nova coalizão governamental da gestão Bolsonaro atuou de três formas distintas, embora interligadas, de modo a promover incertezas quanto à sobrevivência do Programa Cisternas. São elas: i) manutenção da política de contingenciamento de gastos; ii) forte oposição ideológica; iii) restrição do relacionamento entre a sociedade civil e o governo federal. Na avaliação da autora, a paralisação do Programa Cisternas deu-se por “motivos políticos-ideológicos”, particularmente porque muitas das políticas sociais foram vistas pelo governo Bolsonaro como “políticas de esquerda”, as quais necessitariam ser cortadas, a despeito de seus impactos sociais.

Nesse sentido, a análise dos dados fornecidos pelo então Ministério da Cidadania evidencia uma diminuição significativa no quantitativo de cisternas construídas pelo Governo Federal, de modo notável a partir do início da gestão Bolsonaro (Gráfico 1). Ao comparar a soma de cisternas implantadas entre

janeiro de 2019 e dezembro de 2022 (50.495 unidades), esse montante corresponde a aproximadamente 33,8% do quantitativo de cisternas implantadas somente no ano de 2014 (149.098 unidades), quando houve um recorde de novas tecnologias sociais hídricas entregues.

Gráfico 1 – Quantidade total de cisternas entregues pelo Programa Cisternas, por ano



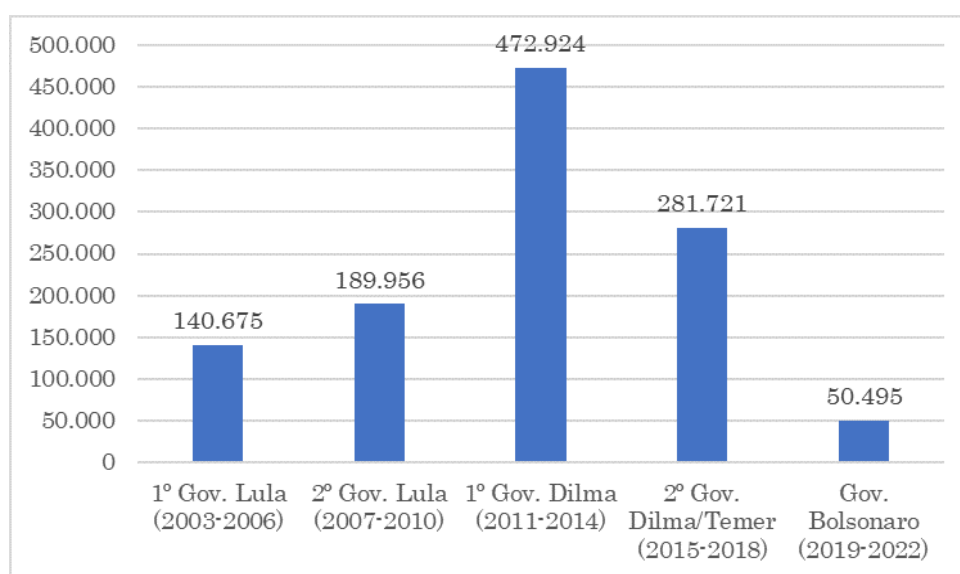
Fonte: Ministério da Cidadania (2023). Elaborado pelos autores.

Fica evidente que os piores anos referentes à construção de cisternas foram durante o governo Bolsonaro, registrando-se aproximadamente 50,5 mil cisternas entregues, das quais mais de 32 mil, ou quase 64%, foram construídas em 2019, com recursos liberados por governos anteriores. Os dados relacionados ao ano de 2021 mostram que este foi o pior ano registrado pela série histórica, quando foram implantadas apenas 4.305 cisternas, o que representa a menor quantidade anual desde o início do programa, em 2003. Depara-se, portanto, com o pior cenário desde o surgimento do Programa Cisternas, caracterizando o processo de “desmantelamento ativo” da política diante da quase completa paralisação na construção e entrega de novas cisternas.

Com a análise do Gráfico 2, na sequência, fica ainda mais evidente a avaliação acima realizada. O ápice dos investimentos nos projetos de convi-

vência foi registrado, como mostram os números, no primeiro mandato de Dilma, quando foram implantadas pouco menos de 473 mil cisternas, seguido do mandato Dilma/Temer, segundo e primeiro mandato de Lula, respectivamente. O governo de Bolsonaro apresentou os piores números em termos de cisternas implantadas, comprometendo a execução e expansão das políticas de Convivência com o Semiárido.

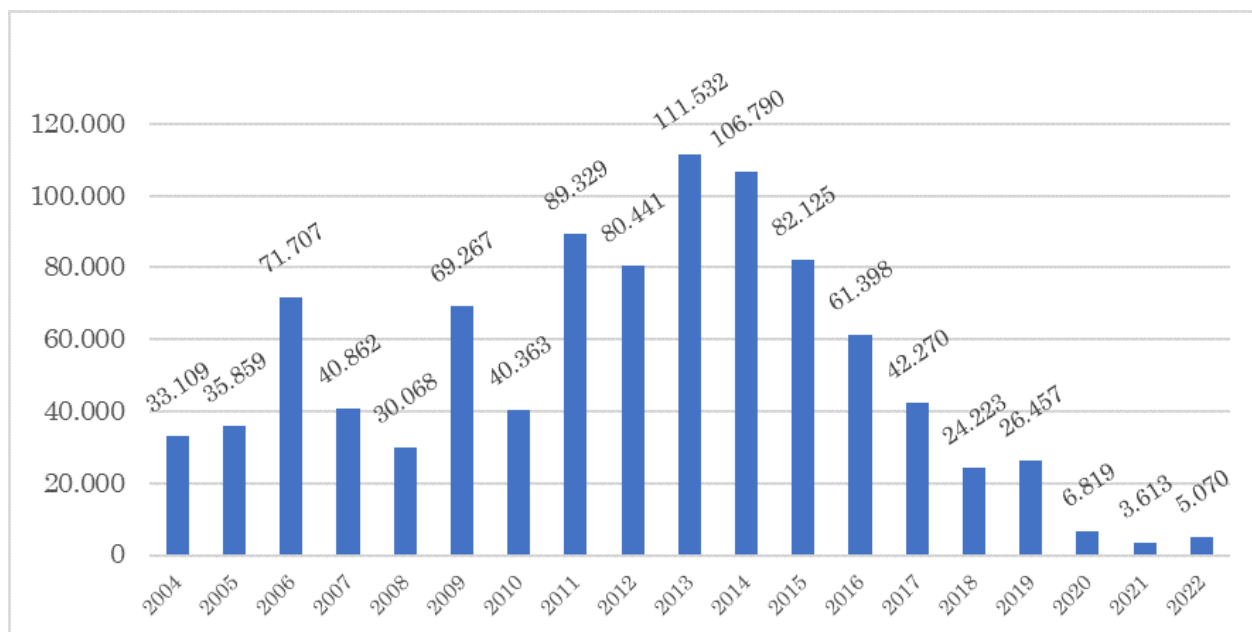
Gráfico 2 – Quantidade total de cisternas entregues pelo Programa Cisternas, por governo



Fonte: Ministério da Cidadania (2023). Elaborado pelos autores.

No Gráfico 3, por sua vez, evidencia-se o quantitativo de cisternas de 16 mil litros entregues através do Programa Cisternas a cada ano. Infere-se que as cisternas entregues em 2019 advêm de recursos liberados em anos anteriores (MACÊDO, 2022). Já nos anos seguintes, pode-se perceber a significativa redução do número de cisternas de consumo construídas pelo governo Bolsonaro, sobretudo em 2021, havendo um tímido aumento na quantidade de cisternas implantadas em 2022. Nos últimos três anos foram entregues apenas 15 mil cisternas de consumo. Essa expressiva redução recente constitui-se como resultado da diminuição intensa de investimentos que seriam utilizados para viabilizar a continuidade da política.

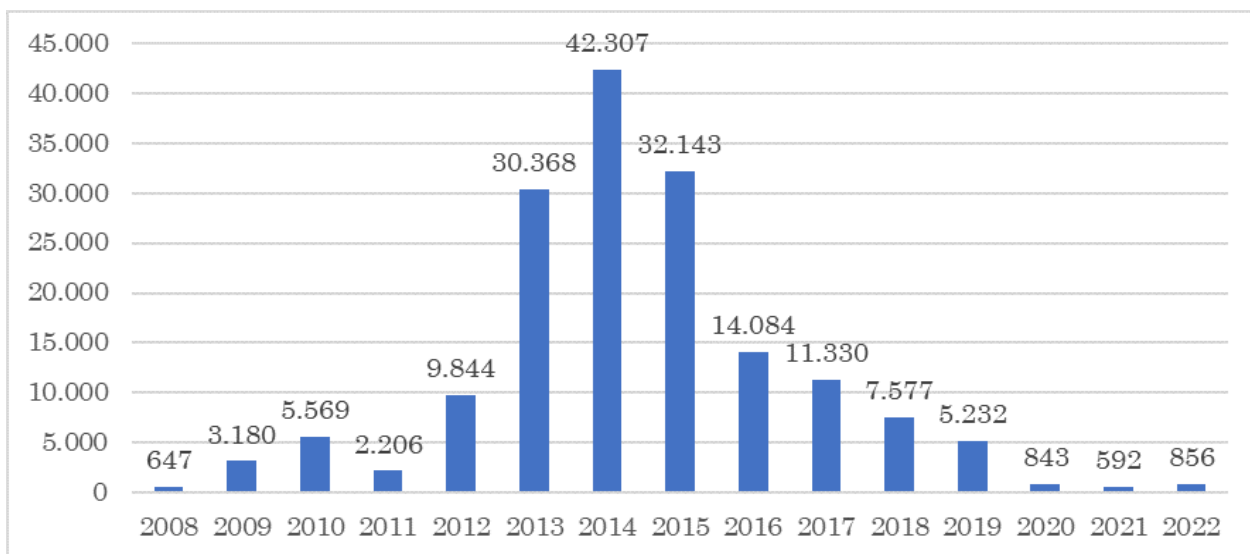
Gráfico 3 – Quantidade de cisternas de consumo entregues pelo Programa Cisternas, por ano



Fonte: Ministério da Cidadania (2023). Elaborado pelos autores.

O mesmo padrão de diminuição na quantidade de cisternas de consumo é registrado quanto às cisternas de produção e às cisternas escolares. No Gráfico 4, identifica-se que a quantidade de cisternas de 52 mil litros implantadas nos quatro anos de governo Bolsonaro representou apenas 17,7% (7.523 unidades) do observado em 2014, ano em que foram instaladas a maior quantidade desse tipo de cisterna (42.307 unidades). A redução fica mais evidente a partir de 2020, visto que, como já mencionado, as cisternas implantadas em 2019 foram financiadas com recursos liberados no ano anterior. Em 2021, por exemplo, entregou-se a menor quantidade de cisternas de produção de toda a série histórica.

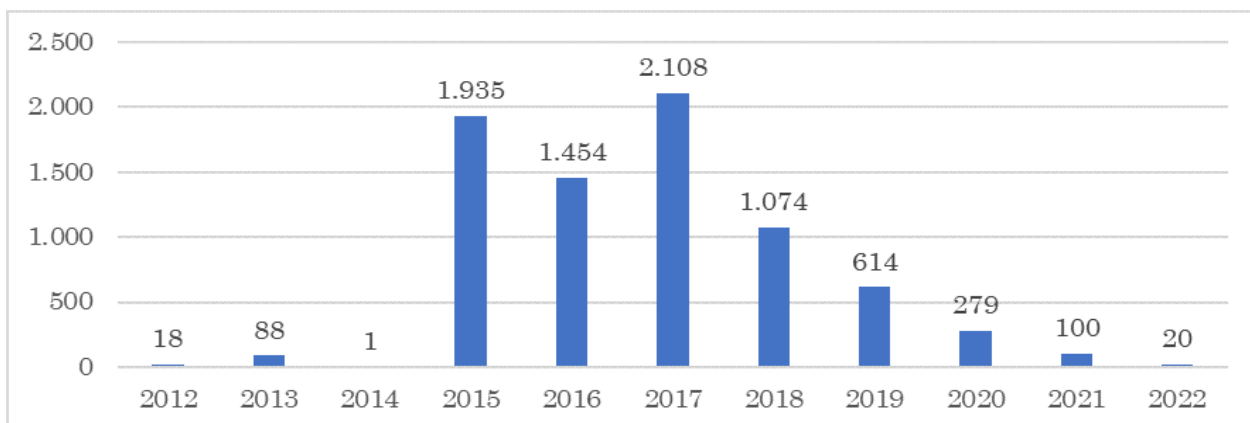
Gráfico 4 – Quantidade de cisternas de produção entregues pelo Programa Cisternas, por ano



Fonte: Ministério da Cidadania (2023). Elaborado pelos autores.

Através dos dados indicados no Gráfico 5, percebe-se que a partir de 2015 o Programa Cisterna nas Escolas ganhou mais importância em termos de quantidade de cisternas implantadas, mas diminuindo significativamente a partir de 2018 e nos quatro anos do governo Bolsonaro, quando pouquíssimas escolas foram contempladas com essa importante tecnologia voltada a garantir segurança hídrica aos ambientes de ensino e aprendizagem. A soma de cisternas escolares implantadas pelo governo Bolsonaro representa pouco mais de 48% do quantitativo de cisternas instaladas somente no ano de 2017. Em 2022, por exemplo, apenas 20 escolas foram contempladas com cisternas.

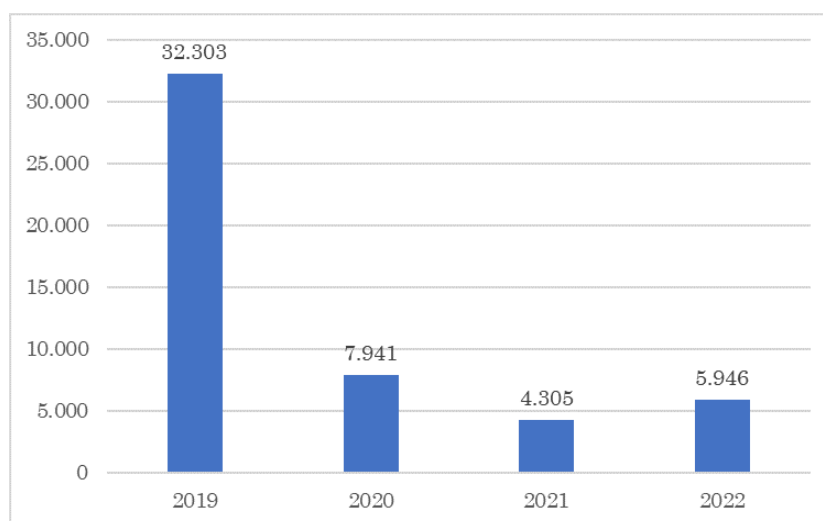
Gráfico 5 – Quantidade de cisternas escolares entregues pelo Programa Cisternas, por ano.



Fonte: Ministério da Cidadania (2023). Elaborado pelos autores.

Considerando especificamente o governo Bolsonaro, no Gráfico 6 insere-se a quantidade total de cisternas implantadas entre 2019 e 2022. Durante sua gestão, percebe-se que o ano em que teve o maior quantitativo de cisternas instaladas foi em 2019, mas os recursos utilizados para a sua construção foram provenientes de dotação orçamentária definida pela gestão anterior. Após 2019, a quantidade de cisternas instaladas foi drasticamente reduzida se comparada ao primeiro ano do governo - e ainda mais irrisória quando observada a série histórica do programa.

Gráfico 6 – Quantidade total de cisternas entregues pelo Programa Cisternas durante o governo Bolsonaro, por ano



Fonte: Ministério da Cidadania (2023). Elaborado pelos autores.

Conclusão

Percebe-se, diante dos dados apresentados, a situação de “vulnerabilidade induzida” à população do Semiárido mediante desmonte de programas fundamentais para a garantia do abastecimento hídrico, responsáveis por assegurar melhores condições de vida para as famílias da zona rural e possibilitar uma cidadania plena de direitos. Nesse sentido, o desmonte das políticas públicas de Convivência com o Semiárido pelo governo Bolsonaro, em especial o Programa Cisternas, implica em inúmeros desafios para a região, afetando diretamente a continuidade das ações e dos projetos implementados nas duas últimas décadas e limitando o fortalecimento da autonomia política e financeira da população, trazendo impactos diretos no que se refere ao acesso à água.

Baseando-se no referencial teórico do *policy dismantling*, defende-se que o desmonte do Programa Cisternas se insere no que Sabourin (2022, p. 149) chama de “desmantelamento ativo”, que se dá enquanto “os governantes estão convictos de que as ações de desmantelamento são a decisão mais apropriada e vantajosa para eles e os interesses que defendem, quer por razões políticas e eleitorais, quer por razões ideológicas”. A partir desse entendimento, pode-se afirmar que o Programa Cisternas ainda existe no papel, mas na prática sem ações que garantam a sua continuidade.

O futuro do Semiárido passa também pela retomada dos investimentos para a construção de novas cisternas, bem como pela defesa política da continuidade do Programa Cisternas e de todas as ações realizadas no âmbito das políticas públicas de Convivência com o Semiárido, já validadas pela população da região e apontadas como importantes instrumentos de autonomia e mobilização social, mas que padecem diante do desmantelamento empreendido pelo governo Bolsonaro. Sem novos investimentos para o Programa Cister-

nas, adiam-se as expectativas para a afirmação de uma plena soberania hídrica, alimentar, produtiva, financeira e política do Semiárido e para a superação da pobreza, da miséria e da fome na região.

Referências

ANDRADE, Marina Lazarotto de. **Cisternas de água para beber**: um estudo sobre mudança política e institucional através do Advocacy Coalition Framework. 2020. 271 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

ARSKY, Igor da Costa. Os efeitos do Programa Cisternas no acesso à água no Semiárido. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 55, p. 408-432, 2020.

BAUER, Michael *et al.* (Org.). **Dismantling public policy**: preferences, strategies, and effects. Oxford: OUP, 2012.

BAUER, Michael; KNILL, Christoph. Understanding policy dismantling: an analytical framework. *In*: BAUER, Michael *et al.* (Org.). **Dismantling public policy**: preferences, strategies, and effects. Oxford: OUP, 2012. p. 30-51.

LEITE, Sérgio Pereira. Desmonte de políticas de desenvolvimento rural no Brasil. *In*: NICOLÁS, Maria Alejandra; GAITÁN, Flávio. (Org.). **Desmonte do Estado e retração da cidadania**: pensando alternativas de proteção social. Rio de Janeiro: INCT/PPED, 2021. p. 252-276.

LOURENÇO, Andréia Vigolo; GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia Job. Políticas públicas voltadas às/aos trabalhadoras/es do campo, das florestas e das águas: precedentes e desmontes. *In*: LOURENÇO, Andréia Vigolo *et al.* (Org.). **Brasil, do flagelo da fome ao futuro agroecológico**: uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2022. p. 9-47.

MACÊDO, Ramon Novaes de. Governo Bolsonaro e o desmonte do programa cisternas no semiárido brasileiro. *In*: ZIMMERMANN, Clovis Roberto; CRUZ, Danilo Uzêda da (Org.). **Políticas sociais no governo Bolsonaro**: entre descasos, retrocessos e desmontes. Buenos Aires: Clasco, 2022. p. 227-252.

MELLO, Janine. **Caminhos do desmonte de políticas no Brasil: condicionantes e hipóteses**. Rio de Janeiro: IPEA, 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Programa Cisternas - Água para Consumo, Produção e Escolar**. Plataforma Vis Data 3 Beta. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php> Acesso em: 08 fev. 2023.

NICOLÁS, Maria Alejandra; ZIMMERMANN, Silvia. O desmonte (policy dismantling) no campo da análise das políticas públicas. In: NICOLÁS, Maria Alejandra; GAITÁN, Flávio. (Org.). **Desmonte do Estado e retração da cidadania: pensando alternativas de proteção social**. Rio de Janeiro: INCT/PPED, 2021. p. 152-188.

SABOURIN, Eric. Desmonte de políticas públicas de agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil e no Mercosul. In: PERAFÁN, Mireya Valencia *et al.* (Org.). **Desenvolvimento territorial, sistemas agroalimentares e agricultura familiar**. São Leopoldo: Oikos, 2022. p. 147-164.

SANTANA, Vitor Leal; RAHAL, Lilian dos Santos. Tecnologias sociais como impulso para o acesso à água e o desenvolvimento sustentável no meio rural brasileiro: a experiência do Programa Cisternas. In: GRAMKOW, Camila (Org.). **Investimentos transformadores para um estilo de desenvolvimento sustentável: estudos de casos de grande impulso (*Big Push*) para a sustentabilidade no Brasil**. Santiago: CEPAL, 2020. p. 155-169.

SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Zuniga; TUBINO, Nilton Luís. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da Anpege**, Dourados, v. 16, n. 29, p. 285-318, 2020.

SILVA, Roberto Marinho Alves. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

VALE, Eliane Pereira de Almeida. **O “desmonte” das políticas públicas de convivência com o semiárido: o Estado e a Articulação do Semiárido Brasileiro entre 2014-2019**. 2020. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.

ZIMMERMANN, Clovis Roberto; CRUZ, Danilo Uzêda da (Org.). **Políticas sociais no governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes**. Buenos Aires: Clacso, 2022.

CAPÍTULO 2

AS AUTORAS DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS E A DESCONSTRUÇÃO DA NATURALIZAÇÃO DAS PERSONAGENS FEMININAS HIPERSEXUALIZADAS¹

Talita Sauer Medeiros

Doi: 10.48209/978-65-5417-220-1

Introdução

A arte sempre esteve presente na vida das mulheres, porém, por muito tempo o lugar destinado a elas foi o de musa, contudo, as mulheres transbordam esses limites e encontram maneiras de desenvolver suas artes, a custas de romper e contestar normas e papéis sociais.

O século XX traz consigo maior liberdade de criação para as mulheres artistas e maior protagonismo sobre a imagem representada delas. Porém observaremos que as artes modernas e contemporâneas - como as histórias em quadrinhos - ainda são carregadas de preconceitos e limitações às mulheres, *outsiders* numa profissão marcada por uma maioria de profissionais e leitores masculinos que imprimiram sua perspectiva no segmento.

¹ Parte dessa discussão está no capítulo seis “As mulheres nos quadrinhos do *mainstream*, as grandes produtoras e suas representações do feminino” da tese de doutorado da autora. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216723?show=full> Acesso em 10 dez 2022.

As quadrinistas precisaram forjar os seus lugares como artistas e o fizeram bravamente, contestando e provocando reações em vários pontos, um deles se refere à estética hipersexualizada comumente usada no gênero do quadrinho *mainstream*, algo recorrente em publicações até os anos 1990.

Acreditamos que o trabalho de muitas autoras contemporâneas trouxe polifonia e novas formas de representação nas histórias em quadrinhos, como a menor sexualização das personagens e o questionamento de práticas sexistas no segmento.

Desenvolvimento – Arte e Poder

A arte foi por muito tempo considerada como um espaço masculino. Para Marcelle Marini (1991) não apenas a arte, mas a cultura foi por muito tempo tratada como um *feudo de homens*. A autora discute o lugar da mulher na produção cultural e nos coloca que a insatisfação feminina frente a essa situação vem de longa data:

[...] elas denunciam o fato de os homens reservarem para si próprios, *de pleno direito*, a produção e o controle da cultura. Obrigados pelas transformações socioeconômicas e socioculturais a tolerar a presença crescente das mulheres neste território, eles continuam a considerá-lo como seu feudo. Consumidoras ou auxiliares, sim; criadoras, não, ou então a título excepcional, dentro dos limites rigorosamente definidos, sem nada alterar aos valores ditos comuns, de que o homem, por natureza e/ou por herança histórica, seria o único responsável. A concentração das mulheres em setores considerados inferiores seria apenas o aspecto atual do ostracismo que as atinge, a elas e às suas obras, desde há séculos (Cf. MARINI, 1991, p. 353).

Se em outros tempos pesava sobre a mulher artista interditos como a limitação no acesso às principais instituições de ensino, a coibição do desenho do nu ou a atribuição das artes aplicadas e domésticas como próprias das mulheres. Segundo Silvette Aparecida Crippa de Araújo (2015) no século XX as coisas melhoraram para as mulheres, porém, concorda com Michelle Perrot

que pondera: “mas sem sobressaltos” (PERROT, 2013, p. 104). Isso porque “se analisadas e perquiridas com rigor encontramos um jogo de poder, a divisão entre aqueles que detêm capital social e cultural os ‘estabelecidos’ e aqueles que vão tentando se estabelecer, os ‘outsiders’” (ARAÚJO, 2015, n.p.), que ainda perdura no mundo das artes.

Pode-se dizer que o meio das histórias em quadrinhos por muito tempo foi um *clube do Bolinha*, no qual, predominou tanto a atuação masculina, quanto a crença de que as mulheres não se interessavam por esse produto, fosse como consumidoras, ou ainda menos, como produtoras. O que percebemos é que ainda nos dias de hoje, a ausência forçada da mulher que lhes limita o trabalho artístico não foi de todo resolvida. Na esfera dos quadrinhos o fato de ser mulher ainda lhes rouba em grande medida a atuação, impondo-lhes dificuldades e limitações. Circunstância que se dá devido a estruturação do meio como um segmento no qual desde seu início a atuação masculina foi predominante. O fato de os homens constituírem a maior parte dos artistas gráficos e escritores de sucesso, assim como, de seu público consumidor, fez com que a indústria dos quadrinhos acabasse dominada pelos homens e dificultou consideravelmente o acesso das quadrinistas e leitoras a esse mundo. Forjando-se um senso comum de que os quadrinhos são produzidos apenas por homens e para os homens.

Assim, entre as manifestações artísticas modernas e contemporâneas, as histórias em quadrinhos foram - e em grande medida ainda são - uma arte supostamente pertencente ao universo dos homens. Antoni Guiral pontua que “A ninguém escapa que os quadrinhos tem sido tradicionalmente uma indústria de homens, editada por machos, realizada por senhores e destinada a leitores masculinos.” (GUIRAL, 2017, p. 9). E isso tem consequências.

Como são os homens que dominam o campo das artes, produzem mais e instituem seus cânones. Na arte quem “*dá as cartas*” são os homens (ou foi assim por muito tempo). A forma como a sexualidade feminina aparece nas

artes do Ocidente é bastante representativa desse pensamento. Luciana Gruppelli Loponte (1999) analisa como a sexualidade feminina é colocada em discurso através das imagens produzidas pela arte ocidental. Se os artistas homens são a maioria e determinam como deve ser a arte produzida, é a partir de seu olhar – de um olhar masculino – que se produz as imagens das mulheres.

Loponte enfatiza que esse tipo de prática produz imagens que servem a uma pedagogia do feminino, que influem na sexualidade das mulheres. Pontua que “a sexualidade é moldada e definida por diferentes práticas discursivas como as artes visuais” (LOPONTE, 1999, p. 284). Segundo a autora se estabelece uma “pedagogia visual que legitima o corpo feminino como objeto de contemplação, tornando esse modo de ver como a única ‘verdade’ possível” (LOPONTE, 1999, p. 284).

Assim como Loponte, John Berger (1999) nos mostra como as mulheres nas artes aparecem, por muito tempo, filtradas por um olhar masculino. “Na história da arte ocidental, os corpos femininos são um tema recorrente, construindo e consolidado através de pinturas e esculturas um olhar masculino sobre a imagem das mulheres” (LOPONTE, 1999, p. 285).²

Berger (1999) enfatiza o quanto a representação das mulheres na arte ocidental solidifica uma imagem feminina de passividade, de submissão a um olhar masculino, tanto ao artista, quanto ao espectador preferencial. Segundo Berger os papéis vão se delimitando na arte, segundo os quais: “os homens atuam e as mulheres aparecem”. Berger expõe que dessa forma o protagonista principal da obra, independe de haver apenas mulheres representadas, é um

2 Como exemplos desse olhar masculino podemos citar as obras *Luncheon on the Grass/ Olympia e Almoço na relva* de Édouard Manet produzida em 1863 e em *Les demoiselles d'Avignon /As Senhoritas de Avignon* de Pablo Picasso, 1907. Na obra de Manet em seu almoço na relva, a figura feminina aparece nua, com o olhar voltado para o expectador da tela – encara o olhar masculino para o qual foi pintada. Já a pintura de Picasso representa cinco mulheres nuas com figuras compostas por planos e faces desfiguradas, sendo o Avignon do título da obra uma rua de Barcelona famosa por seu bordel. A partir de obras como estas, marcos de seus períodos, o olhar masculino vai se constituindo como a *arte universal*, “uma história particular, que sistematicamente vem privilegiando um determinado modo de ver como o único possível” (LOPONTE, 1999, p. 285- 286).

expectador masculino para o qual a obra é endereçada. Considera assim, que tanto o expectador, quanto o possível comprador, embora nunca apareçam na pintura, seriam seus verdadeiros protagonistas.³

O discurso mais comum que chega até nós sobre a arte (...) ainda é a interpretação pertencente a um sistema de significação muito particular, no qual um certo modo de ver masculino é dominante. Através de representações artísticas e da produção de sentidos em torno dessas representações exerce-se o poder. Poder este que de uma forma não unitária, estável ou fixa vem privilegiando e reforçando um determinado ‘olhar masculino’. Poder que, sem dúvida, produz efeitos nos nossos modos de ver e entender questões de gênero e sexualidades (LOPONTE, 1999, p. 285).

Esse olhar e essa posição da mulher como objeto do olhar e não como produtora das artes está relacionada à esfera do poder. Loponte ressalta que há uma conexão muito estreita entre visão e poder. “O ato de ver - que envolve o que selecionamos para ver e como vemos - produz efeitos sobre os sujeitos, produz relações de poder, muitas vezes de forma sutil e sedutora” (LOPONTE, 2002, p. 290). Assim, como destaca Tomaz Tadeu da Silva é “pelo olhar que o homem transforma a mulher em objeto: imobilizada e disponível para o seu desfrute e consumo” (SILVA, 1999, p. 62).

Resultados e Discussão – A Imagem Reinvidicada

No momento da pintura a óleo europeia as mulheres foram o principal tema, em especial na pintura do nu. Por questões relativas a moralidade não se permitia que as artistas frequentassem aulas com modelos vivos posando nus, sendo esse tipo de pintura reservado aos homens. Assim foi o olhar masculino que constituiu a forma de representar as mulheres. Michelle Perrot salienta que o “nu, esse tabu absoluto, foi a conquista das mulheres no século XX” (PERROT, 2013, p. 102), já que durante muito tempo o nu feminino esteve relacionado ao homem e não à mulher.

3 Nesse viés podemos citar a tela *L'Origine du monde*/ A origem do mundo de Gustave Courbet (1866), que embora retrate uma vulva feminina, não é a mulher a protagonista da obra, mas sim, o expectador/ comprador, ou seja, o homem.

Figura 1 – Em sua autobiografia a quadrinista francesa Chantal Montellier reflexiona se as condições de atuação da mulher nas artes teriam se alterado desde o século XIX.

Chantal aparece em primeiro plano desenhando, no fundo uma fotografia na qual uma única mulher, uma modelo vivo, a musa, aparece cercada por dezenas de homens, os artistas. Sob a imagem a *inscrição* *La norme, version beaux-arts, au xixe siècle* (A norma, versão Belas Artes, no século XIX), no balão de pensamento: *Est-ce que ça a tellement changé?* (E será que isso mudou?).



Fonte: (MONTELLIER, 2015).

Assim como nas pinturas a óleo do século XIX, em imagens veiculadas em mídias mais atuais como o cinema e os quadrinhos, em grande medida, o olhar masculino ainda prevalece. Loponte destaca uma expressão contemporânea usada para se referir a maneira como as imagens femininas são produzidas: *male gaze*. Ela relata que as imagens da mulher produzidas pela mídia frequentemente naturalizam e celebram “um corpo feminino sem voz, um corpo-objeto do olhar”. Imagens que “supõem um espectador masculino, um lugar de sujeito que ocupamos (mulheres e homens) de forma quase óbvia e natural, sem questionar ou pensar em outras possibilidades de ver” (LOPONTE, 2002, p. 288).

Anne Charlotte Husson e Thomas Mathieu (2016) relatam que a expressão *male gaze* foi criada pela teórica feminista de cinema Laura Mulvey, a partir da expressão da língua inglesa *to gaze* (algo como, olhar fixamente e intensamente, dragar), assim, a teórica usa a expressão *male gaze* para definir o olhar masculino e heterossexual, o qual influi na produção cinematográfica. Os autores pontuam que “é um fenômeno muito atual nas artes visuais... consiste em assumir o ponto de vista do personagem masculino (ou do expectador masculino)” (HUSSON; MATHIEU, 2016, p. 68).

Embora a expressão *male gaze* tenha surgido para referir-se ao cinema, ela apenas nomeia aquilo que já havia sido observado em produções artísticas de outras épocas, como a pintura a óleo europeia. Vimos que “na forma-arte do nu europeu, os pintores e os espectadores-proprietários eram usualmente homens, e as pessoas tratadas como objetos, usualmente mulheres” (BERGER, 1999, p. 73).

Esse olhar continua presente em outras mídias como as histórias em quadrinhos, que estiveram marcadas por muito tempo pela representação sexualizada das mulheres. Em especial no quadrinho *mainstream* pipocaram por décadas heroínas e vilãs em trajes diminutos, *sexys* até no momento de suas mortes. Essa exploração da imagem feminina produzida para o expectador masculino ajudou a construir a ideia de que quadrinhos era *coisa de homem* e a afastar de certo modo possíveis leitoras.

Contudo, é importante pensar que a arte, como diversos outros campos, é um sim um local de exercício de poder, mas também de disputas e resistências. “Se as relações de poder pendem em determinados períodos históricos e culturais para um determinado modo de ver, isso não quer dizer que assim o sejam indefinidamente. Não há um discurso monolítico e inabalável sobre a arte, imune a fraturas, resistências, deslocamentos” (LOPONTE, 2002, p. 290-291). E no que se refere aos quadrinhos, as autoras e teóricas, em especial nas últimas décadas, tem trabalhado árdua e conscientemente para romper com o *male gaze* nas HQs. O questionamento do lugar atribuído às mulheres nas artes

colabora para a desconstrução das formas naturalizadas de olhar e produção dessas obras.

Os corpos e as personagens hipersexualizadas nas histórias em quadrinhos

O envolvimento de mulheres no universo das histórias em quadrinhos cresceu consideravelmente nos últimos anos. Com isso, aumentou também o interesse delas por maior representatividade nesse meio, seja no conteúdo apresentado nas histórias ou na identificação com mais artistas do sexo feminino. Com o número crescente de autoras publicando de forma independente ou por vias alternativas que não as grandes empresas de histórias em quadrinhos, as mulheres tem mostrado que leem e produzem quadrinhos. Esse movimento acabou por chamar a atenção das grandes editoras, que desenvolveram projetos a fim de alcançar uma parcela do público leitor e mercado consumidor até então bastante negligenciadas no *mainstream*.

Os quadrinhos *mainstream* podem ser compreendidos como os quadrinhos tradicionais, voltados para o nicho comercial e produtos de grandes empresas do ramo como Marvel Comics, DC Comics, Image, entre outras. Produtos com um apelo mais massivo e menos experimental ou independente. Esse tipo de quadrinho tem como principal consumidor o público masculino e por muito tempo as representações produzidas por eles visavam atingir os desejos e demandas desse público.

A maneira como as mulheres eram costumeiramente representadas nos quadrinhos do meio mais tradicional, “estão carregadas de ambiguidades, misturam constantemente castidade e sedução, a vida e a morte, maternidade e bruxaria, ‘enfim, o bem e o mal” (OLIVEIRA, 2007, p. 13).

No início dos quadrinhos (e até pouco tempo atrás), as mulheres eram esposas recatadas ou meretrizes. Se saíam um pouco do esperado pela sociedade, eram repreendidas e julgadas. Enquanto isso, nas tirinhas de aventura,

as super-heroínas têm trajes apertados ou minúsculos, lutam contra o crime em saltos desconfortáveis e estão sempre em posições nada naturais (CON-TAIFER, 2016, n.p.).

Ao identificar as representações femininas recorrentes nos quadrinhos norte-americanos Selma Oliveira (2007) observa que essas representações foram constantemente reelaboradas para incorporar ou reatualizar certas mudanças no papel social feminino. A autora destaca que nos quadrinhos existem representações femininas recorrentes, as quais são constantemente reelaboradas a fim de incorporar ou reatualizar certas mudanças do papel social feminino, e mesmo que haja aparentes modificações, na verdade, se tratam de reformulações de modelos básicos. Essas representações perpassam pelas questões estéticas, Oliveira aponta que na representação corporal dos quadrinhos se sobressaem três modelos básicos que acabam por padronizar a sexualidade feminina: o corpo maternizado, o corpo infantilizado e o corpo erotizado. O corpo maternizado remete à família, nele a sexualidade é apagada pela desqualificação do corpo como objeto de prazer, da mesma forma o corpo infantilizado é destituído de atributos sexuais, e acentuam-se os traços do rosto. Em contrapartida no corpo erotizado, seja ele da mocinha ou da vilã, é evidenciado o maior número possível de atributos sexuais. “As curvas dos seios, da cintura e das nádegas são combinadas em formato de ampulheta, e esse encadeamento de ondulações é a própria representação do sexo e, portanto, da feminilidade” (OLIVEIRA, 2007, p. 153).

A representação do corpo erotizado se consagrou como o modelo mais recorrente nas representações dos quadrinhos *mainstream*, um corpo forte e sensual e curvilíneo se tornou parte constitutiva da maioria das heroínas e vilãs.

Nos quadrinhos norte-americanos das primeiras décadas a demanda transformou a história os quadrinhos em produto da cultura de massas. Na década de 1930, nos Estados Unidos se destacam as histórias de aventura e de

super-heróis⁴, destinadas sobretudo ao público jovem masculino, que poderiam se projetar na figura dos heróis. Em geral, nas tramas de aventura a ação girava em torno do herói e de sua luta contra seu antagonista, o vilão que simboliza as transgressões e os desvios das normas vigentes de conduta. Quanto às personagens femininas, dois elementos são recorrentes: a vilã e a namorada do herói. O herói que reúne a maior quantidade possível de qualidades positivas é levado a confrontar dois tipos distintos de mulher.

A namorada que representa o padrão social idealizado; e a vilã, que representa o desvio das normas sociais. Na prática o modelo da virgem e da vagabunda representam a garota decente e a piranha, a esposa e a prostituta ou ainda a esposa e a amante. [...] A virgem representa a sexualidade domesticada e a certeza da paternidade que dão segurança ao homem, pois da virgem ele sabe exatamente o que esperar. Entretanto, a vagabunda representa a sexualidade controlada, não pelo homem, mas pela própria mulher, e é nesse fato que reside o temor masculino (OLIVEIRA, 2007, p. 61).

Seja heroína, vilã ou a donzela a ser salva pelo herói, uma coisa as mulheres dos quadrinhos de aventura têm em comum: a beleza e a sensualidade. Suas representações focadas na sexualidade e elaboradas para agradar o leitor preferencial: homens jovens e heterossexuais.

A erotização do corpo das personagens vai se acentuando ao longo das décadas, é o que podemos ver nas capas a seguir (figura 2), onde estão contrapostas obras da década de 1960 e dos anos 2000, podemos observar como a imagem sensual já vigorava nas primeiras imagens, porém, ao longo do tempo vai se cunhando uma imagem hipersexualizada das personagens. Tornou-se corrente desenhar corpos femininos com longas pernas, seios fartos, cintura de ampulheta, collants e biquínis diminutos, pequenos pés calçando botas de salto alto, sempre em posições que enfatizam seus corpos. Esse gênero seguiu fazendo sucesso por um longo período e foi responsável por diversos preconceitos no que concerne à relação das mulheres com os quadrinhos. Já que não eram elas o público alvo e para quem as imagens eram pensadas, fomentou-se o

4 Em menor escala havia outros gêneros.

senso comum de que elas não liam, ou não gostavam de quadrinhos. Mas o fato é que era um produto produzido e destinado a um outro público, o que talvez tenha diminuído em parte o número de leitoras, mas acreditamos que isso esteja mais relacionado ao conteúdo do que a forma em si, no caso, os quadrinhos.

Figura 2: Em cima: Green Lantern v2 #16 (1962) e #41 (1965); abaixo: Green Lantern v4 #18 e #20 (2007)



Fonte: Disponível em: https://dc.fandom.com/wiki/Green_Lantern_Vol_2_41 Acesso em: 11 fev. 2020.
Disponível em: https://dc.fandom.com/wiki/Green_Lantern_Vol_2_16 Acesso em: 11 fev. 2020.
Disponível em: https://dc.fandom.com/wiki/Green_Lantern_Vol_4_18 Acesso em: 11 fev. 2020.
Disponível em: https://dc.fandom.com/wiki/Green_Lantern_Vol_4_20 Acesso em: 11 fev. 2020.

Nenhum gênero dos quadrinhos é tão significativo no que se refere à sexualização das personagens femininas quanto os quadrinhos de aventura norte-americanos, em grande medida, foi justamente esse um dos responsáveis pelo sucesso dos quadrinhos de super-heróis. A hipersexualização das mulheres se acentuou com o sucesso do gênero. Roupas justas potencializadas por poses impossíveis, decotes avantajados, bundas arredondadas e empinadas e peitos

siliconados tornaram-se sinônimo desse tipo de narrativa, assim como, o fetichismo.

Na Europa o *boom* da sensualidade nos quadrinhos se deu nos anos 1960, momento no qual surgiram erotizadas e inteligentes heroínas como *Barbarella* (1962), de Jean-Claude Forest. *Barbarella* uma aventureira espacial que usa seu corpo e sua sensualidade para derrotar seus inimigos. Foi um ícone feminino nessa década, posteriormente adaptado como filme, estrelado por Jane Fonda. Provocou um escândalo na época, sendo sua publicidade censurada na França. Uma ficção científica com muitas situações de sexo, com a heroína aproveitando de todos, inclusive de robôs incansáveis. *Barbarella* foi lançada na revista *V Magazine*, na qual também estavam outras belas como *Scarlett Dream* (Molteni/ Gigi) e *Blanche Épiphanie* (Lob/ Pichard). Eram personagens pensadas para o público adulto que, segundo Quella-Guyot (1994), inauguravam as reviravoltas pelas quais a HQ passaria no final dos anos 1960 na Europa.

Os quadrinhos configuram, então, um território erótico pornográfico, ao lado de autores como Guido Crepax, de *Valentina* e Paolo Serpieri, de *Druuna*. Milo Manara foi responsável por trabalhos eróticos com uma bela qualidade estética, com mulheres voluptuosas e obcecadas por sexo. Os quadrinhos eróticos europeus ganharam grande destaque, constituindo até hoje uma forte referência.

No Brasil talvez o maior representante das fantasias masculinas transpostas para os desenhos sequenciais sejam os catecismos de Carlos Zéfiro.⁵ No final dos anos 1950 e durante praticamente toda a década de 1960, circularam clandestinamente por todo o Brasil os chamados “catecismos”, inspirados nas “Bíblias”⁶ norte-americanas das décadas de 1930 e 1940. As publicações se tratavam de pequenas revistas artesanais de 32 páginas em formato aproximado

5 Carlos Zéfiro era o pseudônimo do funcionário público Alcides Aguiar Caminha. Sua obra moldou o imaginário sexual do brasileiro por anos e se tornou uma referência da arte erótica mundial.

6 Os chamados os “gibis sujos” ou “bíblias” circularam na década de 30. Eram revistas clandestinas pornográficas em 8 páginas, vendidas por centavos, contendo humor, sexo explícito e exposição de órgãos sexuais. Feitas por autores anônimos.

de 10x14cm de conteúdo erótico, comercializadas através de uma rede clandestina que cobria todo o Brasil.

Figura 3: Catecismo de Carlos Zéfiro



Fonte: www.carloszefiro.com

Com esses exemplos vemos que a representação das mulheres nos quadrinhos (embora não seja uma unanimidade) está repleta de estereótipos e fantasias masculinas. Quella-Guyot salienta que através da imagem das mulheres nesse meio podemos vislumbrar injustiças com as mulheres, “mas, no tocante a isso, ela não é a única forma artística a fazê-lo” (QUELLA-GUYOT, 1994, p. 105). Questiona: “A quem cabe a culpa? Ao público essencialmente masculino? Aos autores, essencialmente masculinos? À moral, aos editores, à censura? Para o autor a história em quadrinhos “em todo caso revela, *de visu*, o que parece melhor escondido alhures: sua misoginia” (QUELLA-GUYOT, 1994, p. 105).

Por muito tempo a mulher nos quadrinhos estava representada para o seu expectador, o público masculino - um produto de seu imaginário. Michelle Perrot pontua que as imagens da mulher “produzidas pelos homens, elas nos dizem mais sobre os sonhos ou os medos dos artistas do que sobre as mulheres reais. As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas” (PERROT, 2013, p. 17). Dessa forma, surgem representações sensualizadas e idealizadas que são fruto e molde do imaginário masculino.

A desnaturalização da erotização das personagens femininas

A mulher nos quadrinhos aparece por décadas, em sua maioria, de uma maneira objetificada, porém, questionamentos sobre a necessidade de desnaturalizar esse tipo de representação tem sido discutida e trabalhada nas obras de diversas quadrinistas contemporâneas.

Um exemplo é a canadense Kate Beaton que em 2016 desenvolve a série *Tit Windons* sobre a objetificação das mulheres nos quadrinhos. A autora satiriza a história *Cloak and Dagger* da Marvel (figura 4), personagens criados em 1982. Na história original a personagem Dagger (Tandy Bowen) utiliza uma roupa colada branca com um decote cheio de recortes que vai até perto de sua virilha, deixando em evidência suas formas e em especial os seus seios.

Figura 4: *Plop* de Kate Beaton



Fonte: Disponível em: <http://www.harkavagrant.com/index.php?id=398> Acesso em: 11 fev. 2020.

Na história “plop” de Kate Beaton Dagger ampara Cloak quando esse está ferido de morte e diz: “- Cloak! Você pode me ouvir?” Quando este começa a responder, um dos seios de Dagger, plop! Escapa de sua roupa. Ela fica desconsertada com o momento inapropriado, ao que Cloak irritado responde: “- Can you keep your shit together. OMG”, algo como “você pode manter suas merdas juntas. Meu Deus!”. Beaton satiriza assim, os uniformes usados pelas heroínas e sua falta de praticidade, pois a qualquer momento um seio pode lhe escapar.

O que podemos pensar a partir desses quadrinhos, é que atualmente, a estética das musas dos quadrinhos de ação já não é vista com tanta naturalidade. A estética baseada na sexualização de heroínas e vilãs vem sendo questionada e o padrão de representação nesse gênero de quadrinhos está sendo rompido e a imagem da mulher tem ganhado diversidade. Trina Robbins ressalta que fica “muito feliz em ver tantas mulheres na internet criticando a hipersexualização nas HQs, porque suas vozes estão sendo ouvidas e os editores estão prestando atenção” (ROBBINS, 2015, n.p.).

Danica Novgorodoff ressalta a importância de outros olhares na representação da imagem da mulher:

Eu quero ver retratos de mulheres pintados de forma não gratuita, não objetificada e de forma honesta... eu acho importante ver nos quadrinhos mulheres que não são commodities ou objetos sexuais, mas seres humanos completas com seus próprios desejos, vontades e amor (NOVGORODOFF, 2014, n.p.).

Ariel Schrag destaca que a representação objetificada das mulheres nos quadrinhos não incorre apenas em atitudes sexistas, mas diminui também as possibilidades narrativas dos quadrinhos. “O que me incomoda sobre os corpos das mulheres que vejo nos quadrinhos é que eles parecem tão distantes da própria mulher. Sua função primária é ser mostrada para o leitor... Isso é errado não só do ponto de vista ‘isso é sexista’, mas da própria história” (SCHRAG, 2014, n.p.).

Dentre as autoras que desenvolveram iniciativas para desnaturalizar a representação hipersexualizada corrente nos quadrinhos, propondo uma representação corporal mais realista para as personagens está Renae de Liz, que trabalha na DC Comics e publicou em 2016 um guia ilustrado de “como não objetificar a super-heroína” (figura 5), apontando passo a passo o que pode ser modificado para que as heroínas tenham uma representação mais coerente com seu ofício e menos a serviço de uma erotização. Em sua perspectiva os braços devem ser fortes; a expressão facial deve dar destaque aos olhos e não à boca; o

decote deve ser confortável e o desenho dos seios deve levar em consideração que um top ou sutiã esportivo seria a melhor escolha para combater o crime.

Figura 5: Desenho de Renae de Liz que analisa os traços clichês de personagens femininas e aponta outros caminhos



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10208151440877003&set=a.10201257465011915&type=3&theater> Acesso em: 11 fev. 2020.

Assim, além do desenho, De Liz compartilhou detalhadamente os sete pontos comparativos que ela julga importante considerar se você é um artista e deseja desobjetificar e empoderar personagens femininas.⁷

7 Número 1 - Na esquerda, a heroína traz no rosto uma expressão comum nos quadrinhos: os olhos estão semicerrados, os lábios carnudos. “É um visual que promove a sensualidade e diminui a personalidade”, afirma a artista. Já na direita, a personagem apresenta expressão facial mais distinta e os olhos indicam reflexão. “Personalidade e singularidade em primeiro lugar”, defende. Ressalta que é proveitoso pensar em características faciais distintas fora do habitual e promover o pensamento através do olhar. Expressando “No que ela está pensando?”.

Número 2 - Na esquerda, destaca que na “maneira como se costuma ensinar a desenhar seios (seios completamente separados que escapam do decote). A intenção é aumentar o apelo sexual, pouco realista para uma heroína”. Na direita, com uma representação mais realista, a artista leva em conta que, no dia a dia bem ativo de uma heroína, tops esportivos são uma escolha bem mais sensata. E dá a dica: nem todas as mulheres têm seios gigantes.

Número 3 – Na imagem da esquerda a personagem tem “braços de supermodel”, porém, De Liz destaca que “Se ela é forte, provavelmente vai ter um físico condizente. Dê a ela alguns músculos!”.

Número 4 - Na esquerda as mãos são desenhadas de forma que transmite suavidade e diminui seu

A autora que trabalha na indústria do quadrinho *mainstream* pontua que

Desenhar mulheres de forma sexy é uma resposta automática para muitos artistas. É feito sem reflexão. Foi como eu desenhei por muitos anos até que me dei conta. Se você escolher desenhar uma mulher sexy, tudo bem – discutir alternativas e reconhecer padrões não é uma ameaça para você. Essa é apenas a ponta do iceberg (DE LIZ, 2018, n.p.).

Conclusão

À medida que as mulheres desenvolvem suas próprias narrativas, os quadrinhos ganharam diferentes perspectivas. Contribuindo para que o meio seja não apenas um reduto para o imaginário masculino, mas também um suporte para o desenvolvimento artístico feminino e suas incursões neste meio de comunicação. As autoras trazem diferentes representações da mulher, tanto na construção das personagens, quanto em suas representações visuais. Nesse viés, a imagem não é mais construída para o olhar masculino, saem do seu lugar de “musas” para o de criadoras.

Talvez as representações masculinas não sejam necessariamente (ou apenas) um ato de misoginia, mas um caminho a vazão do imaginário masculino, tanto dos autores quanto do público consumidor, no qual mulheres idealizadas, lindas e loucas por sexo podem ser levadas para dentro de suas casas através das revistas em quadrinhos. Para uma representação diferente e com a qual o público feminino se identificasse mais profundamente, fez-se necessário o olhar da mulher no segmento dos quadrinhos, apresentando a sua visão sobre

poder. Certifique-se de que as mãos estejam posicionadas de forma a promover força.

Número 5 - Neste ponto, a quadrinista destaca a comum pose em que heroínas costumam aparecer nas páginas. Com o corpo arqueado e retorcido, mostram os seios e as nádegas. “Torções no corpo são uma ferramenta poderosa da arte, mas é melhor focar naquilo que pode ser feito realisticamente e use esses arcos sem a intenção de oferecer ‘dois por um’”, peitos e bundas.

Número 6 - Enquanto na esquerda a heroína parece estar posando, na direita ela se posiciona heroicamente. A ideia é pensar no que o desenho quer dizer (ao invés de focar em traçar linhas sexualmente atraentes).

Número 7 - “Saltos são geralmente usados para destacar a postura e aumentar o apelo visual. Eu gosto deles, mas, se eu fosse uma heroína, usá-los não seria muito realista”, afirma. O mais importante é: “o que seu personagem escolheria?” Ressalta que possivelmente para um super herói sapatos baixos seriam mais eficazes que saltos altos. (Tradução nossa)

si, sobre as mulheres em geral e de um modo mais amplo, imprimindo também sua perspectiva no mundo dos quadrinhos. Françoise Thèbaud pontua que no século XX a publicidade faz da mulher um objeto sexual a ser possuído, resalta também a pornografia, revistas e vídeos, dentre outras mídias. Contudo, destaca também que “o século XX é igualmente o século em que as mulheres tomam a palavra e o controle das suas identidades visuais; sublinhando o desafio político da representação, elas tentam quebrar os estereótipos e propõem múltiplas vias de realização pessoal” (THÉBAUD, 1995, p. 11).

É importante que as mulheres produzam suas representações de si e dos quadrinhos, para que tenhamos uma variedade de produções, corpos e temáticas representados. Acreditamos que não haja necessidade de banir os corpos hipersexualidades, mas sim os desnaturalizá-los, para que não seja esta a única forma na qual as mulheres figurem nas HQs.

Referências

ARAÚJO, Silvette Aparecida Crippa de. **Mulheres: outsiders na história da arte**. 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17438_7646.pdf Acesso em: 26 setembro 2019.

BERGER, John. **Modos de ver**. Trad.: Lúcia Olinto. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

CONTAIFER, Júlia. **Empoderamento feminino chega às histórias em quadrinhos**, 2016. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/saude/2016/09/05/noticias-saude,189714/empoderamento-feminino-chega-as-historias-em-quadrinhos.shtml> Acesso em: 13 outubro 2019.

DE LIZ, Renae. 2018. <https://super.abril.com.br/cultura/7-dicas-para-nao-sexualizar-uma-heroina-em-hqs/> Acesso em: 05 set. 2017.

GUIRAL, Antoni. Aproximación a una genealogía de la mujer historietista en el cómic español: de los inicios al boom de las revistas. In: COLECTIVO DE AUTORAS DE CÓMIC. **Catálogo da exposição: Presentes. Autoras de Tebeos de ayer y hoy**. 2ªed. Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional para o Desarrollo - AECID, 2017, p. 9 -24.

HUSSON, Anne Charlotte; MATHIEU, Thomas. **La petite Bédéthèque des Savoirs. Tome 11 - Le féminisme. En 7 slogans et citations.** Bruxelas: Editora Le Lombard, 2016.

LOPONTE, Luciana Gruppelli. Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino. In: **Revista Estudos Feministas.** Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. v.7. n 1-2. Florianópolis: UFSC, 1999. p. 283- 300.

MARINI, Marcelli. O lugar das mulheres na produção cultural. o exemplo da França. In: THÉBAUD, Françoise; DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **A História da Mulher no ocidente.** O Século XX. Vol. 5. São Paulo: Ebradil, 1991, p. 351-379.

MONTELLIER, Chantal. **La Reconstitution.** Paris: L'an 2 Eds, 2015.

NOVGORODOFF, Danica. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2014/08/mulheres-cartunistas-fazem-seus-autorretratos-nus-para-protestar-contra-o-machismo/> Acesso em: 20 novembro 2019.

OLIVEIRA, Selma Regina Nunes. **Mulher ao quadrado:** as representações femininas nos quadrinhos norte-americanos: permanências e ressonâncias (1895-1990). Brasília: Editora Universidade de Brasília: Finatec, 2007.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** Trad.: Angela M. S. Côrrea. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

QUELLA-GUYOT, Didier. **A História em Quadrinhos.** Trad.: Maria Stela Gonçalves; Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Unimarco, 1994.

ROBBINS, Trina. In: Quadro-a-quadro do feminismo com Trina Robbins, cartunista da Mulher Maravilha. 09 de novembro de 2015. Disponível em: <http://jornalismojunior.com.br/sala33/quadro-a-quadro-do-feminismo-com-trina-robbins-cartunista-da-mulher-maravilha/> Acesso em: 20 janeiro de 2019.

SCHRAG, Ariel. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2014/08/mulheres-cartunistas-fazem-seus-autorretratos-nus-para-protestar-contra-o-machismo/>. Acesso em: 20 novembro 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

THÉBAUD, Françoise. Introdução. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das mulheres no Ocidente**. Vol.5. O Século XX. São Paulo: Ebradil, 1995.

CAPÍTULO 3

EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA NO BRASIL E SUAS RELAÇÕES COM OS DIREITOS HUMANOS

Kercia Pompeu da Silva

Doi: 10.48209/978-65-5417-220-3

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo mostrar os principais fatores que levam à exploração da força de trabalho feminina, além de outras questões como a precarização e as relações com os direitos humanos. Para fins de embasamento teórico foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do papel da mulher na sociedade amazônica a partir do século XIX e da regulamentação da força de trabalho feminino no Brasil. O referido estudo procura resgatar a problemática que traz a evolução das lutas femininas no modo de produção capitalista até os dias atuais, perpassando por (des)conquistas tanto no lado social, como no econômico e no âmbito das políticas públicas direcionadas ao gênero feminino. Sabe-se que a participação das mulheres tem se estendido em importantes esferas na sociedade, como política e econômica, mas ainda há muito que alcançar, pois considerando o aumento expressivo das mulheres em diversos campos de atuação, ainda são apontadas como únicas responsáveis pelos cuidados com os filhos e afazeres domésticos, acarretando assim em uma dupla jornada de trabalho. A partir de uma pesquisa descritiva, qualitativa, mediante revisão bibliográfica, é importante frisar que, apesar dos poucos benefícios alcançados até hoje, as mulheres ainda lutam pelo direito a participar ativamente da construção de uma sociedade justa e igualitária. Destarte, entende-se que a utilização da força de trabalho feminina não deve ser um entrave para que os direitos humanos

sejam respeitados, até porque ao vivenciar um processo contínuo, conflitante e desigual condicionado à precarização de funções aliada à condição de gênero, há que se denunciar toda e qualquer violência, além da omissão estatal e corporativa, além de combater estereótipos, submissões, subjugações especialmente dentro dos espaços de disputa do trabalho.

Palavras-chave: Exploração. Força de Trabalho feminino. Direitos humanos.

Abstract: The present work aims to show the main factors that lead to the exploitation of the female workforce, in addition to other issues such as precariousness and relations with human rights. For the purposes of theoretical basis, a bibliographical research was carried out on the role of women in Amazonian society from the 19th century onwards and the regulation of the female workforce in Brazil. The aforementioned study seeks to rescue the problem that brings the evolution of female struggles in the capitalist mode of production to the present day, permeating (dis) conquests both on the social and economic sides and in the scope of public policies aimed at the female gender. It is known that women's participation has expanded into important spheres in society, such as politics and economics, but there is still a lot to achieve, considering the significant increase in women in various fields of activity, they are still seen as solely responsible for care. with children and household chores, resulting in a double working day. Based on descriptive, qualitative research, through a bibliographical review, it is important to emphasize that, despite the few benefits achieved to date, women still fight for the right to actively participate in the construction of a fair and egalitarian society. Therefore, it is understood that the use of female labor force should not be an obstacle for human rights to be respected, especially because when experiencing a continuous, conflicting and unequal process conditioned by the precariousness of functions combined with the gender condition, it is necessary to denouncing any and all violence, in addition to state and corporate omission, in addition to combating stereotypes, submissions, subjugations especially within spaces of labor disputes.

Keywords: Exploration. Female workforce. Human rights.

Introdução

Durante a evolução do trabalho, após a Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX), a mão de obra feminina foi utilizada em larga escala, substituindo, até mesmo, a masculina. Contudo, estas não eram detentoras do mesmo direito, especialmente quanto ao salário e à carga horária. O baixo salário pago às mulheres, que cumpriam as mesmas exigências dirigidas aos homens provocava reclamações, porém os sindicatos à época não interferiam, alegando falta de legislação específica.

Com essa exploração, surgiu um problema até então desconhecido pela sociedade, pois as mulheres, que se dedicavam apenas ao trabalho doméstico, passaram a buscar trabalho fora do lar, exigindo proteção e direitos. Foi a partir dessa situação que surgiram as primeiras leis trabalhistas, que não pararam com o decorrer do tempo, malgrado as revoluções feministas. As mulheres passaram por enormes obstáculos para conseguir participar da esfera política, pelo direito a receber salários iguais quando desempenhavam as mesmas funções que os homens no mercado de trabalho.

A desigualdade, quando ocorre, geralmente é em decorrência da posição identitária e étnica, orientação sexual e classe social que ocupam em uma determinada sociedade. O fato de as regiões brasileiras carecerem de investimentos provoca grandes desafios aos movimentos de mulheres, que além de lidar com diversos problemas sociais oriundos do isolamento, das condições precárias dos serviços de saúde, das elevadas taxas de desemprego, lidam também com problemas advindos da dupla jornada de trabalho, da feminização da pobreza, da sub-representação das mulheres nos cargos de decisão, da mortalidade por meio do feminicídio.

Sobre a questão da dupla jornada de trabalho, é um panorama que segue uma estrutura machista, onde a mulher é relegada a uma posição secundária de

educar os filhos e cuidar do lar. Mesmo considerando que durante a evolução da humanidade a situação vem mudando gradativamente por meio da conquista de alguns benefícios direcionados ao mercado de trabalho, como auxílio-creche, licença-maternidade, direito ao repouso no caso de aborto natural, dentre outros.

Reconhecer as conquistas do gênero feminino, especialmente o alcance da melhoria no mundo do trabalho é a motivação do presente estudo, principalmente porque as mulheres brasileiras chegaram ao século XXI mais empoderadas e passaram a ocupar cada vez mais espaços na sociedade. Para sua confecção, optou-se por uma pesquisa de base qualitativa, mediante revisão de literatura, a partir de textos e artigos científicos que abordam o papel da mulher na sociedade desde o início no século XIX até a regulamentação da força de trabalho feminina no Brasil, com ênfase no respeito aos direitos humanos.

Diante destes fatos, busca-se responder aos seguintes objetivos mostrar os principais fatores que levam à exploração da força de trabalho feminina, além de outras questões como a precarização e as relações com os direitos humanos; descrever as principais transformações ocorridas na economia mundial e principalmente na brasileira nas últimas décadas; relatar como ocorreu o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho nacional, evidenciando conquistas e os desafios; e, analisar a situação da mulher paraense no mercado de trabalho, levantando questões como educação, diferenças salariais e discriminações.

A partir destes, não há pretensão de preconizar períodos de análise, pois os dados abrangentes permitem um estudo relativamente amplo, perpassando por vários períodos evolutivos até chegar aos dias atuais.

O Papel da Mulher no Modo de Produção Capitalista sob a Perspectiva Histórica

O patriarcado e o movimento de mulheres

Conforme os estudos de Nascimento (1998), os movimentos de mulheres são antecessores ao movimento feminista. Desde a Revolução Francesa (1789) que as mulheres se organizam em prol dos seus direitos, criando uma diferenciação, pois os movimentos de mulheres tendem a lutar pelas necessidades básicas de sobrevivência e direitos de cidadania relacionada às necessidades locais onde estão inseridas. Diante disso, as mulheres que participam destes movimentos estão buscando melhores condições de vida para a sua família e comunidade.

Sobre este mesmo assunto, Perrot (1995, p. 27) diz que: “a história das mulheres vai além da perspectiva de um sujeito subalterno. Elas são consideradas os sujeitos invisíveis, isto porque dentro do subalterno as mulheres são mais invisíveis na história e também na ciência em relação aos homens”. Sobre a existência da mulher, é interessante a colocação de S. Freud (1856-1939) quando, refletindo sobre a vida sexual dos homens, constata que a mulher ainda se encontrava em “impenetrável obscuridade” e se pergunta se “a mulher existe”.

Quanto aos sindicatos, estavam voltados para as categorias de trabalho. A relação das mulheres com estes órgãos é primeiramente de identificação como trabalhadora rural ou como domésticas na área urbana. Sua participação estava relegada a um trabalho reconhecido como forma de garantir seus direitos. Sobre o movimento de mulheres trabalhadoras rurais, por exemplo, Reina (2014, p. 627) expõe:

[...] a presença das mulheres têxteis desde as greves de 1907 impondo a inclusão, na pauta de reivindicações, de demandas prioritárias para as trabalhadoras, como o aumento dos salários, melhores condições de trabalho,

melhor tratamento nas relações de trabalho, redução das horas de trabalho de 13 horas para 8 horas e proibição do trabalho infantil.

Nos movimentos sociais, as mulheres exerciam grande participação. Por serem maioria, lutavam por melhores condições de vida e trabalho, considerando os movimentos feministas, nas redes e nos fóruns. Dentro deste universo, contudo, poucas mulheres ocupavam cargos de liderança, demonstrando certa invisibilidade.

Sobre o movimento feminista, observa-se que este preconiza uma transformação da sociedade, ou seja, a substituição da estrutura patriarcal através da construção de plataformas comuns de luta, baseado no conceito de gênero e no fim das desigualdades sexuais existentes. É um processo de mudança no cenário da participação gerado de forma não espontânea, desarmonioso e cheio de conflitos.

Mesmo com a atuação das mulheres no sentido de mudar este quadro através das estratégias de empoderamento, por meio de ações coletivas desenvolvidas em espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais, há possibilidades de aquisição da emancipação individual e também da consciência coletiva para a superação da dependência social e dominação política. Neste contexto, Ferrari (2016, p. 02) analisa a questão feminina da seguinte forma:

[...] não pode ser analisada sem se levar em conta a complementariedade com a questão masculina na sociedade. O homem e a mulher precisam repensar sua condição na sociedade, no casamento e na família, para que a reformulação do papel e da imagem de ambos possa se dar. Assim, temos que repensar a questão de gênero.

Esse repensar mostra o entendimento de como as sociedades constroem e interpretam as diferenças entre os sexos, ou seja, como analisam as relações sociais, familiares, dentre outras. O papel feminino, nessa relação, traz importantes concepções de poder, de modo democrático, construindo mecanismos de

responsabilidade coletiva, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas. É um desafio, segundo Costa (2012, p. 01):

[...] às relações patriarcais, ao poder dominante do homem e a manutenção dos privilégios de gênero, como uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir.

No mundo contemporâneo muita coisa vem mudando, tanto no âmbito social como no sócio familiar. Buscam-se estratégias de atuação no sentido de superar as desigualdades e necessidades básicas de sobrevivência. As mulheres, através de parcerias com ONGs, universidades e outros, começam a desenvolver e lutar por temas mais ligados às desigualdades de gênero, como feminismo, empoderamento e participação política.

A questão do empoderamento perpassa por um acúmulo de papéis muito maior do que se pode imaginar. Na sociedade moderna, desde que entrou para valer no mercado de trabalho, a mulher vem enfrentando os desafios de sua profissionalização, da dupla e tripla jornada de trabalho, em um acúmulo de funções dentro e fora da família. Ferrari (2016, p. 3) demonstra que este acúmulo:

[...] faz com que a mulher trabalhe mais do que o homem, enfrente uma multiplicidade de afazeres, continue educando seus filhos e se torne cada vez mais forte e resistente. A problemática não está aí, está no “faz e faz”, mas não consegue do homem que ele faça sua parte na mesma medida. Por que isso acontece? Talvez porque ela ainda se veja na condição de responsável por cuidar da família e cuidar do marido, sustentando uma imagem tradicional de si mesma. É uma autoimagem que segue os trâmites da sociedade patriarcal, uma misoginia feminina, na qual a própria mulher se submete ao que a tradição de seu gênero pressupõe.

Pelo descrito, a mulher não conhece o empoderamento, não sabe seu significado. É uma transformação do conceito que ela tem de si mesma, que reflete em sua autoestima.

A participação feminina no mercado de trabalho brasileiro

Em muitas publicações que citam dados estatísticos, consta que as mulheres são a maioria da população brasileira, contudo, são tratadas como minoria. As políticas direcionadas às mulheres em áreas de saúde ou combate à violência não são consideradas como atendimento de necessidades sociais e uma obrigação, uma reivindicação que acaba por relegar os direitos femininos a segundo plano, tanto pelos movimentos quanto pelo Estado.

Sobre a participação feminina no mercado de trabalho, busca-se traçar um quadro geral acerca da evolução das políticas públicas (a nível federal e estadual) para regulamentar o emprego da força de trabalho feminina, assim como seus principais direitos. Esse crescimento, conforme os estudos de Bruschini (1994), foi uma das mais marcantes transformações sociais ocorridas no país desde os anos 70.

A presença das mulheres no mercado de trabalho brasileiro vem sendo cada vez mais intensa e diversificada e não mostra nenhuma tendência a retroceder, apesar das sucessivas crises econômicas que têm assolado o país a partir dos anos 80. Corroborando Bruschini, Santos (2008, p. 11) afirma que foi a partir desse período:

[...] que iniciou-se um crescimento da mão de obra feminina no mercado de trabalho, sem deixar de considerar que isso se deu no interior de um processo de flexibilização, precarização de relações e condições de trabalho, intensificando a vulnerabilidade da situação empregatícia da massa de trabalhadoras.

Ainda segundo Santos (op. cit.), como resultado de uma ampla reivindicação dos movimentos sociais de origem popular (surgidos, nos anos 1970, como parte da luta pela democratização do país sob regime de ditadura militar à época), concepções alternativas de democracia trazidas pelos setores historicamente excluídos da sociedade brasileira vieram a ser incorporadas no campo político.

Os movimentos sociais foram elementos da transição política ocorrida entre 1978 e 1985, que expressaram tendências profundas na sociedade, acelerando a crise e apontando um sentido para a transformação social, com a promessa de uma radical renovação da vida política. As políticas de gênero começaram a ser introduzidas durante a década da mulher (1976-1985), que coincidiu com a democratização do país e participação do movimento feminista nesse processo.

A partir dessa evolução, percebe-se o maior crescimento do nível de ocupação das mulheres, ainda que em patamar bem inferior ao dos homens. Citando como exemplo os anos de 2003-2011, houve um aumento de 4,8%. Neste período, a presença feminina sempre foi majoritária na população desocupada (PD) e na população não economicamente ativa (PNEA), com uma média de 11,5 milhões de pessoas do sexo feminino na força de trabalho.

No mundo contemporâneo, com ênfase nos últimos 10 (dez) anos, diversos estudos têm evidenciado a existência de desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Essas desigualdades se revelam em praticamente todas as sociedades, com menor magnitude nos países em desenvolvimento. No Brasil, os avanços vêm ocorrendo de forma lenta.

Janaina Feijó (2023), ao demonstrar as diferenças de gênero no mercado de trabalho, propôs um estudo com dados estatísticos antes e pós-pandemia (2012 a 2022). Isso significa que, em média, de cada dez mulheres em idade para trabalhar, apenas 5 participam do mercado (empregadas ou buscando um emprego). Já entre os homens 7 a cada 10 homens estão na força de trabalho. A baixa proporção de mulheres ofertando sua mão de obra é mais do que uma questão social, é também um problema econômico, pois podem representar talentos em potencial fora da força de trabalho.

Sobre a questão salarial, observa-se um contraste que oferecem do ponto de vista da concepção e experiência familiar e das políticas públicas já implementadas ou em processo de discussão, que procure minimizar essa diferença

salarial entre gêneros, considerando as diferenças socioculturais que permita compreender as construções sociais da monoparentalidade feminina em cada um desses países.

É possível, portanto, examinar o dinamismo das relações sociais de gênero, tirando como base a ausência do provedor masculino no seio da família, pois a família monoparental ocorre quando um dos pais de uma criança assume a responsabilidade de criar seus filhos. Em um estudo proposto por Santos (2008, p. 83), tem-se a situação da mulher como chefe de família:

Aborda-se não somente a questão das mulheres chefes de família monoparental, mas também as questões como discriminação racial, escolaridade e diferenças culturais, além das transformações das relações sociais, do casamento e das famílias nas sociedades modernas movidas pela recusa do paradigma da dominação masculina.

Sobre a escolaridade, dados atuais revelam que as mulheres apresentam índices de formação superiores na quase totalidade dos níveis de escolaridade, o que evidencia uma persistente contradição nessa desigualdade – seja no âmbito doméstico, seja na hierarquia profissional (IBGE, 2018).

Em um estudo anterior, Freitas Jr. faz referência ao maior nível de escolaridade feminina, que costuma ser um fator que aumenta a possibilidade de obter trabalho. Contudo, essa maior escolaridade não tem implicado facilidades na obtenção de uma vaga. Se por um lado há o aumento da escolaridade feminina e do ingresso das mulheres em profissões consideradas superiores; do lado oposto, cresce significativamente o número de trabalhadoras em empregos precários, de tempo parcial, temporários, geralmente mal remunerados e sem perspectiva de carreira.

Entende-se, portanto, que as políticas públicas existentes no Brasil, que visam diretamente ao apoio às mulheres chefes de família monoparental, são as de conciliação entre família e trabalho, transferência de renda, emprego e formação, gênero e moradia. Ou seja, não existem no país políticas de transferên-

cia de renda direcionadas às famílias monoparentais ou famílias monoparentais de baixa renda, com recomendações para que se acentuem os esforços para se eliminar a lacuna entre mulheres e homens, relativa à desigualdade, assegurando-se a implementação das leis, planos e políticas.

Ressalta-se, como fator relevante, que a autonomia econômica das mulheres é condição para o provimento de seu próprio sustento, decidindo por elas mesmas a melhor forma de fazê-lo. Isso envolve também as pessoas que delas dependem. Assim, é mais do que autonomia financeira, uma vez que inclui uma perspectiva de vida de longo prazo, acesso a previdência social e a serviços públicos, com ênfase na competência feminina para buscar um aperfeiçoamento, seja no âmbito de cursos ou de formação acadêmica.

Avanços na legislação para o alcance de conquistas e soluções para os percalços

Independentemente dos percalços, as mulheres já conquistaram muito, porém ainda têm um longo caminho pela frente, com importantes desafios. É preciso avançar na legislação e alterar as relações de trabalho entre mulheres e homens.

As principais conquistas foram: a lei que amplia os direitos das trabalhadoras domésticas (PEC das Domésticas, Lei Complementar 150/2015), as proposições sobre licenças maternidade e paternidade e a agenda do trabalho decente. Estas medidas têm a função de reforçar a autonomia econômica das mulheres e de promover a igualdade no mundo do trabalho. Acerca disso, o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Brasil, 2008, p. 80), constata que:

A autonomia das mulheres deve ser assegurada como o poder de decisão sobre suas vidas e corpos, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e país e de romper com o legado histórico, com os ciclos e espaços de dependência, de exploração e subordinação que constroem suas vidas no plano pessoal, econômico, político e social.

A PEC entrou em vigor em 2013, mas alguns temas ainda precisavam ser regulamentados. Em 2015 as novas regras foram finalmente definidas e trazem mudanças importantes para quem trabalha na área e para quem emprega esses profissionais. O quadro abaixo mostra essas mudanças:

Quadro 1 – Mudanças importantes para as trabalhadoras domésticas

Demissão sem justa causa	A multa rescisória das domésticas ficou definida assim: o patrão fica obrigado a depositar, todo mês, 3,2% sobre salário do empregado num fundo destinado à multa rescisória. O montante será repassado ao empregado em caso de demissão sem justa causa. Nas empresas, a multa rescisória é equivalente a 40% sobre o FGTS.
FGTS	A empregada doméstica deverá ser incluída no FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Porém, isso só será obrigatório depois que o Conselho Curador lançar uma regulamentação sobre o tema. O empregador deverá recolher, então, 8% do salário do empregado para este fim. No total, o empregador deverá pagar 20% do salário do empregado em tributos (8% de FGTS + 8% de INSS + 0,8% de seguro contra acidente + 3,2% relativos à rescisão contratual). Os valores serão todos pagos num único boleto, através do Super Simples Doméstico, a ser criado nos próximos quatro meses.
Adicional noturno	O trabalho noturno (das 22h às 5h) passa a valer 20% a mais que o trabalho diurno; a hora de quem trabalha à noite é mais curta, com duração de 52,5 minutos.
Seguro-desemprego	Na dispensa sem justa causa, terão direito a seguro-desemprego de um salário mínimo durante três meses.
Acidentes de trabalho	O empregador passa a ser obrigado a pagar 0,8% sobre o salário do empregador para o seguro de acidentes de trabalho. Com isso, as domésticas ficam cobertas por este benefício.
Salário-família	Passam a ter direito a esse benefício, pago pelo empregador; o trabalhador recebe um valor a mais para cada filho de até 14 anos, ou para filhos inválidos de qualquer idade. Hoje, para quem recebe até R\$ 725,02, o salário-família é de R\$ 37,18 por filho.

Viagem	As horas de trabalho dos empregados durante viagens com a família do empregador poderão ser compensadas após o término da viagem. Além disso, nesse período a remuneração será acrescida em 25%, e o empregador não poderá descontar dela despesas com alimentação, transporte e hospedagem.
Outros pontos	Estes já estavam assegurados com a PEC aprovada em 2013, mas foram confirmados com a lei complementar. Dentre eles estão a jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais, e o direito a férias remuneradas, licença-maternidade e horas extras. A lei também definiu quem é considerado trabalhador doméstico: são aqueles que trabalham mais de dois dias por semana na mesma casa

Fonte: Desidério (2015, p. 02).

Além das conquistas citadas anteriormente, outras são consideradas, como: ampliação da oferta de vagas em creches, no campo e na cidade; acesso a bens e equipamentos que reduzem o desgaste do trabalho doméstico; ampliação das políticas públicas e o incentivo à participação masculina na responsabilidade com as tarefas do cotidiano.

Outros programas, como o Programa Pró-equidade de Gênero e Raça, que consiste em disseminar novas concepções na gestão e na cultura organizacional para alcançar a igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho, é dirigido a empresas de médio e grande, públicas e privadas, com personalidade jurídica própria. A igualdade e respeito à diversidade entre mulheres e homens em seus direitos não podem ficar relegados a segundo plano por aqueles que cuidam dos sistemas legislativo e judiciário, pois é sobre este princípio que se apoiam as políticas de Estado que se propõem a superar as desigualdades de gênero.

A promoção da igualdade, que é um princípio constitucional e basilar, requer o respeito e atenção à diversidade cultural, étnica, racial, inserção so-

cial, de situação econômica e regional, assim como aos diferentes momentos da vida. Demanda o combate às desigualdades de toda sorte, por meio de políticas de ação afirmativa e considerando as experiências das mulheres na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Portanto, a Constituição Federal (Brasil, 1988, art. 5º, *caput*) dispõe sobre o princípio constitucional da igualdade, nos seguintes termos:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. O princípio da igualdade prevê a igualdade de aptidões e de possibilidades virtuais dos cidadãos de gozar de tratamento isonômico pela lei. Por meio desse princípio são vedadas as diferenciações arbitrárias e absurdas, não justificáveis pelos valores da Constituição Federal.

A partir dos princípios constitucionais, a equidade no acesso de todas as pessoas aos direitos universais deve ser garantida, mas não se podem esquecer as ações específicas e afirmativas voltadas aos grupos historicamente discriminados. Devem-se tratar igualmente os desiguais buscando-se a justiça social com pleno reconhecimento das necessidades próprias dos diferentes grupos, especialmente os de mulheres.

Voltando a citar a regulamentação da força de trabalho feminina, tem-se o aumento do percentual com carteira assinada. Parece que isto se deve ao expressivo aumento do número de postos de trabalho regularmente registrados no Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS). Ainda considerando que a participação de mulheres no mercado de trabalho é 20% inferior a dos homens, dados atualizados da FGV (Alpaca, 2022) mostram que 51,56% das mulheres estavam empregadas em 2021; entre os homens, o índice é de 71,64%.

Mesmo trazendo consigo uma elevação da participação da mulher no mercado de trabalho pelo aumento de ocupações formais, isto ainda acontece de forma bastante modesta quando comparada com a inserção masculina. Com re-

lação à jornada de trabalho, conforme já foi relatado antes, é possível constatar que as mulheres têm jornadas de trabalho no mercado de trabalho (formal e informal) inferiores às dos homens, mas que no âmbito doméstico a diferença não apenas compensa, mas ocupa mais espaço da vida de uma trabalhadora (a jornada pode ser dupla ou tripla).

Acerca deste fato, Bruschini (2006, p. 332), lembra que essa é uma categoria,

[...] ampla e diversificada, que inclui um leque extremamente heterogêneo de tarefas, sejam estas manuais, como limpar a casa, lavar e passar roupa, cozinhar, etc., sejam não-manuais, como cuidar dos filhos, dos idosos e dos doentes, administrar a casa e o cotidiano doméstico e familiar, fazer as compras, entre outras.

No Brasil, para evitar essa super exploração e subordinação do trabalho feminino, a partir de 2013 foi criada a Coordenação-Geral de Direitos do Trabalho das Mulheres, que por meio de programas e ações, com participação nos fóruns relacionados à Agenda Nacional do Trabalho Decente, contribuiu para a formulação e implementação de políticas e cumprimento às convenções internacionais com respeito aos direitos das mulheres no mundo do trabalho. Essa Coordenação-Geral buscava o alcance dos direitos da mulher no trabalho.

Daí surge a importância do trabalho remunerado. O não remunerado quando realizado por mulheres (e por homens) afeta a probabilidade e a qualidade da sua participação no mercado de trabalho. É uma situação de desvantagem e tem importante efeito sobre as metas de redução da pobreza e de promoção da igualdade de gênero.

Diante disso, um novo modelo de conciliação entre o trabalho e a família se fez necessário; é preciso entender as responsabilidades familiares como uma função que diz respeito à manutenção e reprodução da sociedade. Este novo modelo baseia-se na noção de corresponsabilidade social pelas atividades de cuidado, ou seja, em uma redistribuição das responsabilidades familiares entre famílias, o mercado de trabalho e o Estado.

Levando todos os estes fatores em consideração no intuito de melhorar e incentivar a participação feminina no mercado de trabalho, é possível relembrar os enormes avanços desde o início das lutas do sexo feminino por garantias e direitos que lhes são peculiares. No que se refere aos direitos alcançados, sabe-se que o perfil das mulheres no mundo atual é muito diferente do começo do século, principalmente quando estas ocupam cargos de responsabilidade.

A Busca pela Representatividade e o Respeito aos Direitos Humanos: a profissionalização da mulher em diversos âmbitos

Analizando os exemplos descritos nesta seção, percebe-se que a participação da mulher na atividade econômica vem crescendo nos últimos anos. A recuperação do mercado de trabalho favorece a continuidade do aumento da participação feminina, através da presença mais plena da mulher em várias atividades, especialmente no emprego formalizado.

Um dado relevante para este estudo é a situação da mulher no sistema eleitoral. Segundo Rodrigues (2015), dados repassados pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) dizem que as mulheres ocupam poucos cargos eletivos, mas são maioria do eleitorado, ou seja, a quantidade de mulheres votantes não é refletida no número de mulheres eleitas para cargos públicos.

Outra Secretaria importante foi criada em 2003. A Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres (SEPM) tem a missão de desenvolver e coordenar políticas públicas que resultem na diminuição das desigualdades entre homens e mulheres na sociedade brasileira. Seu vínculo está ligado à Presidência da República e articula ações e iniciativas integradas para a implementação de políticas para as mulheres, tanto a nível nacional quanto estadual e local.

Dados atualizados pela SEPM mostram que, na política, a representatividade das mulheres ainda é insípida. Por exemplo, em relação ao primeiro escalão das **prefeituras**, a proporção é de cerca de 20% das secretarias ocupadas

por mulheres. O percentual sobe para 59,5% quando se fala de órgãos ligados à área social (SEPM, 2016).

Por causa da falta de representatividade da mulher em cargos eletivos e posições de decisão, defende-se a necessidade de reestruturação do cenário público e político brasileiro. Como o cenário político sempre foi algo destinado, pensado e ocupado pelos homens, romper essa barreira significa alterar a lógica do nosso sistema político (Rodrigues, 2015, p. 2).

O portal TSE Mulheres, criado em 2019, reúne estatísticas sobre eleitorado e participação feminina na política. Neste portal é possível saber, por exemplo, que, entre 2016 e 2022, o Brasil teve, em média, 52% do eleitorado constituído por mulheres, 33% de candidaturas femininas e 15% de eleitas.

Para a SEPM, a revisão da legislação eleitoral seria um passo importante, principalmente porque nas eleições os partidos são obrigados a lançar pelo menos 30% de candidatas, mas nenhuma legenda consegue atingir esse percentual. A Secretaria também diz que deveria haver criação de Conselhos Municipais e Estaduais dos direitos das mulheres como forma de fortalecer o controle social sobre assuntos de gênero. O apoio à criação desses mecanismos é fundamental para o empoderamento das mulheres e para que o tema da igualdade das mulheres seja incorporado pelos governos.

Em um estudo proposto por Filgueiras (2016) sobre as principais dificuldades e preconceito, muitas mulheres vêm ocupando cargos e desempenhando atividades que antes eram exclusividade masculina, em áreas como Segurança Pública Civil e Militar (escrivã, papiloscopista, motorista, delegada), Engenharia (pedreira, eletricista, etc.), dentre outras.

A participação da mulher na área de gerenciamento é outro exemplo desafiante. Tudo é uma superação diária, principalmente quando é destacada para atuar em conjunto com outros colaboradores. Gerenciar uma gama enorme de servidores públicos, por exemplo, não é fácil, pois as tomadas de decisão requerem uma atenção especial e o bom desempenho consolida a busca pela igualdade de gênero, especialmente aquelas que são “chefes de família”.

Sobre as dificuldades das mulheres “chefe de família” no mercado de trabalho, em um estudo proposto pelo DIEESE (2023), muitas são as questões em destaque. Um fator que deve ser considerado vulnerável é a situação da chefia feminina com filhos sem cônjuge. A renda do trabalho do domicílio e a renda per capita são as menores. Dados demonstram que no 3º trimestre de 2022, esse tipo de arranjo somou 11,053 milhões de famílias, 61,7% chefiadas por negras (equivalente a 6,8 milhões) e 38,3%, por não negras (que representavam 4,2 milhões).

Quanto à desigualdade de rendimentos e de gênero, observa-se um movimento que não busca promover a equidade de valoração do trabalho feminino. Observa-se uma valorização do trabalho masculino em detrimento do feminino, independentemente das mudanças nas estruturas produtivas, com ênfase no trabalho assalariado. Sobre a divisão sexual do trabalho, Nascimento (2016, p. 126), mostra que esta não é natural:

Ela se organiza sob dois princípios: o princípio da separação entre trabalho de homens e trabalho de mulheres, e o princípio hierárquico: o trabalho do homem tem mais valor que o trabalho da mulher. Embora sendo uma construção social, portanto, mutável, a despeito dos avanços alcançados pela maioria das sociedades no âmbito dos direitos das mulheres, essa definição permanece fundamental para entender o lugar da força de trabalho feminina na ordem do capital.

Voltando a citar a questão da desigualdade de gênero, é possível verificar uma análise socioeconômica dos domicílios considerados monoparentais femininos. Bhering e Fontes (2015, p. 8), analisam essas diferenças considerando-os precários, principalmente pela baixa remuneração:

As diferenças entre o nível socioeconômico e o perfil demográfico das famílias chefiadas por mulheres, aí se distinguindo entre chefias com filhos e sem filhos, com e sem presença de cônjuge, concluíram que os domicílios caracterizados como monoparentais femininos eram os mais precários, refletindo a remuneração mais baixa recebida pela maioria das mulheres. Em relação ao perfil demográfico das brasileiras inseridas no mercado de trabalho formal, elas tendem a ser mais velhas, casadas e mães, distinguindo-se do perfil das décadas de 1970 e 1980, período em que passam a ser consideradas pelas estatísticas oficiais.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho é fator relevante, principalmente no aspecto de sua autonomia. As taxas de atividade, de formalização das trabalhadoras, de nível de instrução e nível de ocupação das mulheres com filhos pequenos (com acesso à creche) são positivas. Deste modo, a variação entre mulheres e homens, ainda que grande, vem reduzindo nos últimos dez anos.

Essa redução pode ser observada em alguns fatores, como a menor discriminação no processo seletivo quanto à idade, ao sexo e à universidade de formação. Não há mais exigência de experiência prévia ou utilização de critérios estereotipados, tal como a “boa aparência”. As mudanças na política de desenvolvimento de pessoal das empresas perpassam por mais investimentos em capacitação profissional e no respeito aos direitos humanos.

Estes avanços buscam a não super exploração da força de trabalho feminina, evitando a violência institucional, principalmente para aquelas que ainda sofrem discriminação salarial, recebendo 40% menos que os homens em cargos semelhantes. Essa questão cultural está sendo combatida para que a mulher tenha o direito a conquistar e legitimar seu espaço no mercado de trabalho.

Essas questões são propostas em diversos documentos e Convenções de proteção à mulher. Os Direitos Humanos das Mulheres são basilares à compreensão e contextualização da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (Convenção CEDAW, ONU, 1979), que compõe o sistema internacional de proteção aos direitos humanos. No preâmbulo da CEDAW (In: Pimentel, 2017), tem-se a seguinte descrição:

A discriminação contra a mulher viola o princípio da igualdade de direitos e do respeito à dignidade humana, dificulta a participação da mulher, nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, econômica e cultural de seu país, constitui um obstáculo ao aumento do bem-estar da sociedade e da família e dificulta o pleno desenvolvimento das potencialidades da mulher para prestar serviço ao seu país e à humanidade.

A preocupação com a garantia da mulher ao mercado de trabalho não é apenas uma questão social ou trabalhista, é uma norma constitucional, ou seja, um comando consagrado pela Lei Fundamental que estrutura todo o Estado Democrático de Direito, conforme o que avalia Lenzi (2014), principalmente por ser um verdadeiro marco de projeção aos direitos de igualdade sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.

Acerca dos direitos das mulheres no âmbito do trabalho, tem-se no artigo 7º, inciso XX, as condições gerais para a proteção mediante incentivos específicos que estão expressos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A CLT dedica um capítulo inteiro (cap. III) sobre as medidas de proteção ao trabalho da mulher. No artigo 377 consta sobre a redução de salário, que não pode ocorrer, até porque “é considerada de ordem pública”, evitando assim coibir qualquer discriminação e corrigir distorções que afetam o acesso, como a proteção à maternidade, jornada de trabalho, etc. No 461, cita-se a igualdade de salário por trabalho de igual valor.

Quando se fala em maternidade, esta é uma situação que costuma servir como impeditivo da progressão das mulheres na carreira, quando o acúmulo de habilidades e de experiência justificam promoção, é a maternidade. Em um estudo proposto por Góes e Machado (2021), há informações de que mulheres costumam sofrer preconceito, no mundo corporativo, quando engravidam. O retorno sempre é dificultoso, seja no que se refere ao cumprimento de metas que levariam à ascensão na carreira, seja no que se refere à recolocação no mercado de trabalho, provocando até mesmo o desligamento das mesmas sem aviso prévio.

Isso é um desrespeito à legislação. Em seus estudos, Lenzi reforçava que essas questões poderiam fazer com que o empregador respondesse nas esferas cível e trabalhista, além de ter de pagar multa aplicada pelas Delegacias Regionais do Trabalho e Emprego, ou por autoridades que exerçam funções

delegadas. Ela também citava a questão cultural, de ocorrência rotineira, com destaque para o papel da mulher na luta diária para se fazer respeitada:

É fato que precisamos mudar esse cenário urgentemente. As mulheres devem se conscientizar de que seus direitos básicos de igualdade existem e devem ser aplicados. Não podem e não devem aceitar qualquer tipo de discriminação em relação ao aspecto profissional e salarial apenas e tão somente por ser mulher. Todos são iguais perante a lei e a mulher trabalhadora tem o direito social de uma relação de emprego protegida contra qualquer tipo de arbitrariedade e injustiça (Lenzi, 2014, p. 2).

Apesar de entender que o trabalho revela as desigualdades, contradições e discriminações, principalmente de gênero, que despontam no contraste entre os mercados de trabalho e de consumo em relação à mulher, é preciso refletir e discutir acerca da sua hipervulnerabilidade ou de sua exploração exacerbada.

Deste modo, no entendimento de que a luta das mulheres por direitos humanos no mundo do trabalho é de longo caminho, ou melhor, de longo prazo, principalmente por se viver em uma sociedade paternalista, o reconhecimento e a efetivação de direitos dá-se pela articulação e elaboração de condições para que a mulher possa ter o reconhecimento de sua capacidade laboral, sem a vivência diária de práticas abusivas e sexistas.

Considerações Finais

As reestruturações produtivas e as mudanças que acarretam no mercado e na organização do trabalho no contexto atual da globalização da economia, pouco são analisadas do ponto de vista das diferenças de gênero. Entretanto, os impactos das reestruturações produtivas sobre as condições de trabalho sofrem variações segundo o sexo e a mão de obra.

Neste contexto, sempre houve um modelo de flexibilização direcionado especialmente às mulheres, a partir da utilização intensiva de formas de emprego precárias, contratos de curta duração, empregos por tempo parcial e/ou trabalho em domicílio. Esse fenômeno ocorre pela concentração da presença

feminina em locais de trabalho onde predomina a instabilidade, com pouca exigência na questão de qualificação, além da má remuneração.

Apesar destes fatores negativos, pesquisas recentes comprovam o crescente número de mulheres em postos diretivos nas empresas, processo este devido à falência dos modelos masculinos de processo civilizatório, onde o homem se julga superior em todas as áreas, assim como da inserção da mulher em organizações sociais e participando dos movimentos de luta.

Por este motivo, percebe-se a importância de se reduzir as desigualdades de gênero no mundo laboral, evitando-se a superexploração da força de trabalho, com destaque para a feminina, com o intuito de fortalecimento sua autonomia, cidadania, além de propiciar melhores condições de vida às famílias.

Referências

ALPACA, N. H. **Participação de mulheres no mercado de trabalho é 20% inferior à dos homens**. Publicado em 2022. CNN Brasil. Disponível em: www.cnnbrasil.com.br. Acesso em: nov 2023.

BHERING, L. S.; FONTES, M. B. Famílias monoparentais: um enfoque demográfico a partir dos dados da PNAD 2015. **I Seminário Nacional: Família e Políticas Sociais no Brasil GT 5 – Família, Geração e Trabalho**. [2015]. Disponível em: www.ppged.ufv.br. Acesso em: nov 2023.

BRASIL. **Constituição do Brasil**. 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: nov 2023.

_____. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 236p.

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos feministas**, 1994, p. 179-99.

_____, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006.

CEDAW. Comitê para Eliminação da Discriminação das Mulheres da ONU. ***The Treaty for the Rights of Women*** [O tratado pelos direitos da mulheres]. Milani, Leila Rassekh, Albert. Sarah C. NY USA, 2004.

COSTA, A. A. [02/05/2012]. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Disponível em: <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com>. Acesso em: nov 2023.

DESIDÉRIO, M. **O que muda com a regulamentação da PEC das Domésticas**. Jun/2015. Disponível em: <http://exame.abril.com.br>. Acesso em: ago/2016.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho. **Boletim Especial**. Dia da Mulher, 08 de Março de 2023. Disponível em: www.dieese.org.br. Acesso em: nov 2023.

FEIJÓ, J. **Diferenças de gênero no mercado de trabalho**. Publicado em 08/03/2023. Disponível em: <https://portal.fgv.br>. Acesso em: nov 2023.

FERRARI, R. Publicado em 2016. **O empoderamento da mulher**. Disponível em: www.intercef.com.br. Acesso em: nov 2023.

FILGUEIRAS, D. **Mulheres já ocupam 51% dos cargos no serviço público do Pará**. Secretaria de Estado de Comunicação. EGPA. Escola de Governo Pública do Pará. Publicado em 2016. Disponível em: <http://egpa.pa.gov.br>. Acesso em: nov 2023.

FREITAS JR., A. R. **Direito do trabalho e direitos humanos**. São Paulo: BH Editora e Distribuidora de Livros, 2006, p. 576.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: nov. 2023.

LENZI, T. F. O direito da mulher no mercado de trabalho. Artigo publicado em 2014. Disponível em: www.jusbrasil.com.br. Acesso em: nov 2023.

NASCIMENTO, M. G. O trabalho silencioso da mulher no interior da floresta Amazônica. **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**. Nº. 11, Vol. II, mar/1998.

NASCIMENTO, A. C. A “feminização” do desemprego nos polos “desenvolvimentistas” do Pará. *Argumentum*, Vitória (ES), v. 8, n.1, p. 126-139, jan./abr. 2016.

PERROT, M. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. In: **Cadernos Pagu**, n. 4, 1995. p. 9-28.

PIMENTEL, S. Convenções de direitos humanos sobre direitos da mulher. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso F. Campilongo; Alvaro de A. Gonzaga; André L. Freire (coords.). **Tomo: Direitos Humanos**. 1 ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

REINA, V. S. Mulheres no movimento sindical: o avesso a história. **18º RE-DOR**. 24 a 27/11/2014. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife(PE), p. 625-642.

RODRIGUES, A. Política em reforma. **Coleção-Femea**. 132, n. 148, out-dez, 2015. Disponível em: www.cfemea.org.br. Acesso em: nov 2023.

SANTOS, Y. G. **Mulheres chefes de família entre a autonomia e a dependência**: Um estudo comparativo entre Brasil, França e Japão. Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, junho/2008 [Tese].

SEPM. 2016. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Coordenação-Geral de Direitos do Trabalho das Mulheres**. Ministério da Justiça e Cidadania. Disponível em: www.spm.gov.br. Acesso em: nov 2023.

TSE MULHERES. **Estatísticas sobre eleitorado e participação feminina na política**. Publicado em janeiro 2023. Disponível em: www.tse.jus.br. Acesso em: nov 2023.

CAPÍTULO 4

AS PERFORMANCES ESPACIAIS E SUAS RELAÇÕES COM AS EXPRESSÕES HOMOERÓTICAS EM HOMENS ELEGANTES

Jackeline Fernanda Ferreira Ribeiro

João Pedro da Mota

Doi: 10.48209/978-65-5417-220-4

Introdução

Entre o plano de conteúdo e o plano expressão¹, *Homens Elegantes* apresenta uma história de espionagem ambientada na Inglaterra do século XVIII e protagonizada por um brasileiro com ascendência inglesa, que foi incumbido de investigar o contrabando de enormes quantidades livros eróticos para o Brasil. Na enunciação romântica, a narrativa explora a temática LGBTQIA+ quando Érico se apaixona por Gonçalo. Érico Borges, o *James Bond gay* – como o autor mesmo disse ter se baseado para a construção da habilidade investigativa do protagonista – com traços do *jeitinho brasileiro*, enfrenta, com grande sagacidade, o inescrupuloso ítalo-argentino Reinaldo Olavo de Gavéria y Acevedo, conhecido também como Conde Bolsonaro, o qual Érico desconfia ser o financiador e líder do contrabando que o levou à cidade de Londres.

¹ Adota-se, aqui, a concepção de Louis Troler Hjelmslev (1975), considerando que o processo de fazer significar na expressão o conteúdo ou um conteúdo, que já esteja figurativizado na expressão, é tarefa do analista. A articulação, ou seja, os arranjos espaciais na obra possibilitam entender que o plano de conteúdo faz referência ao significado do texto, já o plano de expressão refere-se à manifestação desse conteúdo em um sistema de significação.

No decorrer da trama, o enunciador, em terceira pessoa, expõe que Érico Borges fora sempre reprimido pela Família, Igreja e Sociedade por causa de sua orientação. Entretanto, ao chegar a Londres, percebe uma realidade oposta à do Brasil, a qual as ações homoeróticas são mais permissivas em certos locais². E é em um desses locais que o protagonista conhece seu parceiro amoroso Gonçalo. Diante desse enredo, a diegese se desenvolve, na sua maioria, em dois tipos de configurações espaciais: o primeiro, central, em que o protagonista age, em meio à alta sociedade, para descobrir quem financiou o contrabando de livros eróticos para o Brasil; e o segundo, periférico, na qual o protagonista realiza seus desejos homoerótico com Gonçalo.

Partindo desse pressuposto, esta pesquisa discute o espaço e as suas interferências na construção e encadeamento das ações, assim como no arranjo das personagens homoeróticas presentes em *Homens Elegantes*, de Samir Machado de Machado. Ao determinarmos a relação do espaço com o homoerótico, buscamos ver de que forma o espaço comunica e interfere nas ações homoafetivas das personagens.

Assim, em vista desse jogo antitético que os espaços compõem, selecionamos esse corpus de análise, pois, ao relacionar este elemento narrativo com as manifestações homoeróticas, percebemos que a configuração espacial, ao ser central ou periférica³, acaba refletindo na subjetivização das personagens homoeróticas. Dessa maneira, buscamos identificar e entender de que forma *Homens Elegantes* nos apresenta uma narrativa social, cultural e histórica por meio dos arranjos sintagmáticos que compõem as descrições dos espaços e das ações das personagens nesses meios, contribuindo, conseqüentemente, para uma reflexão metodológica sobre as relações homoafetivas e seus respectivos espaços de pertencimento e subjetivização.

2 A abordagem homoerótica na obra está inserida no período em que o Brasil era colônia de Portugal – século XVIII. Essa perspectiva socio-histórica, a representação do sujeito homoerótico era feita como **sodomita**, pois até então não havia uma nomenclatura específica para as práticas.

Desenvolvimento

Para além do tempo, do narrador e das personagens, nas últimas décadas, os estudiosos da teoria literária têm buscado desenvolver discussões profundas e inovadoras sobre o espaço narrativo e a sua manifestação social dentro dos textos ficcionais. As análises espaciais passaram a perceber o meio como condição para o enquadramento dos sentidos dispostos na narrativa, não sendo apenas um composto de objetos estáticos, mas também reflexo social, cultural, ideológico daqueles que nele agem. Santos e Oliveira (2001) argumenta que o espaço é um composto elementos indicativos fixos e variáveis que permite desenvolver um movimento contínuo, em que o espaço ficcional desencadeia múltiplas percepções e interações com os que transitam na narrativa.

Nos últimos 60 anos, a crítica e teoria literária tem dado enfoque ao estatuto da espacialidade ficcional, contribuindo fortemente para o preenchimento das lacunas que havia até então sobre esse elemento narrativo. Michel Foucault (2000), em sua conferência sobre a linguagem literária, explica que “de modo geral, só há signos significantes, com seu significado, por leis de substituição, de combinação de elementos, por conseguinte, em um espaço” (p.168). Ainda nessa mesma conferência, o filósofo comenta que o “ser” da linguagem é o espaço, e que é preciso entender a linguagem e a sociedade através da problematização do espaço, seja ele ficcional ou não, haja vista que é pelo espaço que é possível compreender o indivíduo, a linguagem, e a sociedade.

[...] metaforizar as transformações do discurso através de um vocabulário temporal conduz necessariamente à utilização do modelo da consciência individual, com sua temporalidade própria. Tentar ao contrário decifrá-lo através de metáforas espaciais, estratégicas, permite perceber exatamente os pontos pelos quais os discursos se transformam em, através de e a partir das relações de poder (FOUCAULT, 1999: 90).

Gaston Bachelard (1957), em sua obra *A Poética do Espaço*, aplica ao estudo analítico espacial a fenomenologia (topoanálise) ao tentar compreender

o espaço a partir da experiência espacial como uma existência, isto é, o espaço é entendido pela poética da experiência particular da espacialidade, sendo um estudo psicológico dos locais íntimos.

O método descrito apresenta o conceito de que a representação da existência é construída por meio da linguagem (logos), sendo, então, elemento subjetivo da humanidade que perpassa cada sujeito de acordo com suas vivências. Assim, o espaço, de acordo com o filósofo, deve ser analisado pela maneira em que o indivíduo desenvolve sua identidade e existência com os espaços habitados por ele. Assim, o modelo anunciado – “fenomenologia de imaginação poética” – apresenta o espaço como um projeto humano (linguístico) contínuo que cria e recria, na qual o espaço é elemento de representação, associando-a ao grau de afetividade do narrador e personagem.

Essa afetividade é apresentada em sua obra a partir de esquemas de arquétipos dos espaços emotivos, como, por exemplo, a casa. Esse ambiente, de acordo com Bachelard, é o mais sensível à manifestação poética da subjetividade, pois as lembranças serão espelhadas em imagens simbólicas, ultrapassado a perspectiva espacial vazia de elementos apenas visuais. Esses espaços são tópicos (ambientes prazerosos e extrovertidos), atópicos (angustiante e introspectivo) e utópicos (espaços de desejo).

Assim, de acordo com o método bachelardiano, o espaço sempre será perpassado pelas relações emocionais dos personagens e enunciador, sendo estabelecido a partir da oposição de locais (tópicos x atópicos). Tal processo está ligado aos atos linguísticos, na qual a língua, embricada em subjetividade, forma um conjunto de referências para o ato comunicativo. Logo, quando é apresentado na narrativa um ambiente agradável ou não, os leitores são estimulados, pois as referências subjetivas apropriadas no texto permitirão essa interação/compreensão.

Baseado na perspectiva bachelardiana, Oziris Borges Filho (2007) acrescenta que o topoanalista deve encaixar ao estudo espacial a interdisciplinari-

dade, na qual as percepções físicas e geográficas devem estar aliadas à relação íntima e psicológica. Esse processo, irá permitir uma maior apreensão das inferências ideológicas, subjetivas e culturais que o arranjo espacial determina, pois esses são materializados no plano de conteúdo a partir da relação enunciad^{or}- narrativa- enunciação- personagem.

[...] quando falamos de espaço, referimo-nos tanto aos objetos e suas relações como ao recipiente, isto é, à localização desses mesmos objetos. Além disso, nunca podemos esquecer o observador a partir do qual aquelas relações são construídas na literatura. Assim, ao analisarmos um espaço qualquer [...] não podemos nos esquecer dos objetos que compõem e constituem esses espaços e de suas relações entre si e com as personagens e/ou narrador. (BORGES FILHO, 2007, p.17).

A configuração espacial, para o teórico, ocorre pela manifestação do entendimento dos sujeitos em relação ao meio em que está inserido. A forma a qual a personagem se apresenta em um espaço cria toda uma significação de espacialização. É esta relação (espaço e personagem) que irá influenciar e propiciar a ação das personagens e seus sentimentos:

[...] o espaço não somente explicita o que é ou será a personagem. Muitas vezes, o espaço influencia a personagem a agir de determinada maneira [...] diferentes espaços engendram diferentes atitudes [...] outras vezes, não é o espaço que influencia a personagem, mas o contrário: a personagem transforma o espaço em que vive, transmitindo-lhe suas características (BORGES FILHO, 2007, p.37-39).

Osman Lins (1976) afirma que o espaço, juntamente com sua relação com os personagens, desenvolve efeitos interpretativos mais profundos, haja vista que é por meio da personagem e de sua percepção do mundo que a cerca que o narrador descreve os espaços, apresentando-o de forma subjetiva. Nessa percepção, o teórico nos apresenta o conceito de ambientação que, para ele, é o resultado “de um conjunto de processos conhecidos ou possíveis, destinados a provocar a noção de um determinado ambiente” (1976, p.77). Assim, a ambientação é a interpretação dos significados que estão subentendidos nos elementos reais que compõem os espaços dentro da narrativa.

Oziris Borges Filho (2007), em vez de ambientação, vai chamar esse processo proposto por Lins como Espacialização, em que, além de perceber os significados que estão ocultos nas unidades concretas que constituem os espaços, será também inserido a compreensão das ideias que estão por trás da relação do espaço com as personagens. Essas interações são definidas pelo teórico como topofilia, quando a narrativa apresenta um espaço que dialoga positivamente com os personagens, e topofobia, quando a interação entre esses dois elementos se apresenta de forma negativa.

Para a construção da topoanálise, Borges Filho (2007) afirma que as expressões das relações positivas ou negativas entre espaço e personagens são desenvolvidas por meio dos gradientes sensoriais, uma vez que as sensações humanas dos personagens interferem e determinam sua percepção e relação com o espaço. As sensações compõem a entrada para o pensamento do indivíduo. Tudo que existe, tudo que está posto, é reconhecido pelo leitor-indivíduo, até porque, para Saussure, o indivíduo ao adquirir a língua se torna um sujeito-falante, mantém sua individualidade de discurso e adquire a subjetividade no texto. Logo, o fazer humano se constitui pelas ações, mas se eterniza pela e na linguagem.

Mikhail Bakhtin (1990) entende que a análise de um texto deve perpassar a compreensão da funcionalidade e organização do plano espaço-temporal. Diante desse argumento, o teórico russo desenvolveu o conceito de *cronotopia*, a qual entende que as ações que ocorrem no espaço atravessam um tempo, alinhando os elementos espaciais aos temporais para a construção de sentidos. Nas narrativas, o *cronotopo* é apresentado a partir dos diálogos ficcionais com as estruturas ideológicas e culturais de determinado período ou época.

Homens Elegantes é uma narrativa que se insere no contexto do século XVIII e apresenta Londres como perspectiva de espacialidade. Esse construto é um cronotopo que revela a carga ideológica e cultural que irá orientar o de-

envolvimento de sentidos no texto. Dispõe-se aqui o ano de 1760, período de grandes transformações na Europa, como divulgações maciça das ideias iluministas e de filósofos como Voltaire (Século das Luzes); guerras por território e comércio, como a Guerra dos sete anos; crise no sistema monárquico e religioso; entre outros. Todos esses fatos, organizados pela narrativa, faz inferir que o texto, em sua instância discursiva, se relaciona com a tentativa de exposição rompimento do conservadorismo do período em que está ambientado, assim como os seus reflexos atualmente.

Baseado no que propõe Borges Filho e Bachelard, percebe-se que há na narrativa um jogo antagônico entre as espacialidades, representando os mais diversos sentimentos das personagens que reforça as ações, os desejos, as subjetividades e, por fim, constroem os sentidos:

Toda viagem é uma tradução. aquele que desembarca não é a mesma versão que parte, e sim algo novo, adaptado, uma releitura de si mesmo para um novo público, ainda que mantendo a essência. [...] viajar é transferir, transferir a transladar, transladar é traduzir. Ele ama viajar, ele odeia viajar. Após tanto tempo cruzando o oceano, já não sabe dizer se o arrebatamento da chegada é maior do que o alívio de ser livre da travessia. Foram dois meses no mar hino do Brasil a corte, e mais duas semanas indo da corte ao seu destino final. Nem os livros que trouxe consigo foram suficientes para afastar a melancolia. [...] Olha em volta: ninguém está lhe dando atenção. Aproveite a oportunidade! Lança-te ao rio de uma vez, que falta fará? [...] (MACHADO, 2016, p.15).

Como descrito no trecho, o navio e o mar se constituem e se apresentam como *espaços de transição* para o protagonista, haja vista que Érico sai do Brasil, colônia portuguesa e com “zero produção cultural”, e vai a Londres, cidade Inglesa que está passando por um processo de revolução cultural e intelectual. O jogo antitético exposto pela representação desse espaço expõe alguns dados psicológicos da personagem, mostrando que a travessia do antigo para o novo, do conhecido para o desconhecido está sendo dolorosa e assustadora. É possível perceber esse processo através dos gradientes sensoriais que fazem parte da descrição, como a sensação de escuridão e de frio que

representam a angústia e melancolia da personagem, assim como a solidão do espaço.

Outro espaço presente na narrativa de Samir Machado de Machado é o parque. Nele, há uma representação de *espaço de intimidade*, na qual a natureza opera como meio livre para a manifestação dos desejos e segredos dos amantes:

[...] O sol baixo e o céu poente banham o seu rosto em tons de azul e coral, dando uma áurea mágica às suas feições.
- Posso segurar sua mão? – pede Gonçalo.
- Há muita gente aqui em volta, não sei se...
- Ninguém está olhando. – E, sem pedir outra vez, toma-lhe a mão. Seus dedos se entrelaçam, a mão do Gonçalo é grande e áspera, mas calorosa. Ficam em silêncio, observando O sol cada vez mais baixo para os lados de Kensington. Voltar significará interromper aquele momento, e é tudo o que Érico não quer. Poderia passar o resto do dia (e da noite) ouvindo sobre pães e bolos [...] fazer piadas que somente os dois entendam, quer despi-lo [...] (MACHADO, 2016, p.231).

Há nesse espaço natural uma caracterização positiva que deixa os personagens mais livres dos padrões culturais de comportamento imposto pela sociedade, permitindo que houvesse a experimentação, mesmo que breve, do desejo homoerótico. Esse espaço, assim como o anterior, é composto por gradientes sensoriais como o calor do sol e das mãos de Gonçalo, e os reflexos das cores azul e coral que entregam o sentido de afetividade, passividade e segurança do espaço natural, bem como os sentimentos que surgem nas personagens.

Situado em um contexto de dominação patriarcal nos âmbitos sociais, culturais e ideológico, Homens Elegantes nos insere diversos espaços que interferem ou influenciam na manifestação do desejo homoerótico. É válido ressaltar que até o século XIX o indivíduo homossexual era taxado como sodomita ou fanchonos, pois, como não havia terminologia própria, inseriram, com base na moralidade cristã, um vocábulo representativo do pecado³.

3 Em 1869, o médico Karl M. Kertbeny criou a expressão “homossexualismo”, inserindo o conceito de doenças psíquicas e de mal social sobre os indivíduos homossexuais. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/JSilva.pdf>. Acesso em 12 abr 2023.

[A sodomia era] Um pecado gravíssimo, que não prescrevia jamais, continuando digno de punição por muito tempo. Como se tratava de um desvio ditado pelo demônio, a Igreja e a Inquisição associavam a prática de sodomia com a bruxaria e as heresias dos cátaros templários (TREVISAN, 2002, p. 110).

Mott (1988) afirma que a sodomia era vista como ameaça ao poder dominante e, por isso, exigiam a punição e erradicação dos indivíduos que a praticassem, levando-os a morte em praça pública.

Por mais que a narrativa de Samir Machado de Machado se ambienta no século XVIII, em um momento de grandes revoluções em toda a Europa, como a redução do poder institucional da Igreja Católica Romana, ainda havia fortes resquícios da Inquisição nas concepções morais da população desse período, não ocorrendo a aceitação dos desejos e práticas homossexuais⁴. Ou seja, a criminalização da relação homossexual fez com que a repressão realizada pela Igreja e Estado também fosse feita pela sociedade.

As personagens da obra de Samir, mesmo diante de um país teoricamente evoluído no que confere as questões sociais, são postos em situações negativas nos discursos dominantes, como ocorre nestes trechos:

[...] O embaixador continua: - é como uma deformação na alma, e tal sorte de aleijados do espírito não servem para o corpo diplomático. A culpa, é minha. Devia ter feito algo. Mas você... Eu conheço o Conde de Oeiras faz muito tempo. Por Deus, o irmão dele é monsenhor da Sé em Lisboa, presidente de conselho da Inquisição! Como alguém como você conseguiu enganá-lo? Um maldito fanchono!
- Do que me chamou? - Érico retruca, ríspido.
- O chamei do que o senhor é! Um invertido, um fanchono, um sodomita!
[...] (MACHADO, 2016, p. 239).

[...] “E o fanchono?”, insiste o velho inglês. “Não quero aquele pederasta na minha casa, isso aqui é uma casa cristã, uma casa católica. Não admito fanchono fazendo fanchonice aqui.” [...] “Um oportunistazinho de merda”, diz Bolsonaro. “Outro pederasta, crê? A Europa está infestada desses vermes, são como ratos, sabe-se lá Deus como se multiplicam”. (MACHADO, 2016, p. 337 - 338)

4 Para Mott, a noção da relação homossexual enquanto anormal criada pela Santa Inquisição persiste até 1821.

[...] parte de um novo panfleto de ódio, com o texto em inglês: The Earthquakers. Numa mesa, encontra alguns exemplares em francês, Les Provocateurs des Tremblements de Terre. Há também em espanhol e, por fim, em português: Os Incitadores de terremotos. Lê um trecho:

A mais exemplar punição deve ser aplicada aos que cometem este crime, o mais horrendo e detestável de todos, pois se deixados vivos, a ação dos sodomitas logo irá infectar toda a nação, e dali carregada pelos navios a toda a humanidade, enquanto os que ficarem Terra treinarão mesmo as crianças a praticarem este que é o mais objeto vício. [...] se a justiça continuar leniente, cedo chegará ao momento em que a mulher se tornará um elemento inútil da criação uma vez que o homem, sendo naturalmente superior, terá encontrado em sua própria semelhança um suprimento de suas necessidades lascivas.

[...] Ora, se pensam assim, isso explica muita coisa: o desprezo pelos afeeminados nada mais é que o desprezo pelo feminino [...]. Da mesma forma, isso explica a necessidade de reduzirem os fanchonos a criaturas grosseiras: a simplificação grotesca desumaniza o seu alvo e o distancia, e ao final, nenhum inimigo é mais temido do que aquele que se teme que esteja dentro de si mesmo. [...] Apenas por descargo de consciência, Érico dá uma última olhada no texto:

Tal forma inferior de gente, dada tais hábitos pútridos, encontra-se em toda sorte de classe social [...] A podridão de seus sentimentos os leva, naturalmente, ao ódio, ao crime e a rejeição. [...] O Pecado nefando é um crime à parte, merecedor de punição mais memorável que o estupro e o assassinato [...]. (MACHADO, 2016, p. 341-343). [grifo do autor].

Como se percebe, há uma reprodução do discurso hegemônico pelas personagens que expõe o imaginário social do período, fazendo com que os sujeitos homossexuais sejam colocados em um espaço social marginalizados devido aos seus desejos - categorizados como imoral e desonroso. Existe também a manifestação da política ideológica para a manutenção do seu poder. Esse ato ocorre pela divulgação de panfletos por toda a Europa, expondo de forma direta a necessidade do extermínio do sujeito “desviante”.

Jurandir Freire Costa (1992), em *A inocência e o vício: estudos sobre hoerotismo*, afirma que a imagem do homossexual como imoral foi reforçada pela sua conexão com a figura feminina, estabelecendo-os como seres inferiores ao masculino, símbolo da tradicional família patriarcal burguesa. Nessa perspectiva, Judith Butler (2003) destaca que existe uma relação irregular entre o masculino e o feminino que se constitui pela normatização dos comporta-

mentos que cada gênero deve assumir, como andar, vestir, agir, entre outros. Entretanto, o “desvio” sexual acaba interrompendo esse processo organizador da sociedade, colocando os padrões culturais de comportamento estabelecidos pela norma social heterocêntrica⁵ em risco.

De acordo com Mott (1987), heterocêntrica é um sistema ideológico e cultural que entende a heterossexualidade como sistema afetivo superior. Os termos “inversão”, “sodomita” e “fanchono” são formas de categorização estereotipadas das orientações sexuais que o heterocentrismo desenvolve com o fito de limitar a liberdade sexual.

Durante um momento de grandes transformações intelectuais e religiosas em toda a Europa, *Homens Elegantes* constrói condições espaciais para a manifestação do homoerotismo em diversos espaços, entretanto ocultos da sociedade, como bordel, casas afastadas do centro, praças, entre outros. Em contraposição, os espaços centrais, de poder, como a embaixada, igreja e palácio, por exemplo, são normalizadores e inibem as ações homoeróticas.

Diante disso, a diegese se desenvolve por meio das oposições desses espaços centrais e periféricos. A título de exemplificação, em cada capítulo da narrativa, o narrador nos apresenta espaços alternados, como ocorre, por exemplo, no capítulo 6 (que se estende até o 8), em que o espaço é o salão central do Palácio Egípcio. Nesse ambiente, o enunciador descreve a arquitetura magistral do ambiente, assim como as vestimentas dos convidados, instaurando, no nível discursivo, a influência dos padrões culturais de comportamento estabelecidos pela norma social heterocêntrica.

[...] No Salão Egípcio de Mansion House, que de egípcio tem só o nome, Érico sente algo próximo do arrebatamento: um grandioso salão oblongo de teto abobadado, percorrido de uma ponta à outra por imensas colunas compósitas, circundados por galerias balaustradas no segundo piso, e ter-

5 De acordo com Mott (1987), heterocêntrica é um sistema ideológico e cultural que entende a heterossexualidade como sistema afetivo superior. Os termos “inversão”, “sodomita” e “fanchono” são formas de categorização estereotipadas das orientações sexuais que o heterocentrismo desenvolve com o fito de limitar a liberdade sexual.

minando de cada lado em grandes vitrais. [...] é o brilho do Olimpo, tudo ali é imperioso, epopeico e brutal: como nas igrejas, construídas para fazer o homem pequeno frente à magnificência de vida; é certo que ali é o templo de outro tipo de poder. (MACHADO, p.105-106).

[...] um pé se apoia na escadinha: sapatos de couro preto com fivelas de Prata cravejadas de brilhantes, saltos vermelhos a moda de Luís XV. dessa figura ereta e casualmente Serena de um homem elegante, casaca num azul-naval bem escuro, gola alta e rija dando ao rosto a elegância de um busto esculpido - rosto este que vem empoado, pálido como mármore e rosado nas bochechas. [...] debaixo da casaca veste colete de brocado, trespassado por duas fileiras paralelas de botões; em pano cinza escuro com flores e gavinhas bordadas em fios de Prata [...] (MACHADO, p.104).

É possível perceber que os gradientes sensoriais, predominantemente, visuais mobilizam os signos a ponto de refletirem a superioridade do espaço enquanto *espaço opressor*. Nele, a descrição dos componentes arquitetônicos, como a comparação do salão com o Olimpo e a Igreja expõem o distanciamento das manifestações homoeróticas, uma vez que esses dois signos direcionam à uma compreensão que cooptam saberes e sentidos de pureza e espaço da nobreza, havendo, aqui, uma inibição dos atos não normatizados. Na compreensão do meio, as personagens se apresentam de acordo com o que está estabelecido pelo social, tornando as vestimentas símbolos, nas quais os signos “brilhantes”, “elegância” e “busto esculpido” representam a relação de poder do meio sobre seus integrantes.

Já no capítulo 9, diferente do exposto anteriormente, o espaço se modifica completamente. Nele, a configuração espacial ocorre por meio da simbologia da escuridão, do oculto e do proibido, apresentando-se como *espaço de transgressão*:

“Homens sábios encontrarão a entrada”, diz a placa afixada as portas. As luzes estão apagadas, a janelas tapadas por cortinas. À primeira vista, não há vida alguma na cafeteria cuja placa exhibe o desenho de um queijo redondo junto de um rastelo ou ancinho: THE MOON’S RAKE. [...] Da mesma forma, que vem àquela cafeteria durante o dia e lê o nome Rastelo da Lua [...] julga que tudo está em seu lugar. Mas quando a noite cai e suas portas se fecham, torna-se tal qual um ator de pantominias vestido *en travesti*, a observar jocoso do nome da loja o trocadilho com a palavra rake. Lá no

fundo azul da noite daquela Floresta, a lua ilumina a dança, a roda e a festa - é o Libertino da Lua. um prédio antigo e discreto. [...] Os dois olham ao redor, certificam se de que ninguém os segue. Dobram a esquina e cruzam pelo beco de Little Crown [...] A entrada, é claro, se dá pelos fundos. [...] (MACHADO, 2016, p.167 - 168).

O espaço aqui é apresentado por símbolos, mais uma vez sensoriais, que dão ao sujeito homoerótico a liberdade de seus desejos. Configurado em uma atmosfera de escuridão e periferia, os signos mobilizados são baseados no trabalho braçal, na natureza, no desejo e no oculto, permitindo aos integrantes desse meio a manifestação de seus desejos homoeróticos.

Enquanto o primeiro espaço é representado pelo Salão, símbolo do poder normatizador, o segundo, é pelo elemento da natureza, a Lua, que se caracteriza pela passividade e feminilidade.

Conclusão

Ambientada em Londres, no século XVII, em um período de intensas transformações socioculturais na Europa, a narrativa de Homens Elegantes se desenvolve por meio das condições espaciais que ora favorecem as manifestações do homoerotismo, entretanto em espaços ocultos, e ora instituem espaços que são normalizadores e inibem as ações homoeróticas.

Diante disso, a diegese se desenvolve por meio das oposições desses espaços centrais e periféricos, na qual são representados por símbolos sensoriais que orientam o sujeito sobre a permissividade ou não dos atos homoeróticos em determinados ambientes, como, por exemplo, no Salão Egípcio de Mansion House e no Rastelo da Lua. O primeiro, palácio comparado ao Olimpo, é composto pelos signos de clareza, de elegância, de nobreza e de pureza, a qual direcionam à compreensão de um espaço opressor que inibe dos atos não normatizados. O segundo, espaço da libertinagem, se configura por meio de uma atmosfera de escuridão e periferia, em que os signos mobilizados são baseados no trabalho braçal, na natureza, no desejo e no oculto, permitindo aos integrantes desse meio a manifestação de seus desejos homoeróticos.

Assim, diante desses jogos antitéticos espaciais, este artigo teve como intuito verificar de que forma a percepção e a representação dos espaços, por meio de suas simbologias, influencia ou inibe as manifestações homoeróticas no romance analisado. Ao relacionar elemento espacial com as manifestações homoeróticas, percebemos que a configuração espacial, ao ser central ou periférica, acaba refletindo na subjetivização das personagens homoeróticas.

Dessa maneira, identificamos e entendemos que *Homens Elegantes* nos apresenta uma narrativa social, cultural e histórica por meio dos arranjos sintagmáticos que compõem as descrições dos espaços e das ações das personagens nesses meios, contribuindo, conseqüentemente, para uma reflexão metodológica sobre as relações homoafetivas e seus respectivos espaços de pertencimento e subjetivização.

Referências

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BACHELARD, Gaston. **A poética do Espaço**. Trad. Antônio da Costa Leal. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado, 1996.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: A teoria do Romance**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 1993.

BARCELLOS, José Carlos. **Literatura e homoerotismo em questão**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2006.

BORGES FILHO, Oziris. **Espaço e Literatura: Introdução à toponálise**. São Paulo: Ribeirão Editora, 2007.

BORGES FILHO, Oziris. **Espaço e literatura: introdução à toponálise**. XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências, São Paulo, p. 1 – 7, julho de 2008. Disponível em: chrome-extension://efaidnb-mnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/067/OZIRIS_FILHO.pdf acessado em: 15 jul. 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRANDÃO, Luís Alberto. **Teorias do espaço literário**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BRANDÃO, Luís Alberto; OLIVEIRA, Silvana Pessoa de. **Sujeito, tempo e espaço ficcionais: introdução à teoria da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 2007.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1969.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício: estudos sobre homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Linguagem e literatura**. In: MACHADO, Roberto. *Foucault: a filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 137-174.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 14.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GREIMAS, Algirdas-Julien. **Semiótica e ciências sociais**. Tradução de Álvaro Lorencini e Sandra Nitrini. São Paulo: Editora Cultrix, 1976.

HJELMSLEV, Louis Troler. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. 2ª ed., [Trad. J. Teixeira Coelho Netto]. – São Paulo: Perspectiva, 1975.

LINS, Osman. **Lima Barreto e o espaço romanesco**. São Paulo: Ática, 1976.

MACHADO, Samir Machado de. **Homens Elegantes**. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

MOTT, Luis. **A homossexualidade no Brasil: bibliografia**. Em D. C. Hazen (Org.), *Latin american masses and minorities: their images and realities* (pp. 529-609). Madison: Princeton University, 1987.

MOTT, Luis. **O sexo proibido**. São Paulo: Editora Papirus, 1988.

REIS, Carlos. Espaço. In: _____. **Dicionário de estudos narrativos**. Coimbra: Almedina, 2018, p. 111 - 116.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

CAPÍTULO 5

O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA LOGÍSTICA EMPRESARIAL

Rodrigo Duarte Faccin

Doi: 10.48209/978-65-5417-220-5

Introdução

A consciência ambiental tem ganhado cada vez mais destaque na sociedade contemporânea, impulsionando empresas a repensarem suas práticas operacionais em direção à sustentabilidade. Dentro desse contexto, a logística empresarial, responsável pela gestão eficiente do fluxo de produtos, informações e serviços, desponta como uma área de grande relevância e também de significativo impacto ambiental.

Assim, a inserção da educação ambiental no âmbito logístico emerge como um ponto crucial para fomentar mudanças de mentalidade, comportamento e atitudes, visando a redução dos impactos negativos ao meio ambiente. Este artigo objetiva realizar uma revisão teórica aprofundada sobre o papel da educação ambiental na logística empresarial, enfatizando sua importância, benefícios e desafios.

Esta revisão teórica tem como propósito explorar e analisar criticamente a integração da educação ambiental na logística empresarial. Adota-se uma abordagem metodológica de revisão sistemática, compilando e analisando in-

formações de artigos científicos, livros, relatórios técnicos e pesquisas recentes sobre o tema. Destaca-se a importância de compreender o papel da educação ambiental na transformação das práticas logísticas, evidenciando as tendências atuais e as discussões mais relevantes.

Desenvolvimento

A logística empresarial, embora essencial para a eficiência operacional, tem sido associada a impactos ambientais significativos. A conscientização sobre esses efeitos negativos levou à busca por estratégias que promovam práticas sustentáveis. Autores como Carter e Rogers (2008) destacam que a integração da educação ambiental no contexto logístico é fundamental para sensibilizar gestores e colaboradores sobre a importância da sustentabilidade.

A logística pode ser conceituada como um conjunto de atividades estratégicas que compreendem o planejamento, a execução e o controle do fluxo de bens, informações e serviços, desde a origem até o destino final, de forma eficiente e econômica. Ela abrange diversas etapas, como aquisição de matérias-primas, armazenagem, gestão de estoques, transporte, distribuição e gerenciamento de informações, com o objetivo principal de garantir a disponibilidade adequada de produtos, no lugar certo e no tempo certo, atendendo às demandas dos clientes ao mesmo tempo em que busca minimizar custos e maximizar a eficiência operacional (SILVA, 2018).

A logística empresarial desempenha um papel crucial nas operações das organizações modernas. No entanto, suas atividades frequentemente geram consideráveis impactos ambientais, incluindo emissões de gases de efeito estufa, consumo exacerbado de recursos naturais e produção de resíduos. A abordagem tradicional focada na eficiência e redução de custos, muitas vezes, negligencia os aspectos ambientais, tornando a incorporação de práticas sustentáveis uma necessidade premente.

A integração da educação ambiental na logística empresarial se mostra fundamental para sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos. A conscientização sobre questões ambientais e a promoção de uma visão holística das operações logísticas podem inspirar a adoção de práticas mais sustentáveis. Estudos como o de Martinez et al. (2019) destacam que essa mudança de mentalidade é crucial para a transformação dos processos logísticos em prol da sustentabilidade, atuando como um catalisador para novas abordagens mais amigáveis ao meio ambiente.

A incorporação da educação ambiental na logística empresarial proporciona benefícios palpáveis. Além da redução de impactos ambientais, contribui para a otimização de processos, economia de recursos e até mesmo para a diferenciação no mercado. Autores como Mangan et al. (2016) ressaltam que empresas que investem em programas de educação ambiental tendem a ter vantagens competitivas e a serem reconhecidas como socialmente responsáveis.

Os benefícios resultantes da inserção eficaz da educação ambiental na logística são vastos e abrangentes. Além da redução do impacto ambiental das operações, incluem a otimização de recursos, a diminuição de custos operacionais a longo prazo e a melhoria da reputação da empresa perante os consumidores conscientes. Conforme apontado por Oliveira (2020), empresas que investem em programas de educação ambiental na logística tendem a se destacar no mercado, atraindo consumidores que valorizam a responsabilidade ambiental das organizações.

Entretanto, a implementação efetiva da educação ambiental na logística empresarial enfrenta uma série de desafios. A resistência à mudança por parte dos colaboradores e gestores, a falta de conhecimento especializado sobre práticas sustentáveis, os custos adicionais de implementação e a necessidade de engajamento de toda a cadeia de suprimentos são alguns dos obstáculos identificados.

Silva (2018) ressalta a importância da conscientização e da capacitação contínua dos funcionários como fundamentais para superar esses desafios, tornando-os agentes ativos na promoção da sustentabilidade na logística empresarial.

No entanto, a implementação efetiva dessas práticas sustentáveis na logística empresarial enfrenta desafios consideráveis. Entre os principais obstáculos estão a resistência à mudança, a falta de conhecimento técnico e a pressão por resultados imediatos. Autores como McKinnon et al. (2014) enfatizam a necessidade de um engajamento contínuo e do suporte de líderes organizacionais para superar esses desafios e efetivar mudanças positivas.

Em uma análise das tendências atuais, verifica-se um movimento crescente de empresas adotando abordagens mais sustentáveis na logística. Por exemplo, a aplicação de tecnologias verdes, como veículos elétricos e o uso de sistemas inteligentes para otimização de rotas, tem se mostrado uma tendência promissora. Autores como Sarkis et al. (2020) destacam a importância dessas inovações na redução do impacto ambiental das operações logísticas.

Atualmente, observa-se uma crescente ênfase na incorporação da Educação Ambiental como um pilar fundamental na gestão logística das organizações. Com a emergência de desafios globais, como as mudanças climáticas e a crise ambiental, as empresas estão cada vez mais conscientes da necessidade de adotar práticas sustentáveis em suas operações logísticas. Essa mudança de paradigma não se limita apenas à mitigação de impactos, mas também à busca por soluções inovadoras e tecnológicas que promovam a eficiência energética, a redução de resíduos e a minimização das emissões de carbono ao longo de toda a cadeia de suprimentos.

Dessa forma, a Educação Ambiental surge como uma ferramenta estratégica para capacitar os profissionais envolvidos, incentivando a busca por solu-

ções mais responsáveis e adaptáveis às demandas atuais do mercado, conforme evidenciado por estudos recentes de autores como Silva (2018).

Além disso, a recente atenção dada às preocupações ambientais e sociais por parte dos consumidores tem impulsionado as empresas a adotarem uma postura mais sustentável. Isso reflete diretamente nas práticas logísticas, incentivando a implementação de estratégias que considerem não apenas a eficiência operacional, mas também os impactos ambientais e sociais de suas operações.

Empresas visionárias têm investido em programas de Educação Ambiental não apenas para os colaboradores diretos, mas também para toda a cadeia de fornecimento, visando disseminar valores e práticas sustentáveis. Esse movimento de conscientização e engajamento tem sido amplamente reconhecido como um diferencial competitivo, fomentando a construção de uma cultura corporativa mais comprometida com a sustentabilidade e a preservação ambiental.

Para Silva (2018), o papel do governo e das políticas públicas é crucial para promover a integração da Educação Ambiental na logística empresarial. Os governos desempenham um papel fundamental ao estabelecer regulamentações e incentivos que favoreçam a adoção de práticas sustentáveis nas atividades logísticas das empresas. Por meio de legislações ambientais, subsídios, incentivos fiscais e programas de certificação, os órgãos governamentais podem estimular as organizações a adotarem práticas mais responsáveis, estabelecendo padrões e metas ambientais a serem cumpridos. Além disso, o governo pode fomentar parcerias e iniciativas que visem à capacitação e sensibilização dos empresários e profissionais do setor, promovendo a disseminação de conhecimentos sobre Educação Ambiental e melhores práticas na gestão logística.

A atuação do governo não se restringe apenas à regulamentação, mas também à promoção de programas educacionais e de conscientização ambiental. A implementação de políticas públicas voltadas para a Educação Ambiental na logística empresarial pode incluir a criação de cursos, workshops, palestras e

materiais informativos direcionados aos empresários, gestores e colaboradores do setor. Ademais, investimentos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis, bem como o apoio a iniciativas inovadoras, podem ser essenciais para impulsionar a adoção de práticas mais ambientalmente responsáveis na cadeia de suprimentos. Assim, o papel do governo é fundamental não apenas para estabelecer diretrizes e regulamentações, mas também para promover uma cultura de sustentabilidade e disseminar conhecimentos que impulsionem a integração da Educação Ambiental na logística empresarial.

Conclusão

A integração da educação ambiental na logística empresarial é uma estratégia essencial para promover práticas mais sustentáveis e mitigar os impactos ambientais adversos das operações corporativas. A conscientização e capacitação dos profissionais envolvidos são fundamentais para a adoção de práticas mais responsáveis e eficientes. Embora existam desafios significativos, os benefícios a longo prazo justificam os esforços para integrar a educação ambiental de maneira efetiva na gestão logística das organizações, contribuindo não apenas para o sucesso empresarial, mas também para a preservação do meio ambiente.

A revisão teórica realizada evidencia a importância da educação ambiental na logística empresarial como um catalisador para a sustentabilidade. As tendências atuais apontam para uma mudança de paradigma, com empresas adotando cada vez mais práticas sustentáveis e inovadoras em suas operações logísticas. Apesar dos desafios, a conscientização e a capacitação dos envolvidos, aliadas a avanços tecnológicos, indicam um caminho promissor para um futuro mais sustentável no contexto logístico empresarial.

Referências

Carter, C. R., & Rogers, D. S. (2008). A framework of sustainable supply chain management: moving toward new theory. *International Journal of Physical Distribution & Logistics Management*, 38(5), 360-387.

Mangan, J., Lalwani, C., & Butcher, T. (2016). *Global logistics and supply chain management*. John Wiley & Sons.

Martinez, A. C., et al. (2019). Sustainable logistics education: a new approach for the future professionals. *Journal of Cleaner Production*, 208, 1455-1465.

McKinnon, A., Browne, M., Whiteing, A., & Piecyk, M. (2014). *Green logistics: improving the environmental sustainability of logistics*. Kogan Page Publishers. Oliveira, L. S. (2020). Educação ambiental aplicada à logística: uma estratégia para a sustentabilidade empresarial. *Revista Brasileira de Logística*, 10(3), 42- 58.

Sarkis, J., Cohen, M. J., Dewick, P., & Schröder, P. (2020). A brave new world: Lessons from the COVID-19 pandemic for transitioning to sustainable supply and production. *Resources, Conservation and Recycling*, 159, 104894.

Silva, J. A. (2018). Desafios da educação ambiental na logística empresarial: um estudo de caso em empresas do setor de transporte. *Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental*, 5, 1234-1245.

CAPÍTULO 6

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO RESIDENTE

João Gabriel Fiorentin

Doi: 10.48209/978-65-5417-220-6

Resumo: Este trabalho foi elaborado e desenvolvido dentro do Programa Residência Pedagógica do curso de Física (RP-Física), programa que visa um complemento e melhoramento na formação inicial de professores, e faz isso através da inserção do aluno de licenciatura no cotidiano escolar. Essa atividade foi desenvolvida pelos alunos residentes que atuam no 2º Ano do Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Walter Jobim, no município de Santa Maria – RS. O trabalho teve como objetivo fornecer um material alternativo que complementasse as aulas e pudesse auxiliar os alunos na melhor compreensão das atividades disponibilizadas pelo professor regente. São vídeos explicativos, que foram preparados, gravados e editados pelos próprios residentes e disponibilizados aos alunos por meio da criação de um canal na plataforma de vídeos “YouTube”, no qual os educandos tem acesso ilimitado e podem ver e rever no momento que necessitarem. O conteúdo gravado tem como base o próprio material que o professor disponibilizou para os estudantes, e nele os residentes revisam conceitos fundamentais sobre o conteúdo do segundo ano do ensino médio, como os processos de transferência de calor, equação fundamental da calorimetria, ondulatória, hidrostática, entre outros, além de trazer algumas curiosidades envolventes com a física para estes conteúdos abordados. Também auxiliam os aprendizes na compreensão e resolução dos exercícios propostos. A principal motivação para essa atividade, é o fato de passarmos por um momento conturbado em que as aulas presenciais estavam suspensas, e muitas vezes o ensino-aprendizagem foi bastante afetado. Com isso, foi proposto esta atividade a todos os residentes juntamente com as três escolas participantes do RP-Física, no qual cada uma delas se organizou conforme a sua realidade. De modo geral, essa atividade proporcionou não só um apoio complementar aos estudantes das escolas, mas também uma nova ex-

periência aos acadêmicos residentes. Na qual, todos se empenharam e conseguiram desenvolver a proposta apesar dos desafios enfrentados, como aprender a mexer com gravação e edição de vídeos. Contudo, a atividade foi satisfatória tornando-se uma alternativa viável a nova realidade vivenciada nas escolas.

Palavras-chave: videoaulas; ensino; didática;

Introdução

Esse relato tem como objetivo a apresentação de uma das experiências vivenciadas durante o projeto da Residência Pedagógica. A experiência relatada é sobre a elaboração de videoaulas como recurso de apoio no ensino remoto aos alunos do segundo ano do ensino médio. Essa foi apenas uma das atividades realizadas durante os 12 (doze) meses que participei do programa Residência Pedagógica, mas ao meu ver acredito que tenha sido a mais relevante das atividades feitas ao longo desses meses como acadêmico residente.

A escolha desta atividade para relatar foi feita devido a alguns fatores. Primeiramente, como em meu caso entrei com o programa RP em andamento, não participei do início das atividades, em que foram feitas explanações sobre o que era o Programa Residência Pedagógica, a definição de como se organizariam os residentes nos devidos grupos de trabalho (GT's), apresentação dos professores preceptores, além de algumas palestras muito interessantes com assuntos como: “Inclusão de estudantes com deficiência e ensino de física: estratégias (im)possíveis?” e “Implementação do Novo Ensino Médio no RS”. Essa primeira etapa do RP-Física foi interessante, mas como não participei ativamente disso, resolvi não relatar essas atividades de forma mais aprofundada.

Após meu ingresso no RP foram feitas algumas outras atividades interessantes além das videoaulas, como por exemplo, o Seminário Institucional promovido pelo RP-Física e o PIBID-Biologia da UFSM campus de Palmeira das Missões (UFSM-PM), onde foram organizadas palestras, oficinas, e ro-

das de conversa entre os integrantes de ambos os programas, houve também a apresentação na 36ª Jornada Acadêmica Integrada (JAI) da UFSM, além de uma proposta de atividade interdisciplinar da Escola Walter Jobim, na qual a atividade foi estudar uma receita de bolo, de forma que várias disciplinas, entre elas, física, matemática, língua portuguesa, língua inglesa, artes, entre outras participaram da proposta. Mas por mais que essas atividades foram muito interessantes e importantes para a formação profissional dos residentes, acredito que nenhuma delas foi tão fundamental como a elaboração das videoaulas. Essa atividade foi a primeira atividade em que realizei planejamento e execução de aulas, então considereei ela como a mais importante que fiz nesse tempo como residente pedagógico, e por esse motivo foi a escolhida para contar nesse relato.

O principal objetivo da atividade foi fornecer um material alternativo que complementasse as aulas e pudesse auxiliar os alunos na melhor compreensão das atividades disponibilizadas pelo professor regente. Além de, claro, contribuir positivamente para a formação dos acadêmicos.

Desenvolvimento

O programa Residência Pedagógica possui em seu edital algumas exigências a serem cumpridas. São três módulos que totalizam 138 horas, esses 3 módulos são divididos em 86 horas de preparação da equipe, estudo sobre os conteúdos da área e sobre metodologias de ensino, familiarização com a atividade docente por meio da ambientação na escola e da observação semiestruturada em sala de aula, elaboração de relatório do residente juntamente com o preceptor e o docente orientador, avaliação da experiência, entre outras atividades. 12 horas de elaboração de planos de aula. E 40 horas de regência com acompanhamento do preceptor. Cada módulo teve uma duração de 06 meses, contemplando os 18 meses previstos para a execução do programa RP.

A atividade feita nesse relato fez parte do último módulo previsto no edital e foi feita entre os meses de outubro de 2021 e março de 2022. Devido estarmos vivendo um momento atípico para todos em meio a pandemia do covid-19 em que as aulas presenciais estavam suspensas, ou de forma híbrida, em que para nós acadêmicos residentes não foi possível participar da regência de forma presencial na sala de aula em frente a turma, foi um desafio para todos conseguir contemplar as horas de regência de forma remota e distante da escola. Então a alternativa proposta pela professora orientadora e pelos professores preceptores para o módulo da regência foi a elaboração de vídeo aulas juntamente com os roteiros desses vídeos, para fazer a disponibilização desse material aos alunos a proposta foi de cada escola participante do RP-Física criar um canal no YouTube e então utilizar esse meio para postar esses vídeos de forma que os alunos tenham acesso ilimitado ao conteúdo, bem como poderão assistir quantas e vezes a qualquer momento que desejarem e preferirem.

Depois dessa proposta de atividade de regência ser apresentada e apoiada pelos acadêmicos residentes, cada grupo de trabalho das 3 escolas se reuniu separadamente para decidir como cada grupo iria se organizar, sempre visando a realidade da escola e como fazer para que esses vídeos sejam melhor aproveitados pelos alunos do colégio. Falando especificamente sobre a Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Walter Jobim, instituição da qual eu fazia parte como residente, foi organizado da seguinte forma: erámos 10 residentes entre bolsistas e voluntários, além do professor preceptor. Onde esses 10 acadêmicos foram distribuídos entre os três anos do ensino médio.

Após feita essa separação entre os três anos, ficaram em cada ano, grupos de 3 e 4 pessoas, e então trabalharam os conteúdos dos seus respectivos anos. A ideia era fazer desses vídeos um material complementar as aulas e as atividades que o professor preceptor passava para seus alunos, de forma que esse conteúdo produzido sempre ficasse disponível para os alunos acessarem. Então eram feitas reuniões periódicas exclusivas entre o grupo da escola Walter Jobim, onde

o professor nos passava como estava o andamento das aulas, quais conteúdos estavam sendo trabalhados, as dificuldades dos alunos, se estavam participando ativamente das obrigações deles, entre outras informações referentes as turmas da escola.

Dessa forma cada grupo ficou responsável por fazer os vídeos referente ao seu ano de atuação. Foram feitos vídeos individuais e em duplas. Para os residentes bolsistas que participaram dos 18 meses da RP-Física foi definido um total de 15 vídeos, já para outros residentes bolsistas que atuaram por menos tempo no RP, foi feito uma proporção baseada nesses 15 vídeos, em meu caso como participei de apenas 12 meses do RP fiquei responsável pela produção de 10 vídeos.

Como já foi dito anteriormente o objetivo desses vídeos eram ser um material complementar as aulas. A ideia era de serem vídeos relativamente curtos e bem resumidos, revisando conceitos fundamentais para o conteúdo da disciplina, vídeos de resolução de exercícios e também alguns vídeos sobre curiosidades da física ou propriamente dos conteúdos que os alunos viam na aula. Os alunos também poderiam sugerir vídeos específicos sobre algum conteúdo, dúvidas ou curiosidades que eles achassem relevantes ou importantes e que gostariam de saber.

Para o planejamento, gravação e edição dos vídeos cada aluno teve a liberdade de decidir como gostaria e acharia melhor de fazer, além de poder escolher o aplicativo ou software que melhor era familiarizado para este fim. No meu caso, optei por montar um roteiro sobre o que iria falar no respectivo vídeo, após isso, montava uma apresentação de *slides* onde colocava todo o conteúdo que iria trabalhar no vídeo, na maioria das vezes utilizava o “Power Point” para essa parte, mas também utilizei os aplicativos “Apresentações” do Google e “Canva” para a montagem das apresentações. Para a gravação, geralmente utilizava o próprio “Google Meet” pela simplicidade e familiaridade com

o aplicativo. No quesito da edição dos vídeos foi utilizado o software “ShotCut” para editar e deixar o vídeo um pouco mais profissional. Após o vídeo ter sido gravado, editado e revisado, era feita a postagem no canal do YouTube da Residência Pedagógica da escola Walter Jobim, segue o link do canal, <https://www.youtube.com/channel/UCAMxIWA7XFPcymoAPjIGlig>, mais precisamente na playlist (Vídeoaulas – João Gabriel Fiorentin), a qual pode ser acessada através do link: <https://www.youtube.com/channel/UCAMxIWA7XFPcymoAPjIGlig/playlists>.

A partir dessa atividade feita durante meu tempo como bolsista da Residência Pedagógica do curso de Física participei de um evento organizado pela Universidade Federal de Santa Maria. Fiz uma participação na 36ª Jornada Acadêmica Integrada (JAI), onde participei de três trabalhos que ajudei a desenvolver durante a Residência Pedagógica. Desses três trabalhos, um deles participei como Apresentador e autor, e foi justamente o relato dessa experiência com a produção das videoaulas, o título do trabalho foi “ELABORAÇÃO DE VÍDEO-AULAS COMO RECURSO DE APOIO NO ENSINO REMOTO AOS ALUNOS DO SEGUNDO ANO DO ENSINO MÉDIO”.

Os outros dois trabalhos participei como coautor. Um desses trabalhos foi feito pelo meu colega residente Lucas Henrique Bubanz e é intitulado como “PROPOSTA DE ATIVIDADE COLABORATIVA COMO RECURSO DE APOIO NO ENSINO DOS ALUNOS DO NONO ANO E SEGUNDO ANO DO ENSINO MÉDIO”. O outro trabalho foi apresentado pelo professor preceptor da escola Walter Jobim, Jardel Antonio Guidolin, e foi intitulado como “POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA INTEGRAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA”. Os trabalhos meu e de Lucas foram apresentados no 13ª Mostra de Ensino – Compartilhando Saberes. Já o trabalho feito pelo professor Jardel, foi apresentado no 12º Salão de Pós-Graduação. Todos os 3 trabalhos foram apresentados no dia 23 de novembro de 2021, de forma remota, via Google Meet.

Na literatura existem alguns estudos que tratam sobre o tema videoaulas no ensino. No trabalho feito por CANDEIAS & CARVALHO (2016) é falado sobre como atualmente as tecnologias da informação e comunicação são importantes e essenciais para o andamento e desenvolvimento da sociedade, e fazem uma relação disso com a educação. No artigo é dito que a educação é um setor importante e que jamais pode deixar de acompanhar as inovações tecnológicas. Especificamente sobre a utilização de videoaulas no ensino-aprendizado os autores trazem alguns pontos positivos sobre as mesmas, tanto para os alunos quanto para os professores:

“O uso das videoaulas traz consigo muitas vantagens para o aluno e para o professor oferecendo ao aluno um auxílio no desenvolvimento dos conteúdos vistos em sala de aula. O aluno quando está assistindo uma videoaula pela internet além desta aula ele pode acessar outros sites e ver outros vídeos com exemplos práticos daquele conteúdo que está sendo assistido na videoaula. Já o professor terá mais facilidade para contextualizar suas aulas, interligando os seus conteúdos com conteúdo de outras disciplinas compartilhando vídeos de outros assuntos que tenham relação com o conteúdo de sua videoaula.” (CANDEIAS & CARVALHO, 2016, p.10)

Ao final do trabalho os autores ressaltam que somente essas tecnologias sozinhas não seriam suficientes para melhorar o ensino-aprendizagem, além de produzir os vídeos, eles devem ser pensados e planejados com cuidado, pois se essas novas tecnologias forem usadas sem planejamento prévio, isso será apenas uma maneira de reproduzir velhos hábitos de maneira diferente.

Considerações finais

Após passado esse tempo como participante ativo do Programa Residência Pedagógica, apesar da infelicidade de não ter tido a oportunidade de manter um contato direto com os alunos da escola devido a pandemia da covid-19, acredito que as atividades e tarefas realizadas durante esse tempo foram muito proveitosas e válidas no que diz respeito a nossa formação como docente,

e com certeza a experiência adquirida irá ser útil para quando, futuramente, exercermos a atividade profissional de docência.

Especificamente concluindo sobre a atividade descrita nesse relato, acredito que a elaboração e execução dessas videoaulas foram de extrema importância. Podemos perceber que em meio toda essa questão pandêmica a maioria dos professores nunca tiveram nenhuma experiência com aulas e atividades remotas, e por esse motivo o ensino ficou bastante prejudicado. O fato de em nossa vida com acadêmico de licenciatura já termos tido um contato com esse tipo de atividade, nos gera uma vantagem e um recurso a mais, que poderá ser trabalhado futuramente de forma mais satisfatória e melhor aproveitada para os nossos futuros alunos.

Por fim, ao meu ver, a participação no Projeto Residência Pedagógica no curso de Física, contribuiu aos alunos participantes uma experiência a mais durante a graduação, e certamente ajudou na formação de futuros docentes da educação básica, auxiliando e conduzindo o exercício da profissão de forma ativa, sempre relacionando a teoria estudada com a prática aplicada.

Referências

CANDEIAS, Cezar Nonato Bezerra; CARVALHO, Luis Henrique Pereira de; **O uso de videoaulas como ferramenta no processo de ensino e aprendizagem em química**. Aracaju: 7º SIMEDUC - Simpósio Internacional de Educação e Comunicação, 2016.

CAPÍTULO 7

PURIS, HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS DAS MONTANHAS DE NOVA FRIBURGO, RIO DE JANEIRO

Atila Barros da Silva

Doi: 10.48209/978-65-5417-220-7

Introdução

Considerados extintos já no século XIX, os Puris resistiram a tentativas de aniquilamento de sua cultura. A redução dos índios em aldeamentos, além de submetê-los mais largamente aos perigos das epidemias, muito frequentes nos séculos XVIII e XIX, sujeitava-os mais facilmente aos abusos e desmandos cometidos por parte dos senhores de terra. A vida nômade dos homens da mata incomodava excessivamente aos nobres portugueses que governavam a Capitania. Talvez, influenciados pelos reflexos do reformismo ilustrado sobre as políticas de repartição e utilização racional da terra, ou tomados pelo pragmatismo do período, não conseguissem entender como os povos indígenas necessitavam de tamanha proporção de espaço territorial para sobrevivência. Identificando as matas como terrenos baldios, procuravam diminuir os índios em aldeamentos, e a palavra redução, forjada no acondiciono das missões jesuíticas dos séculos XVI e XVII, não está aí inutilmente. Reduzir os índios era reduzir o seu espaço vital a um curto pedaço de terra, limitado a famílias particularizadas, em opo-

sição ao espírito de coletividade inspirado pela ideia de aldeia. O restante do território seria ocupado por “gente civilizada” em busca de sobrevivência, dado em prêmio aos homens da corte ou oferecido a algum plebeu digno de nota por seus esforços ou posses. Para estes últimos, uma vez recebida a terra, os índios passavam a representar o maior e mais incômodo empecilho.

As terras indígenas começaram a serem ocupadas, em meados do século XVIII, a serem transferidas para portugueses, e o carecimento de registros que delas deem conta confirma sua quase total usurpação. Terras pertencentes a Coroados e Coropós desde os aldeamentos do padre Manuel de Jesus Maria já eram vendidas por preços ínfimos na década de 20 do século XIX.

Atualmente, de acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2022), a população indígena do Brasil é de aproximadamente 900.000 indivíduos, representando 0,4% da população brasileira. Vivendo em aldeias somam 572.083 indígenas. Há, apesar disso, estimativas de que existam 324.834 vivendo fora das terras indígenas e áreas urbanas próximas as grandes capitais.

Os números de pessoas declaradas indígenas no país vêm aumentando de forma sucessiva, a uma taxa de crescimento de 3,5% ao ano. Esse número tende a acender devido à continuidade dos esforços de proteção dos povos indígenas brasileiros, queda dos índices de mortalidade, em razão da melhora na prestação de serviços de saúde, e de taxas de natalidade superiores à média nacional. Ainda existem cerca de 53 grupos não contatados, além daqueles que esperam reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista FUNAI.

Cerca de 60% povos indígenas do Brasil vivem na região denominada como Amazônia Legal, mas registra-se a presença de grupos indígenas em praticamente todas as Unidades da Federação. Somente nos estados do Rio Grande do Norte, Piauí e no Distrito Federal não se registra a presença de grupos indígenas.

De acordo com a FUNAI os índios brasileiros estão divididos em três conjuntos: os isolados, considerados aqueles que “vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e incertos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional”; os em via de integração, aqueles que conservam parcialmente as condições de sua vida nativa, “mas aceitam algumas práticas e modos de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional”; e os integrados, ou seja, os nativos incorporados à comunhão social e “reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições características da sua cultura”.

As informações sobre os povoamentos indígenas no interior do estado Rio de Janeiro remontam datas anterior ao século XVIII. E sabendo que a cidade Nova Friburgo foi parte do distrito de Cantagalo até 1818, a história da presença indígena nas montanhas se entrelaça com a do município serrano. Existem nestes territórios registros das aldeias dos Puris, Coroados e dos Coropós, enquanto os Goitacá e os Botocudos tinham a presença predominante no litoral do estado do Rio de Janeiro. Os Goitacá eram temidos e respeitados entre os indígenas como mais bravos da terra, e mais aptos à guerra, estes teriam expulsado os Coroados, Puris e Coropós do litoral fluminense para o interior, o que nos leva a crer que esta população pode ter vindo para a região serrana em fuga dos ferozes Goitacazes.

Oficialmente, os Jesuítas se instalaram no município fluminense em 1886, estabelecendo o colégio-internato Anchieta, mas existem evidências de estrutura missionário jesuíta a cerca de 15 km da região do atual município de Cantagalo, que datam do século XVIII. Já sobre o aldeamento Puri, há poucos registros, mas acredita-se que foi estabelecido antes de 1759, atraindo grupos indígenas que viviam na região chamados de Coroados. No início do século 19, os indígenas Puri habitavam a Fazenda do Córrego d’Anta reservada como patrimônio pessoal de D. João VI, por ocasião da fundação do município de Nova

Friburgo (JACCOUD, 2006). Em de 3 de dezembro de 1819, o juiz Cansanção de Sinimbu determinou a remoção dos Puris para um aldeamento a fim de não incomodarem os imigrantes suíços que eram esperados na nova colônia.

Os índios Puri e Coroadó compartilhavam a região serrana e noroeste fluminense onde havia igualmente os Koropós e Goytakas, as duas etnias Puri e Coroadó formaram um mesmo povo partilhando a língua e a cultura (RAMOS, 2017). O povo Puri é natural dos quatro estados do Sudeste, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Ocuparam tradicionalmente toda a região banhada pela bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Junto a estes viviam os botocudos, que foram representados como os mais ferozes, antropófagos e rudes do período. O ataque a um quartel no Vale do Rio Doce motivou em 1808 que D. João VI declarasse guerra contra os Botocudos (CARTA RÉGIA DE 13 DE MAIO DE 1808). A denominação Botocudo logo se tornaria depreciativa e se aplicava majoritariamente aos Borum, que viriam a se chamar posteriormente Krenak. Era comum apelidar de Botocudo ao indígena resistente ao aldeamento e à catequização, o que na prática incluía os Puri, considerados pelo governo como selvagens. Os termos tapuia, botocudo e índio bravo se cruzam nos registros e no imaginário da época em oposição aos índios mansos, de catequização viabilizada pelo uso de línguas tupi, conhecidas pelos colonizadores (OLIVEIR, 2021).

Os Puris

Os Puris são um grupo indígena pertencente ao tronco linguístico macro-jê, de localização originária nos quatro estados do Sudeste do Brasil: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo. Seu território tradicional corresponde a toda a extensão regada pela bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul e áreas limítrofes das bacias dos rios Grande e Doce (RAMOS, 2017). O Rio Paraíba do Sul banha os estados de SP, RJ e MG, ele atravessa a região

socioeconômica do Vale do Paraíba, sendo o rio mais importante do estado do Rio de Janeiro, seguindo entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira. Esta última parte percorre o território Puri desde SP até MG, passando pelo RJ. No séc. XVIII, antes de serem vendidos como escravos, os Puris foram estimados em mais de 5.000 indígenas ocupando todas estas áreas.

O termo “Puri”, tem origem na língua dos Coroados, significando “ousado”. Isso devia-se ao modo surpresa como esses indígenas atacavam seus inimigos e a mobilidade entre os vales das serras. Os Puris e Coroados eram denominados um pelo outro da mesma forma. Relatos de antigos anciãos contam a origem étnica dos Puris junto aos Coroados e Coropó, formando originalmente um único povo (SAMPAIO, 1928).

Outra teoria sobre a origem do nome “Puri” ocorrera a partir de uma denominação pejorativa, dada pelos seus vizinhos Coroados. Teodoro Sampaio, segundo verbete de Métraux (MÉTRAUX, 1979), analisa etimologicamente a palavra Puri, para designar: povo miúdo, gentinha, fraco, de pequena estatura. A descrição etimológica de Sampaio confirma o que diz Bessa Freire e Márcia Malheiros ao pontuarem que o nome Puri é uma designação pejorativa dada a eles pelos Coroados (FREIRE e MALHEIROS, 1997). Os Puris, Telikong ou Paqui estavam divididos em pelo menos três sub-grupos: Sabonan, Uambori e Xamixuna, que ocupavam um território na área do rio Paraíba e Serra da Mantiqueira. No séc. XVIII, antes de serem vendidos como escravos foram estimados em mais de 5.000 índios. No séc. XIX, foram aldeados em São Fidelis e na Missão de São João de Queluz, registrando-se 655 índios Puri em Resende, em 1841.

O que nos remete a impressão de que o povo Puri era uma etnia, e utilizando novamente as palavras de Cunha, possuindo os mesmos atributos físicos que as demais etnias que viviam na Capitania do Rio de Janeiro no Século XVIII e XIX. Porém, existem diversas descrições físicas para os índios Puris, mas a citada acima é a que acabou se generalizando.

Primeiros Registros

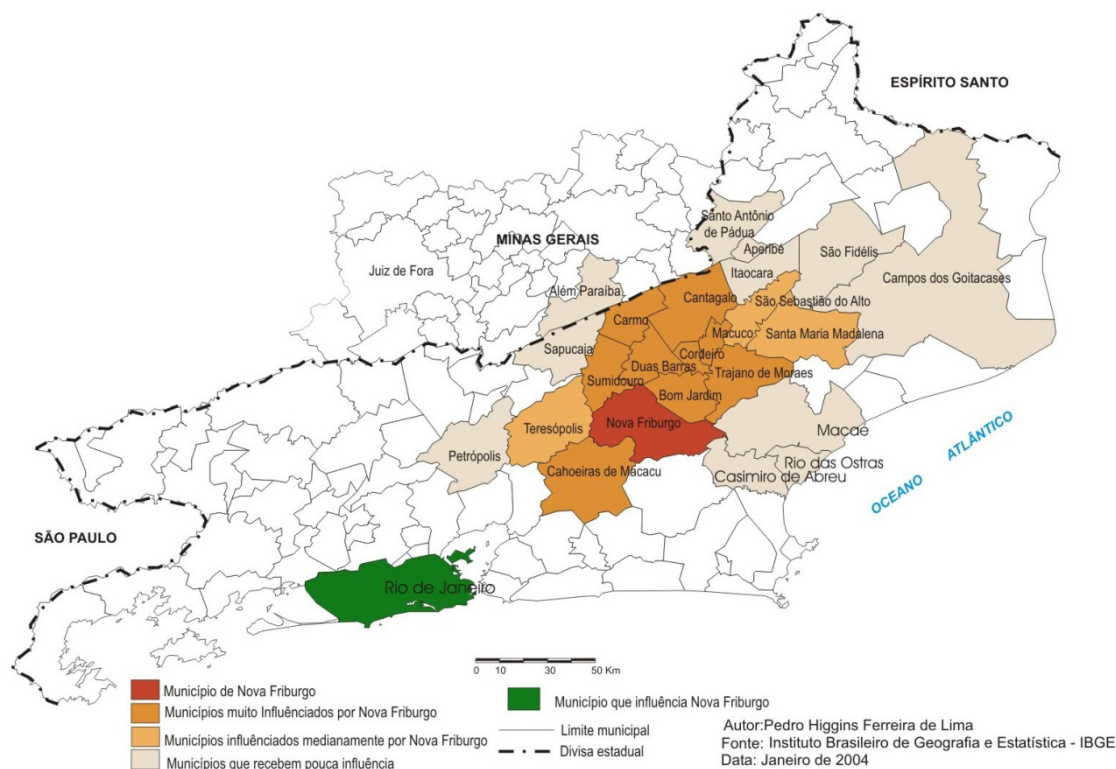
Os primeiros registros acerca dos Puris, datam da segunda metade do século XVI. O contato com a expedição comandada por Domingos Luis Grou no Vale do Paraíba em 1587, a presença do povo Puri no Vale do Paraíba contada pela Câmara de São Paulo em 1591, os registros das andanças de Anthony Knivet pelo vale do Paraíba no interior de onde seria a capitania do Rio de Janeiro, entre 1592 e 1601, e sua visita a uma aldeia dos “Pouries” (KNIVET, 2007). O corsário inglês, em missão ordenada por Martim de Sá, informa que fez contato com grupos dos indígenas “Pories” (Puris) em florestas das margens do Rio Paraíba do Sul.

A partir do fim do séc. XVIII e início do XIX, com avanço das fronteiras agrícolas em direção às áreas dos sertões do Vale do Paraíba, os contatos dos Puris, assim como dos povos Coroadó e Koropó, também habitantes dessa região com a sociedade colonial se tornaram frequentes e consequentemente conflituosos. O contato com os grupos indígenas de territórios tradicionais nos sertões se intensificou a partir da expansão colonial do litoral em direção ao interior. Tendo a ocupação colonial se estabelecido primeiramente no litoral, o interior era uma fronteira ainda a ser transpassada, uma área considerada desconhecida, onde ocorria a resistência dos considerados índios bravos, sobre os quais era aplicado o discurso da necessidade da mão “civilizadora”. Segundo o sargento-mor Manoel Vieyra Leão, a capitania do Rio de Janeiro em 1767, abrigava uma extensa área ainda não explorada pela marcha colonizadora. A área desconhecida, indicada como “Sertão ocupado por índios brabos” correspondia à confluência do Rio Paraíba com o rio Piabanha, em direção leste, regiões dos Rios Grande, Rio Negro e o vale designado como “Does Rios”, ocupando vasta área ao norte das serras fluminenses. No século XVIII as regiões denominadas sertões, eram caracterizadas pelo distanciamento da civilização.

No final do século XVIII e início do XIX, o avanço das fronteiras agrícolas em direção às terras do interior do Vale do Paraíba atingiram suas maiores proporções. O povo Puri, a partir principalmente da ocupação de suas terras tradicionais pelo latifúndio cafeeiro, sofreu grande diáspora. De um lado estava colocado a guerra justa imposta aos índios bravos, aqueles que não queriam ser recolhidos aos aldeamentos criados, de outro, havia a própria prática do aldeamento, que além de modificar o modo de vida desses povos (impactando hábitos, organização social e língua) ainda permitia que a mão-de-obra indígena fosse requisitada para a realização de trabalhos que o governo entendesse necessários à exemplo da participação indígena decisiva na abertura de estradas, na construção de grandes obras, como o Aqueduto da Carioca, a Casa de Fundação e o Senado, no aterro de áreas para a abertura de novas ruas e em engenhos de particulares.

Documentos primários e relatos de viajantes no século XIX, citam fracassos dos experimentos de aldeamento dos Puri por motivo de sucessivas fugas, ou morte da maioria deles em poucos anos; descrevem os Puris como “nômades por excelência”, sendo assim, avessos à vida sedentária no padrão dos aldeamentos. Os aldeamentos criados objetivavam a “civilização” dos indígenas e sobretudo no século XIX, sua posterior reclassificação como caboclos e aculturados, o que justificaria a dispensação de garantias por lei de seus direitos sobre terras. A invisibilidade da identidade indígena, identificando-o como mestiço, pardo, fazendo essas presenças inexistentes nos documentos oficiais, propiciava a recusa de direito à terra, associada à identidade.

Figura 1 Mapa do Estado do Rio de Janeiro – Região Serrana



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2022.

Misigenação

Entre 1750 e 1777, Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, estabeleceu uma série de reformas modernizantes com o objetivo de melhorar a administração do Império português e aumentar as rendas obtidas através da exploração colonial. A política pombalina fomentou a mestiçagem com a introdução da presença de brancos nos aldeamentos. A política administrativa e educacional, visando a nova configuração social dos indígenas foi orientada pelo “Diretório dos Índios”. Casamentos entre indígenas e africanos escravizados também foram induzidos e até mesmo forçados por donos de escravizados, buscando assim, o aumento de mão de obra disponível, alegando direito de propriedade sobre as crianças geradas.

O casamento entre escravos africanos e índios no século XVII parece ter sido bem menos frequente. Já no século XVIII, entretanto, este quadro co-

meçou a mudar, em consequência tanto do aumento sensível da população de origem africana em São Paulo quanto a acirrada competição pela mão-de-obra disponível. É nesse contexto que surgem as primeiras evidências de casamentos forçados. Quando interpelado pelas autoridades sobre sua participação numa série de crimes, o escravo-alfaiate Pedro Mulato Papudo afirmou que havia sido sequestrado pelo bandeirante e fazendeiro paulista Bartolomeu Fernandes de Faria e forçado a casar-se com a índia Teresa. Consta ainda, nos autos desse mesmo processo, que a bastarda livre Isabel havia sido obrigada a casar-se com o escravo Luciano.

Contudo, as uniões entre indígenas e brancos, indígenas e negros também poderiam ocorrer fora do alcance de influência do Governo e fazendeiros. Um excelente exemplo de relação interétnica amistosa, espontânea, entre os Puris e os negros, aparece na história de Vuitir, o líder Puri que fez parte da formação do aldeamento de São João de Queluz, na província de São Paulo em 1800. Inconformado com os maus tratos empregados aos africanos escravizados presente no aldeamento e trazidos pelo diretor de índios Januário Nunes da Silva, Vuitir reivindica que cessem os maus tratos dispensando aos negros. Percebendo sua impotência diante daquela situação e não aceitando conviver com aquela realidade, Vuitir vai embora do aldeamento, volta para as matas. Vuitir acaba se tornando devido a sua atitude, um personagem mítico para os negros escravizados, que passam a chamá-lo de Mongo que em Banto significaria Protetor que passam a invocá-lo em seus cantos amaldiçoando o feitor.

O Último Puri

A documentação a partir da década de 30 do século XIX demonstra o desaparecimento dos Puris dos documentos oficiais, aparentando um processo de extinção. O trabalho de MAIA (1998) demonstra que na década de 30 os Puris viviam em Campo Alegre, alguns na Vila Resende. O autor analisou livros de batismos da matriz de São Vicente Ferrer, e identificou que as crianças

indígenas passaram a ser batizadas como pardos. Segundo as fontes do período tratadas por Maia, o último Puri que teve sua identidade étnica reconhecida se chamou Victoriano Bori Santará. Entretanto, na microrregião de Muriaé, o professor e historiador Sérgio Antônio de Paula Almeida encontrou, em suas pesquisas, registros de indígenas Puri nos livros de batismos da Igreja Matriz de Santo Antônio, em Mirai. Os registros (1866-1901), analisados por ALMEIDA (2016) demonstram a permanência dos indígenas da etnia Puri/Croato na região, em meio ao processo de urbanização, até o último quarto do século XIX. Para o professor a última evidência da presença indígena e do processo de miscigenação ocorrido na região estudada está no registro de batismo do inocente Agostinho, filho natural de Umbelina “cabocla”, datado de 08/09/1900.

Atualmente, os descendentes, ainda que apresentando características físicas e mantendo costumes incontestavelmente indígenas, negam esta ascendência, por medo do preconceito. Até hoje, é possível perceber o temor da população, principalmente rural, em aceitar esta relação, quando indagados sobre a origem familiar e parentes mais antigos. Este fator se liga ao veloz desaparecimento da memória ancestral destes povos.

Segundo o professor Almeida (2014), atualmente, as gerações com idade abaixo dos 30 anos têm pouco ou nenhuma memória sobre a sua ancestralidade indígena, e por não acharem importância no tema, deixam de mencionar sobre a herança étnica de seus ancestrais a seus descendentes. Apesar da abundante transmissão de cultura ancestral, especialmente no que diz respeito ao conhecimento herbário, poucos ligam à suas raízes étnico familiares. Apesar disso, os netos e bisnetos de indígenas Puri ainda vivos, mantêm fragmentos de memória familiar e boa parte do conhecimento herbário, usado na confecção de chás com folhas e raízes da mata atlântica.

Um dos fatores responsáveis por esta invisibilidade da identidade indígena também é confeccionado pelo imaginário social, através da concepção de que o povo brasileiro, enquanto resultado de uma “mistura” étnica, dissolveu

as etnias em um perfil genérico, valorizando mais o eurocentrismo e se envergonhando de suas raízes.

Apenas em 2010, o censo promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conseguiu identificar a existência destes indígenas e registrou 675 Puri. Desses 335 em MG, 169 no RJ, 113 no ES e 24 em SP.

Ainda hoje a extinção dos Puris, é contraposta por diversos autores ao longo do séc. XX: Álvaro Astolfo da Silveira, no seu livro *Geografia do Estado de Minas Gerais* de 1929, descreve um aldeamento Puri na bacia do Rio José Pedro, no município de Caparaó, Minas Gerais; o historiador Paulo Mercadante conta em seu livro *Crônica de uma Comunidade Cafeeira*, a presença de grupos Puris pelas matas de São Francisco, Divino e Cachoeira do Boi, na década de 40, também em Minas Gerais. Esses exemplos apoiam para a percepção de que o modelo da extinção da etnia Puri trata-se de um processo de invisibilidade de identidade conduzido pelo posicionamento do Estado Imperial Brasileiro, através das novas leis relacionadas à posse de terra num processo de agregação de territórios Puris, que para tanto precisava se fundamentar na negação das existências dessas identidades. Atualmente os herdeiros das etnias Puri possuem duas comunidades em áreas rurais de Minas Gerais, uma escola, reconhecimento oficial a níveis municipal e Estadual e duas associações nos municípios de Araponga (Associação de Agricultores Familiares de Araponga) e Barbacena (Associação de Remanescentes de Índios Puri de Padre Brito).

Considerações Finais

Os Puri sofreram ao longo dos séculos XVIII e XIX um processo de genocídio direto e indireto. Os que escaparam foram desapropriados de suas terras, realizando a diáspora para territórios mais seguros. De acordo com História oficial foram eliminados ou miscigenados. No entanto, contrariamente à narrativa dos governos, os Puris sobreviveram ao etnocídio preservando a cultura, memória e identidade do seu povo. Nos dias de hoje continuam nos estados

tradicionalmente ocupados, anteriormente mencionados. Os povos indígenas têm obtido cada vez mais o reconhecimento de seu verdadeiro lugar na história, na cultura e na sociedade, desafiando a política assimilacionista que pretendia extingui-los.

O estudo dos Puri revela uma narrativa complexa de resiliência, adaptação e desafios enfrentados ao longo dos séculos. Ao compreender sua história e cultura, contribui-se para a preservação e promoção do patrimônio único. O estudo dos Puri não apenas lança luz sobre a cultura de um povo, mas também convida à reflexão sobre a importância da diversidade cultural e a necessidade de proteger os direitos dos povos originais.

Referências

ALMEIDA, Sérgio Antônio de Paula (2014). De Pury a Caboclo. UFJF/ ANPUH Regional 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1400017811_ARQUIVO_DEPURYACABOCLO.pdf> Acesso em: 29/11/2023.

ALMEIDA, Sérgio Antônio de Paula. No livro a raiz, na lembrança o passado: Fragmentos Culturais e Memória dos descendentes declarados de indígenas de Mirai. 2016. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/10011>> Acesso em: 29/11/2023.

ALMEIDA, Sérgio Antônio de Paula (2019). Memória Histórica e Social - Paróquia Santo Antônio. 1859/2019. Muriaé/Mirai: JavéRafa.

ALMEIDA, Sérgio Antônio de Paula. O BRASIL ILUSTRADO 1758/1798 DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS. FASM - Muriaé. Revista DUC in Altum. Disponível em: <https://santamarcelina.org.br/admin/__ef__arquivos_carregamento_dinamico/unidade/DucInAltum_15_2016.pdf> Acesso em: 29/11/2023.

ARAÚJO, Marivânia Conceição. A teoria das representações sociais e a pesquisa antropológica. Revista Hospitalidade, p. 98-119, 2008. Disponível em:<<https://revhosp.org/hospitalidade/article/download/155/180>>. Acesso 29/11/2023.

ARROYO, Miguel G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Editora Vozes Limitada, 2017.

ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores (as) do campo. Caderno CEDES, Campinas, v. 27, n. 72, 2007. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/jL4tKcDNvCggFcg6sLYJhwG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 29/11/2023.

ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.) Por uma educação do campo. Petrópolis, RJ: Vozes 5ª edição. 1 janeiro 2011.

BANIWA, Gersem. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, MEC/SECAD/LACED/Museu Nacional, 2016.

CALDART, R. S.. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. Trabalho, Educação e Saúde, v. 7, n. 1, p. 35–64, mar. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003>>. Acesso em 29/11/2023.

CARTA RÉGIA DE 13 DE MAIO DE 1808. Legislação Informatizada - Carta Régia de 13 de Maio de 1808 - Publicação Original. Príncipe regente D. João VI Para Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello. Publicação: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1808, Página 37 Vol. 1 (Publicação Original). Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anterioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-publicacaooriginal-95256-pe.html> Acesso em: 29/11/2023.

CUNHA, M. C. da. (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

DE SOUZA LINO, Maurício; DOS SANTOS SILVA, Claudia Elena; BARRETO, Katerine Roman. INDIOS PURIS E GOITACAZES ANÁLISE SOBRE A PRESENÇA INDÍGENA NA SERRA DA MANTIQUEIRA E VALE DO PARAÍBA. Revista Univap, v. 22, n. 40, p. 908-908, 2016. Disponível em: <<http://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/592>> Acesso em: 29/11/2023.

FERNANDES, Neusa, COELHO, Olínio Gomes P. História e Geografia do Vale do Paraíba. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras, CREA-RJ, Prefeitura de Vassouras, 2013.

FREIRE e MALHEIROS. FREIRE, José Ribamar Bessa e MALHEIROS, Márcia Fernanda. Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro, EDUERJ, Rio de Janeiro 2010. Disponível em: <<http://www.taquiprati.com.br/arquivos/pdf/Aldeamentos2aedicao.pdf>> Acesso em: 29/11/2023.

FUNAI/Ministério dos Povos Indígenas. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Último censo do IBGE registrou quase 900 mil indígenas no país. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/ultimo-censo-do-ibge-registrou-quase-900-mil-indigenas-no-pais-dados-serao-atualizados-em-2022>> Acesso em: 29/11/2023.

JACCOUD, Carlos Jayme de Siqueira. Desvendando Trechos da Nossa História. Contribuição para o conhecimento da História de Nova Friburgo – 1ª edição. Copyright © 2006, Carlos Jayme de Siqueira Jaccoud. Nova Friburgo – 2006.

KNIVET, Anthony. As Incríveis Aventuras e Estranhos Infortúnios de Anthony Knivet. Editora [Zahar; 1ª edição, 3 julho 2007. Rio de Janeiro.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; A etnohistória como arcabouço contextual para as pesquisas arqueológicas na Zona da Mata Mineira. Canindé Revista do Museu de Arqueologia de Xingó, Xingó, 2003.

MAIA, João Azevedo Carneiro. Do Descobrimento de Campo Alegre até a Criação da Vila de Resende, CCMM, Resende, 1998, 2ª edição.

METRAUX, Alfred. A Religião dos Tupinambás (1979, p. 209-219). Editora da Universidade de São Paulo - SP, 1979.

MONTEIRO, John. 1994. Negros da Terra. Índios e Bandeirantes na Formação de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras.

OLIVEIRA, Enio Sebastião Cardoso de. O paradigma da extinção: Desaparecimento dos índios Puris em Campo Alegre no Sul do Vale do Paraíba. Anais do XV encontro regional de história da ANPUH-Rio – 2008. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338164121_ARQUIVO_OParadigmadaExtincao.pdf> Acesso em: 29/11/2023.

OLIVEIR, Ênio Sebastião Cardoso de a. Uma Narrativa Sobre os Índios Brabos: Os Puri nas Fronteiras dos Sertões de Campo Alegre da Paraíba Nova No Século XVIII. Volume 01, Número 02, Ano 2021. Disponível em: <<https://betas.uft.edu.br/periodicos/index.php/antigona/article/view/12245/19616>> Acesso em: 29/11/2023.

RAMOS, Melissa Ferreira. Re-Existência e Ressurgência Indígena: Diáspora e Transformações do Povo Puri. Viçosa, Minas Gerais, 2017. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/24334/1/texto%20completo.pdf>> Acesso em: 29/11/2023.

REIS, Paulo Pereira dos. O Indígena do Vale do Paraíba: apontamentos históricos para os estudos indígenas do Vale do Paraíba Paulista e regiões circunvizinhas. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1979.

SAMPAIO, Teodoro Fernandes, O Tupi na Geografia Nacional, Gráfica da Escola de Aprendizes Artífices, Bahia, 3ª edição, 1928.

WIED-NEUWIED, Maximiliano Alexandre Philipp: Viagem ao Brasil. Tradução de Edgar Süsserkind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. Coleção Brasiliana, Ed. Nacional, São Paulo, 1940.

CAPÍTULO 8

ANÁLISE COMPARATIVA DA APLICAÇÃO DO CRÉDITO RURAL NO BRASIL: RECURSOS PARA A AGRICULTURA PATRONAL

Angélica Cristina Rhoden

Doi: 10.48209/978-65-5417-220-8

Resumo: O objetivo desse artigo é compreender como vem ocorrendo o aporte de recursos para a agricultura não familiar, também chamada de agricultura empresarial ou patronal. Logo, a questão que norteou a pesquisa foi: quais linhas de financiamento são mais acessadas para se obter recursos destinados ao setor rural no Brasil. Para isso, foram coletados dados disponíveis na plataforma virtual do Banco Central do Brasil (BACEN) e, em seguida, feita uma análise comparativa dos recursos do Plano Safra, no período de 2003 a 2019, direcionados à agricultura não familiar. Isso foi possível isolando-se os dados referentes ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Os dados coletados foram tabulados e sintetizados na forma de tabelas para melhor apresentação dos resultados. Para o tratamento dos dados, foram utilizadas as técnicas de estatística descritiva; medidas de tendência central média e desvio padrão. A média aritmética foi utilizada para representar o conjunto de valores da amostra. O desvio padrão foi utilizado para descrever a variação observada nos valores da amostra e informar a homogeneidade de tal conjunto. Os principais resultados mostram que os programas com mais investimentos financeiros são os que menos têm contratos de financiamentos. Destaca-se que o PRONAF apresentou média de 36 % dos contratos de crédito rural no Brasil e recebeu

menos de 2,5 milhões de reais para investimento. Foi possível observar, por meio da análise estatística, que embora os subprogramas que formam o PRONAF apresentam maior número de contratos, o valor investido pelo BACEN nos financiamentos ainda é muito baixo se comparado ao montante de investimento destinado programas não familiares.

Palavras-chave: Programas de crédito agrícola; Linhas de financiamento; Agricultura não familiar.

Abstract: *The purpose of this article is to understand how the contribution of resources to non-family agriculture, also called business or employer agriculture, has been taking place. Therefore, the question that guided the research was: which lines of finance are most accessed to obtain resources for the rural sector in Brazil. For this, data were collected available on the virtual platform of the Central Bank of Brazil (BACEN) and, afterwards, a comparative analysis of the resources of the Agricultural Plan, in the period from 2003 to 2019, directed to non-family agriculture was made. This was possible by isolating the data referring to National Family Agriculture Strengthening Program (PRONAF). The collected data were tabulated and synthesized in the form of tables for better presentation of the results. For data treatment, descriptive statistics techniques were used; measures of mean central tendency and standard deviation. The arithmetic mean was used to represent the sample's set of values. The standard deviation was used to describe the variation observed in the sample values and to inform the homogeneity of such set. The main results show that the programs with the most financial investments are the ones with the least financing contracts. It is noteworthy that PRONAF presented an average of 36% of rural credit contracts in Brazil and received less than 2.5 million reais for investment. It was possible to observe, through statistical analysis, that although the subprograms that form PRONAF have a greater number of contracts, the amount invested by BACEN in financing is still very low compared to the amount of investment destined for non-family programs.*

Key words: *Agricultural credit programs; Credit line; Non-family farming.*

Introdução

Estudos sobre a temática do Crédito Rural são bastante importantes para se compreender as Políticas Públicas do meio rural brasileiro. Nesse sentido, muitas pesquisas já foram realizadas sobre esse tema e não é difícil encontrar trabalhos, em especial, relacionados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). No entanto, a maior parcela dos recursos públicos vem sendo direcionada aos programas de investimento e custeio agrícolas destinados ao segmento de agricultores que não se enquadram nas linhas do PRONAF. Ou seja, são linhas de crédito não direcionadas especificamente para a agricultura familiar.

Neste cenário, destaca-se a assimetria dos investimentos públicos destinados ao setor agrícola brasileiro. Portanto, é notória a desigualdade no volume de recursos utilizados pela agricultura empresarial, em detrimento da agricultura familiar, como bem mostraram Alves, Nicoloso e Silveira (2017), em um trabalho que aponta, entre outras coisas, uma redução de 17% para 13% nos investimentos públicos do crédito rural para o PRONAF, no período entre 2004 e 2016.

Assim, o objetivo desse artigo é compreender como vem ocorrendo o aporte de recursos para a agricultura não familiar (também chamada de agricultura empresarial ou patronal). Logo, a questão que norteou a pesquisa foi: quais linhas de financiamento são mais acessadas para se obter recursos destinados ao setor rural no Brasil. O trabalho está embasado em uma análise estatística dos dados referentes aos programas de crédito rural para esse setor no Brasil e, assim, poder compará-los. Para isso, foram coletados dados do site do Banco Central e, em seguida, feita uma análise comparativa dos recursos do Plano Safra, no período de 2003 a 2019, direcionados à agricultura não familiar. Isso foi possível isolando-se os dados referentes ao PRONAF.

O Crédito Rural no Brasil

O Crédito Rural foi institucionalizado no Brasil pela Lei nº 4.829, de 1965 (Brasil, 1965). De acordo com Silva e Lapo (2012), nesse momento foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), integrando como agentes agregados ao Sistema o Banco Central, Banco do Brasil, bancos estaduais, bancos regionais de desenvolvimento, bancos privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, investimento e financiamento, cooperativas, órgãos de assistência técnica e extensão rural.

O sistema de crédito agrícola oficial conta com as fontes de financiamento dos recursos obrigatórios (exigibilidade de 28% sobre os depósitos à vista), da poupança rural, dos Fundos Constitucionais e recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (SILVA; LAPO, 2012). O Ministério da Agricultura é quem controla a taxa de juros para estas modalidades, assim como o volume de crédito disponibilizado para as atividades agrícolas. Contudo, todas as informações são apresentadas no Plano Agrícola e Pecuário, ou Plano Safra, e é o Manual de Crédito Rural (MCR), do Banco Central do Brasil, que regula as operações de crédito.

Atualmente, o sistema de crédito continua como um importante instrumento de incentivo à produção, ao investimento e à comercialização agropecuária e, conseqüentemente, à economia nacional. Suas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR), que é elaborado pelo Banco Central do Brasil (BACEN, 2018) e sempre precisam ser aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Assim, essas normas precisam ser seguidas por todos os agentes financeiros que integram o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (VICENTE; BORGES; WANDER, 2018).

Possui, basicamente, três modalidades: investimento, custeio e comercialização. Pode-se incluir aqui o crédito de industrialização, que é destinado

à industrialização de produtos agropecuários, quando efetuada por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural. A modalidade de custeio se subdivide em custeio agrícola, pecuário e beneficiamento ou industrialização. O objetivo desta modalidade é possibilitar que o produtor consiga cobrir as despesas dos ciclos produtivos dos animais, como, por exemplo, a aquisição de vacinas, rações e suplementos, bem como a aquisição de sementes, fertilizantes e insumos. Ou seja, é destinado para cobrir despesas dos ciclos produtivos, da aquisição de insumos até a colheita (VICENTE; BORGES; WANDER, 2018).

Por sua vez, a modalidade de investimento é destinada à aquisição de bens ou a realização de serviços duráveis, cujos benefícios repercutem durante muitos anos. Como exemplo, podem-se citar os investimentos em construções rurais, formação, correção e recuperação de pastagens e aquisição de matrizes reprodutoras. Os favorecidos por esta modalidade são as cooperativas de produtores rurais e demais produtores, pessoas físicas e jurídicas (VICENTE; BORGES; WANDER, 2018).

Ademais, o Governo Federal criou alguns programas de crédito que são administrados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a fim de estimular os investimentos na área agrícola e pecuária, concedendo longo prazo para amortização dos financiamentos e oferta de juros subsidiado aos produtores (BNDES, 2014). Uma característica importante, conforme citam Couto e Trintin (2012), é que as fontes de recursos utilizadas pelo BNDES mantém o fornecimento de fundos estáveis diante das oscilações da oferta de crédito dos demais bancos.

Vale dizer que a política de crédito rural é a concessão de crédito ao setor da agropecuária a taxas de juros e condições de pagamentos diferenciados, que ocorrem devido às incertezas que o setor enfrenta relacionados aos riscos decorrentes de problemas climáticos e do comportamento dos preços.

Assim, um dos objetivos do crédito rural é estabelecer assistência financeira que disponibilize melhores condições em termos econômicos entre os

produtores junto às produções agrícolas, diversificação das atividades e da produção, melhorias das condições de trabalho e de vida no campo.

Neste sentido, conforme foi abordado por Shumpeter (1982), Pereira et al. (2006) e Pintor et al. (2015), o crédito rural é um instrumento importante para a agricultura por conferir ao produtor forças produtivas e possibilitar o investimento em capital fixo e capital humano e insumos básicos da atividade, bem como por facilitar o processo de produção e inovação no Brasil. Em outras palavras, o crédito rural foi, e continua sendo, um importante instrumento de desenvolvimento econômico.

O Pronaf

A partir de 1995, foi implantado no Brasil o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, cuja institucionalização ocorreu em 1996, através do Decreto Presidencial nº 1.946, datado de 28.07.96. Conforme apontam Cazella, Mattei e Schneider (2004), esse programa tem se firmado como a principal Política Pública do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares. Portanto, assegura-se que, a partir do PRONAF, houve a inserção de pequenos agricultores na política agrícola brasileira.

Deve-se registrar que, no ano de 1996, apenas as ações relativas ao crédito de custeio foram implementadas nesse programa. Contudo, a ampliação do programa para as áreas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, passou a ocorrer a partir de 1997, quando o PRONAF ganhou maior dimensão e passou a operar de forma integrada em todo território nacional (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004).

No entanto, apesar das melhorias na distribuição de renda e outros avanços verificados após a criação do PRONAF, a agricultura familiar do Brasil não é homogênea e apresenta uma enorme desigualdade produtiva no seu interior. Assim, conforme demonstrado por Aquino, Gazolla e Schneider (2017), dentro

deste segmento, predomina um vasto contingente de produtores pobres, fruto, principalmente, da herança histórica de diferenciação social. Para os autores, isso se mantém no país devido ao privilégio dos setores mais capitalizados do segmento no processo de distribuição do crédito rural do PRONAF. Ademais, existe também um dualismo econômico e político entre a agricultura familiar e a agricultura patronal/agronegócio em constante disputa por fundos públicos no Brasil (AQUINO, GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018). Nesse sentido, Alves, Nicoloso e Silveira (2017) fizeram uma análise sobre dados dos recursos públicos oferecidos e programados a título de crédito rural, aportes de recursos destinados aos créditos agrícolas (linhas gerais de Crédito Rural e PRONAF) e as condições de financiamento para os agricultores familiares entre as safras de 2003-2004 a 2015-2016. Dessa forma, reiteram que existe um processo desigual e assimétrico entre os investimentos públicos ofertados para o PRONAF, a agricultura empresarial e as linhas gerais de crédito agrícola no meio rural brasileiro. No entanto, os autores também apontam que existe um forte incentivo para que o agricultor familiar incorpore modelos produtivistas de produção agrícola especializada e com viés para o mercado (ALVES; NICOLOSO; SILVEIRA, 2017).

Políticas de Crédito Rural e suas vinculações

Na década de 1970, houve expressiva oferta de recursos financeiros aos produtores rurais para possibilitar o acesso a insumos e mecanização, bem como aumento da produtividade. O acesso ao crédito proporcionou ao produtor rural adotar tecnologias e financiar a compra de insumos e maquinários. De acordo com Bacha (1997), a maior parte do crédito foi concedido com taxa de juro real negativa, pois foi oriundo de fontes sem custo.

No entanto, durante a década de 1980 e 1990, surgiram problemas como o aumento da inflação e crise fiscal do Estado. Em 1990 a operacionalidade dos

sistemas de Crédito Rural foi limitada aos moldes da década de 1970 e início dos anos 1980. Consequentemente, a Política de Crédito rural teve oscilações na quantidade de recursos ofertados.

Segundo Toschi (2006), as altas taxas de juros e o câmbio valorizado, no início do Plano Real, foram prejudiciais aos produtores por elevar os custos e baixar os preços de comercialização da produção agropecuária. Consequentemente, neste período, a inadimplência dos produtores rurais aumentou. Vários planos de estabilização econômica e controle da inflação incidiram em índices para a correção de preços e das dívidas agrícolas, aumentando ainda mais a inadimplência dos agricultores (ALVES; NICOLOSO; SILVEIRA, 2017).

Durante a década de 1990, houve também a abertura da economia brasileira e sua inserção no mercado internacional. Em termos de Crédito Rural, o governo procurou manter as fontes alternativas e agentes privados para o financiamento agrícola. Neste contexto, a agência financiadora do crédito passa a ser o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que constituiu programas de investimento. Então, a política de crédito agropecuário passa a ser mais rigorosa em seus critérios de obtenção de financiamentos e, a partir da segunda metade da década de 1990, o governo adaptou suas agendas causando modificações na política de Crédito Rural (ALVES; NICOLOSO; SILVEIRA, 2017).

Dessa forma, a Política de Crédito Rural do Brasil vem sendo adaptada por meio de novos programas e leis que atendem ao cenário macroeconômico e a demanda de Políticas Públicas inclusivas, que são consequências de novos temas abordados nas agendas governamentais e da sociedade, mesmo que o estímulo a produtividade seja voltado a demandas de mercado.

Para se justificar os investimentos na chamada agricultura patronal, Bühler e Oliveira (2012, p.430) argumentam que, no lugar onde só se praticava agricultura familiar, foi sendo implantado “um processo produtivo dotado de

intensa tecnologia gerido a partir de ferramentas de gestão pouco encontrada em tal atividade”. Segundo os autores, é a partir desse patamar que se define o parâmetro para marcar o divisor entre “progresso e atraso”. No entanto, por trás da “grande agricultura” há um universo social bastante diversificado e complexo. Entre os que são considerados grandes produtores, ainda é possível encontrar formas familiares tradicionais de organização da produção, definindo um grupo social para quem a terra se constitui em patrimônio sobre o qual a família se reproduz ao longo de gerações. Esta reprodução pode se dar tanto baseada em um formato extensivo de produção com baixo uso de tecnologia e mão de obra, quanto com uso intensivo de tecnologia e pouca mão de obra, definindo um perfil designado de “empresarial familiar” (BÜHLER, 2008, p.430).

Crédito Privado

Além das linhas de crédito fornecidas pelo Governo brasileiro, também existem concessões de crédito através de mecanismos que estão fora do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em especial, o crédito agrícola comercial privado.

Historicamente, o processo de investimento de capital de grandes empresas e investidores em várias partes do Brasil vem aumentando desde a Lei de Terras de 1850, que determinou uma nova relação com a terra mediada pela renda fundiária (MARTINS, 2010). Essa busca pelo aumento da renda fundiária atraiu muitos investidores para regiões de fronteira agrícola. Entre os maiores interesses da especulação fundiária se encontra na perspectiva de diversificar as fontes de renda. Porém, o que podemos perceber hoje é que essa nova leva de investidores é mais diversa e sua chegada se faz a partir de novas formas de inserção local, de novas relações sociais e novos investimentos produtivos.

Esse tipo de agricultura também vem sendo denominada de “Agricultura Corporativa”. Nesse caso, envolve agentes do setor das agroindústrias, empre-

sas fornecedoras de insumos, tradings e exportadores. Isso se deu a partir da década de 1990, quando aparece no Brasil um novo padrão de financiamento rural, caracterizado por maior participação dos agentes privados na destinação de recursos ao setor agropecuário.

Inicialmente, esse tipo de aporte ocorreu de forma limitada, pois o cenário era de endividamento da classe produtora e sua credibilidade estava baixa em relação aos agentes financiadores. Além disso, a política econômica vigente era de juros elevados. Mesmo com esses fatores iniciais que dificultavam a tomada de crédito por parte dos produtores rurais, a participação dos bancos privados no repasse de crédito rural foi crescente. Não obstante, em 2004, através da Lei 11.076/2004, os agentes do agronegócio passaram a captar recursos no mercado financeiro com a criação dos títulos CDCA/WA (Certificado de Depósito Agropecuário e Warrant Agropecuário), LCA (Letra de Crédito do Agronegócio), CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) e CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio).

Assim, conforme apresentado por Silva e Lapo (2012), em 1995 o repasse dos bancos privados representava 12,3% do total de crédito bancário agropecuário, contra 87,7% de repasse dos bancos públicos. Já em 2010, o crédito privado passou a ser 41,9% do volume total de crédito agropecuário, mostrando o enorme avanço do setor nesse tipo de financiamento.

Metodologia

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é de natureza exploratória e quantitativa, uma vez que, pesquisas exploratórias buscam aproximar o pesquisador do problema proposto de que foi pouco explorado. Segundo Gil (2002, p. 27), a pesquisa exploratória é indicada quando o tema escolhido, neste caso, formas de financiamento para agricultura patronal, é ainda pouco explorado e torna-se

difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis sobre o assunto abordado.

Por sua vez, a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. Para Mattar (2001), a pesquisa quantitativa busca a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, com análise de um grande número de casos representativos, recomendando um curso final da ação. Ela quantifica os dados e é capaz de generalizar os resultados da amostra para os interessados.

Para tal, optou-se por utilizar, como fonte de dados secundários, a Matriz de Dados de Crédito Rural (MDCR), fornecida pelo Banco Central do Brasil (BACEN, 2019) no intervalo de 2003 a 2019. Foram importados da MDCR 8.190 casos de contratos de linhas de crédito rural disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil. A partir da importação dos dados, buscou-se realizar uma análise estatística dos dados e, em seguida, foi feita uma triangulação entre estes dados e a literatura existente. Por sua vez, optou-se por utilizar a análise documental, muito similar à pesquisa bibliográfica, mas com o diferencial de utilizar materiais brutos, ou seja, dados que ainda não foram tratados de forma analítica e que podem ser reelaborados conforme a finalidade da pesquisa (GIL 2002).

Por fim, para satisfazer os objetivos estabelecidos pelo trabalho, os dados foram categorizados por tipos de linhas de crédito e atividades desenvolvidas. O Quadro I, mostra as linhas de crédito selecionadas por atividade.

Quadro I - Linhas de crédito disponibilizadas pelo BNDES, exceto PRONAF.

Linhas de crédito	Descrição	Atividades
ABC - Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura	- Reduzir as emissões de gases de efeito estufa oriundas das atividades agropecuárias; - Reduzir o desmatamento; - Aumentar a produção agropecuária em bases sustentáveis; -Adequar às propriedades rurais à legislação ambiental; -Ampliar a área de florestas cultivadas; -Estimular a recuperação de áreas degradadas;	-Implantação e melhoramento de sistemas orgânicos de produção agropecuária; -Implantação e melhoramento de sistemas de plantio direto “na palha”; -Implantação e melhoramento de sistemas de plantio direto “na palha”; -Adequação ou regularização das propriedades rurais frente à legislação ambiental, (ABC Ambiental); -Dentre outras.
Inovagro - Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária	-Apoiar investimentos necessários à incorporação de inovação tecnológica nas propriedades rurais, visando ao aumento da produtividade, à adoção de boas práticas agropecuárias e de gestão da propriedade rural, e à inserção competitiva dos produtores rurais nos diferentes mercados consumidores.	- Implantação de sistemas para geração e distribuição de energia alternativa à eletricidade convencional; - Equipamentos e serviços de agricultura de precisão, desde o planejamento inicial da amostragem do solo à geração dos mapas de aplicação de fertilizantes e corretivos, bem como sistemas de conectividade no gerenciamento remoto; - Dentre outras.

Moderagro - Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais	-Apoiar e fomentar os setores da produção, beneficiamento, industrialização, acondicionamento e armazenamento de produtos da apicultura, aquicultura, avicultura, chinchilicultura, cunicultura, floricultura, fruticultura, olivicultura, horticultura, ovino- caprinocultura, rani- cultura, sericicultura, suinocultura, pecuária leiteira, e de palmáceas, erva-mate, nozes, pesca e cana-de- açúcar para produção de cachaça	-Construção, instalação e modernização de benfeitorias, aquisição de equipamentos de uso geral; -Implantação de frigorífico e de unidade de beneficia- mento; -Reposição de matrizes bovinas ou bubalinas; -Financiamento da construção e modernização de in- fraestrutura.
Moderfrota - Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Imple- mentos Associados e Colheitadeiras	Financiamento de implementos e máquinas agrícolas -Os beneficiários são os produtores rurais e suas cooperativas; -Limite de crédito: 85% (oitenta e cinco por cento) do valor dos bens objeto do financia- mento	- Financiamento de itens novos e financiamento de itens usados: 8 e 10 anos, sendo isoladamente ou não: tratores e implementos associados, colheitadeiras e suas plata- formas de corte, equipamentos para preparo, secagem e beneficiamento de café, e máquinas agrícolas auto prope- lidas para pulverização e adubação;
Moderinfra - Pro- grama de Incentivo à Irrigação e à Ar- mazenagem	-Apoiar o desenvolvimento da agropecuária ir- rigada sustentável, econômica e ambientalmen- te, de forma a minimizar o risco na produção e aumentar a oferta de produtos agropecuários; -Proteger a fruticultura em regiões de clima temperado contra a incidência de granizo. - Dentre outros.	-Investimentos relacionados com todos os itens ineren- tes aos sistemas de irrigação, inclusive infraestrutura elétrica e reserva de água; -Aquisição, implantação e recuperação de equipamentos e instalações para proteção de cultivos inerentes à oleri- cultura, fruticultura, floricultura, cafeicultura e produção de mudas de espécies florestais.

PCA - Programa para Construção e Ampliação de Armazéns	- Investimentos individuais ou coletivos vinculados às atividades deste programa para produtores rurais e suas cooperativas de produção. - Limite de crédito, independentemente de outros créditos contraídos ao amparo de recursos controlados do crédito rural.	-Apoiar investimentos necessários à ampliação, modernização, reforma e construção de novos armazéns.
Procap-Agro - Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias	- Promover a recuperação ou a reestruturação patrimonial das cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira.	-Integralização de quotas-partes do capital social por produtores rurais em cooperativas singulares de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira; - Integralização de quotas-partes do capital social por cooperativas singulares em cooperativas centrais exclusivamente de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira.
Prodecoop - Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária	- Incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização.	-Industrialização de produtos agropecuários e de seus derivados; - Instalação, ampliação, realocação e modernização de unidades industriais, de armazenamento, de processamento e de beneficiamento, inclusive logística relacionada a essas atividades; -Dentre outras

Pronamp - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural	- As operações ficam sujeitas às normas gerais do crédito rural; Beneficiários dão proprietários rurais, posseiros, arrendatários ou parceiros que possuam renda bruta anual de até R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais).	-Custeio, admitida a inclusão de verbas para atendimento de pequenas despesas conceituadas como de investimento e manutenção do beneficiário e de sua família; - Investimento, inclusive a aquisição, isolada ou não, de máquinas, equipamentos e implementos usados fabricados no Brasil. -Investimento em assistência técnica,
LCA (Letra de Crédito do Agronegócio)	-Título de renda fixa, nominativo, lastreado por direitos creditórios originários de operações do agronegócio.	-O crédito é usado para financiar desde a produção agrícola e agropecuária, até a compra de máquinas, implementos e insumos.
Financiamentos Passíveis de Subvenção Econômica pela União	-Concessão de financiamentos passíveis da subvenção econômica de que tratam o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24/11/2009, e o art. 4º da Lei nº 12.409, de 25/5/2011, no âmbito do crédito rural.	-Financiamento usado para produção, arrendamento mercantil ou aquisição de bens de capital agrícolas e o capital de giro associado; e aquisição de caminhões, desde que o beneficiário seja pessoa física. -Dentre outras
Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais	-Aumentar a produção de cana-de-açúcar no País por meio do financiamento à renovação e implantação de canaviais	-Para os projetos de plantio de cana-de-açúcar.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em MANUAL DE CRÉDITO RURAL, (2018).

Tratamento dos dados

Para tratar os dados foram selecionadas técnicas de acordo com sua capacidade de contribuir e atender os objetivos da pesquisa. De acordo com Martins (2010), a estatística descritiva de dados é um conjunto de técnicas matemáticas que proporcionam analisar modelos onde todas as variáveis sejam aleatórias e inter-relacionadas, de forma que os seus efeitos não possam ser interpretados separadamente.

Os dados coletados foram tabulados e sintetizados na forma de tabelas para melhor apresentação dos resultados. Para o tratamento dos dados, foram utilizadas as técnicas de estatística descritiva; medidas de tendência central média e desvio padrão. A média aritmética foi utilizada para representar o conjunto de valores da amostra.

O desvio padrão foi utilizado para descrever a variação observada nos valores da amostra e informar a homogeneidade de tal conjunto. Assim, quando o desvio padrão da série é pequeno a amostra é homogênea, quando o valor é alto a amostra é heterogênea. O desvio padrão só descreve adequadamente a dispersão de valores de um conjunto com distribuição normal. Para realizar as técnicas de estatística descritiva foi utilizado o software *SPSS Statistics*.

Resultados

O presente capítulo está subdividido em duas partes. A primeira onde são descritos os resultados da análise teórica das linhas de crédito rural. E a segunda onde são relatados os resultados da análise de estatística descritiva dos dados coletados.

Aplicabilidades das Linhas de crédito Rural no Brasil

Programa ABC

O programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura financia a recuperação de áreas e de pastagens degradadas, a implantação e a ampliação de sistemas de integração lavoura-pecuária-florestas, correção e adubação de solos, implantação de práticas conservacionistas de solos, implantação e manutenção de florestas comerciais, implantação de agricultura orgânica, recomposição de áreas de preservação permanente ou de reserva legal e outras práticas que envolvem produção sustentável e culminam em baixa emissão de gases causadores do efeito estufa.

Pronamp

O Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural financia os produtores com renda bruta anual de até R\$ 1,76 milhão, sob a condição de que no mínimo 80% dessa renda seja originária da atividade agropecuária ou extrativa vegetal.

Moderagro

O Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais fomentar os setores da produção, beneficiamento, industrialização, acondicionamento e armazenamento de produtos da apicultura, aquicultura, avicultura, cunicultura, floricultura, fruticultura, palmáceas, olivicultura, produção de nozes, horticultura, ovino-caprinocultura, pecuária leiteira, pesca, ranicultura, sericicultura e suinocultura, ações relacionadas a defesa animal.

Moderinfra

O Programa de Incentivo à Irrigação e à Produção em Ambiente Protegido (Moderinfra) deixou de financiar a construção e ampliação de armazéns, investimentos relacionados com todos os itens inerentes aos sistemas de irrigação, inclusive infraestrutura elétrica e reserva de água, e a aquisição, implantação e

recuperação de equipamentos e instalações para proteção de cultivos inerentes à olericultura, fruticultura, floricultura, cafeicultura e produção de mudas de espécies florestais. Neste caso, os financiamentos passaram ser realizados pelo Programa para Construção e Ampliação de Armazéns.

Prodecoop

O Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária abrange todos os setores cooperativos de produção. Esse Programa conta com a disponibilidade de recursos de R\$ 2,43 bilhões para apoio financeiro visando a incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização.

Procap-Agro

O Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias destina-se ao financiamento: de integralização de quotas-partes do capital social de cooperativas, visando a promover a recuperação ou a reestruturação patrimonial das cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira; e de capital de giro para cooperativas, visando a disponibilizar recursos para atender as necessidades imediatas operacionais das cooperativas.

PCA

O Programa para Construção e Ampliação de Armazéns financia investimentos necessários à ampliação e à construção de novos armazéns, com taxas de juros de 6,5% a.a., prazo de reembolso de até 15 anos e limite de financiamento de até 100% do valor do projeto.

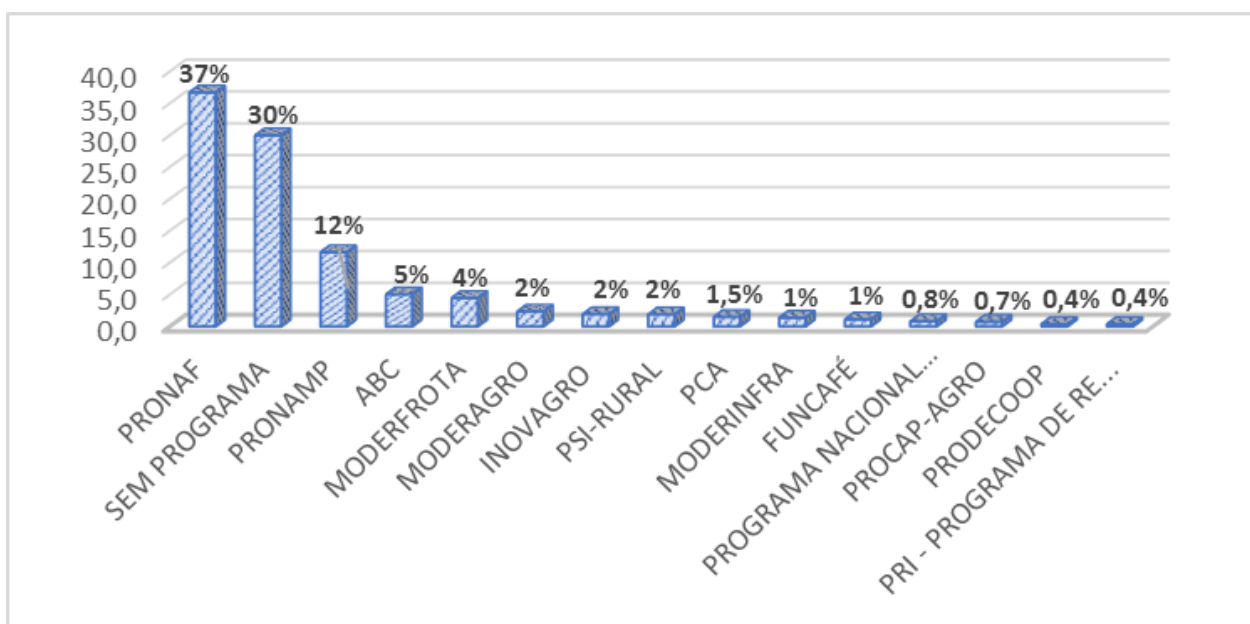
FUNCAFÉ - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

Com linhas de crédito para financiamento de custeio, colheita, estocagem e aquisição de café aos produtores, cooperativas e indústrias.

Análise dos dados

A análise de dados mostra que 37% dos contratos de crédito rural no Brasil são realizados por meio do PRONAF, correspondendo a 29.977 contratos da amostra selecionada (Figura 1). Tal volume de contratos corresponde a R\$ 2.475.318,16 de reais investidos no programa, o que corrobora com Aquino, Gazolla e Schneider (2018), que apontam que o montante investido nestes contratos é relativamente baixo, embora o número de contratos provenientes do PRONAF seja elevado.

Figura 1 - Porcentagem de contratos por Programa de crédito rural no Brasil entre os anos de 2003 a 2019.



Fonte: Banco Central do Brasil (2019).

Em seguida, pode-se observar o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural – PRONAMP que representa aproximadamente 12% dos contratos de crédito rural no Brasil. O PRONAMP financia os produtores com renda bruta anual de até R\$ 1,76 milhão de reais, onde 80% dessa renda deve ser oriunda da atividade agropecuária ou extrativa vegetal.

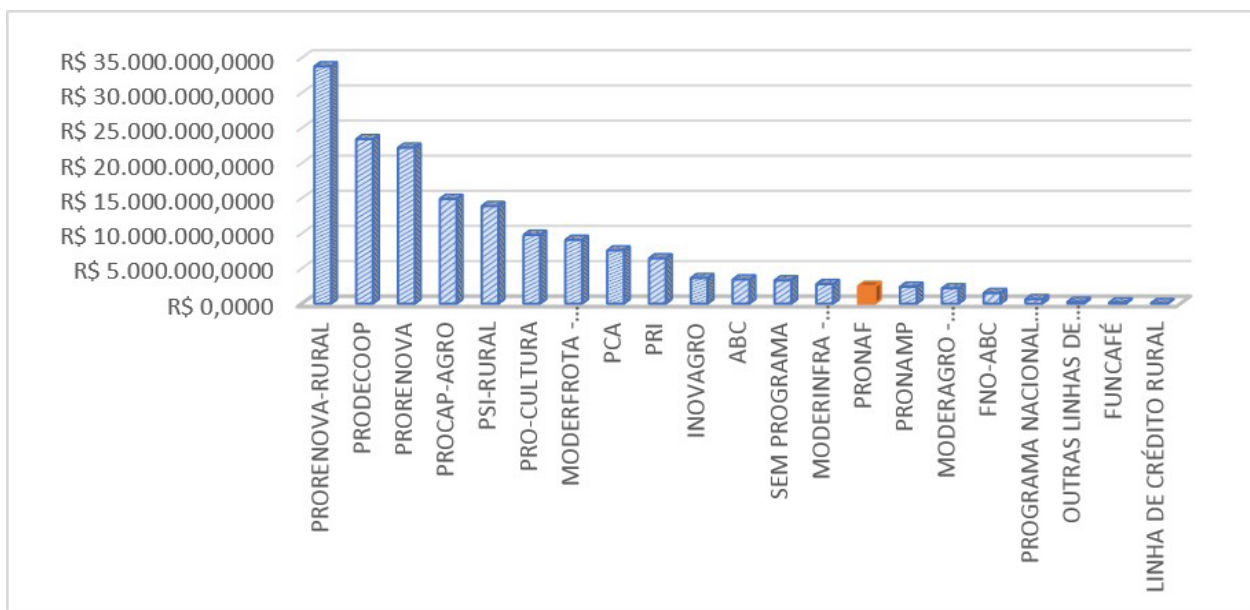
De acordo com as regras encontradas no MCR, o PRONAMP pode ser

utilizado na agricultura não familiar no financiamento de máquinas e implementos, podendo ser adquirido em bancos privados e também em cooperativas de crédito voltadas ao setor agropecuário. Sendo assim, o acesso a essa linha de crédito é facilitado e mediado pelas cooperativas e bancos privados espalhados pelo interior do Brasil que apresentam o PRONAMP aos produtores rurais. O Programa de capitalização de cooperativas agropecuárias (PROCAP-AGRO) representa 7% dos contratos de financiamento de crédito rural (Figura 1). O PROCAP- AGRO abrange os associados (produtores rurais, pessoas jurídicas ou físicas) a cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola ou pesqueira, além de cooperativas singulares que atuam na produção agropecuária, agroindustrial e aquícola, o que explica a quantidade de contratos realizados visto à abrangência do programa.

Ressalta-se que 30% dos contratos de crédito rural são identificados pelo BACEN como “sem programa”, pois, independente da origem dos recursos financeiros, a sua aplicação em qualquer setor voltado para a agricultura ou pecuária, são considerados crédito rural quando atendidas as normas do manual estabelecido pelo BACEN.

Em relação aos investimentos destinados ao crédito rural dois programas se destacam o Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (PRORENOVA) com mais de 33 milhão de reais disponibilizados ao programa e o PRODECOOP - Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária com mais 29 milhão de reais liberados para financiamentos (Figura 2).

Figura 2 - Porcentagem de valores investidos por programa, exceto o PRONAF.



Fonte: Banco Central do Brasil (2019).

No entanto, destaca-se que os programas com mais investimentos financeiros são os que menos têm contratos de financiamentos, pois o PRORENOVA apresentou média de contratos inferior a 1% em relação a todos os programas de crédito rural, conforme o BNDES (2019). Já o PRODECOOP apresentou média de 4% dos contratos de crédito rural no Brasil (Figura 1). É importante destacar que o PRONAF apresentou média de 36 % dos contratos de crédito rural no Brasil e recebeu menos de 2,5 milhões de reais para investimento (Quadro 1).

Quadro 1 - Investimentos destinados a cada programa de crédito rural nos períodos de 2003 a 2019.

Nome do Programa	Média de investimento em reais	Número de contratos	Total de capital investido no período apurado.
ABC	R\$ 3.420.576,84	4089	R\$ 13.986.738.714,63
FNO-ABC	R\$ 1.493.648,62	30	R\$ 44.809.458,72
FUNCAFÉ	R\$ 149.852,60	879	R\$ 131.720.434,85
INOVAGRO -	R\$ 3.616.337,41	1563	R\$ 5.652.335.373,81
LINHA DE CRÉDITO RURAL.	R\$ 53.377,25	21	R\$ 1.120.922,18
MODERAGRO -	R\$ 2.165.337,41	1880	R\$ 4.070.834.325,27
MODERFROTA -	R\$ 9.055.351,28	3627	R\$ 32.843.759.076,34
MODERINFRA -	R\$ 2.766.359,12	1102	R\$ 3.048.527.749,15
OUTRAS LINHAS DE CRÉDITO	R\$ 233.333,33	3	R\$ 700.000,00
PCA	R\$ 7.562.505,31	1193	R\$ 9.022.068.833,06
PRI	R\$ 6.440.672,52	287	R\$ 29.304.464,98
PROCAP-AGRO	R\$ 14.887.545,27	578	R\$ 8.605.001.165,44
PRODECER III	R\$ 32.805,00	2	R\$ 65.610,00
PRODECOOP	R\$ 23.397.335,59	294	R\$ 6.878.816.663,58
PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL.	R\$ 621.325,98	634	R\$ 393.920.673,06
PRONAF	R\$ 2.475.318,16	29977	R\$ 74.202.612.559,24
PRONAMP -	R\$ 2.387.415,54	9491	R\$ 22.658.960.868,64
PRORENOVA-INDUSTRIAL	R\$ 22.178.263,50	11	R\$ 243.960.898,53
PRORENOVA-RURAL	R\$ 33.753.569,96	30	R\$ 1.012.607.098,72
PSI-RURAL -	R\$ 13.861.913,95	1530	R\$ 21.208.728.336,47
SEM PROGRAMA	R\$ 3.281.977,30	24474	R\$ 80.323.112.341,50

Fonte: Banco Central do Brasil (2019).

De acordo com o Banco Central do Brasil (2019), o estado do Mato Grosso-MT é o estado com mais investimento em crédito rural com cerca de R\$ 9.727.091,81. O crédito rural é utilizado para o financiamento de ciclos produtivos, investimentos em serviços e bens, na comercialização e industrialização. Dentre as principais linhas de crédito utilizadas no estado do MT estão o PRO-NAMP (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural) e o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Quadro 3 - Investimentos destinados a linhas de crédito rural, exceto PRONAF, por estado do Brasil entre os anos de 2003 a 2019.

Nome da UF	Média de investimento em reais	Número de contratos por estado	Total de capital investido por estado
AC	R\$ 688.387,52	641	R\$ 1.127.582.474,88
AL	R\$ 618.104,89	973	R\$ 1.708.707.475,57
AM	R\$ 321.031,42	419	R\$ 422.019.501,25
AP	R\$ 180.781,34	170	R\$ 100.061.736,24
BA	R\$ 2.903.063,74	2630	R\$ 12.284.243.518,07
CE	R\$ 699.930,91	1071	R\$ 3.278.074.818,56
DF	R\$ 276.094,05	927	R\$ 277.266.803,68
ES	R\$ 813.170,28	2571	R\$ 5.099.409.430,56
GO	R\$ 7.816.330,45	2926	R\$ 24.802.135.862,03
MA	R\$ 2.279.819,25	1997	R\$ 6.838.360.088,70
MG	R\$ 6.013.645,14	4214	R\$ 34.279.322.677,97
MS	R\$ 5.450.809,65	2739	R\$ 15.610.445.360,88
MT	R\$ 9.727.091,81	2976	R\$ 32.339.715.827,52

PA	R\$ 2.976.631,29	1882	R\$ 7.457.848.867,10
PB	R\$ 413.666,88	999	R\$ 1.752.876.602,55
PE	R\$ 769.787,87	1248	R\$ 3.170.544.326,25
PI	R\$ 1.344.237,30	1462	R\$ 3.869.792.166,91
PR	R\$ 8.312.090,67	3562	R\$ 37.394.405.415,74
RJ	R\$ 352.903,29	1287	R\$ 819.420.294,22
RN	R\$ 364.378,52	879	R\$ 1.321.301.754,91
RO	R\$ 2.542.720,77	1958	R\$ 9.153.724.379,21
RR	R\$ 355.283,72	672	R\$ 509.805.852,55
RS	R\$ 5.980.831,65	3533	R\$ 32.613.909.133,39
SC	R\$ 2.382.673,85	3050	R\$ 15.067.230.817,92
SE	R\$ 489.643,99	1091	R\$ 1.174.235.404,07
SP	R\$ 6.415.695,85	3508	R\$ 25.211.344.472,74
TO	R\$ 3.187.161,72	2336	R\$ 8.524.393.518,74

Fonte: Banco Central do Brasil (2019).

O Paraná também se destaca nos investimentos em crédito rural com média de investimento de R\$ 8.312.090,67, pois, o estado tem participação relevante na agricultura brasileira. O foco dos investimentos é na industrialização da agricultura para agregar valor à produção de grãos com aumento do valor das exportações.

Destaca-se que a tecnologia está se disseminando na oferta do crédito rural, como por exemplo; o custeio digital ou modalidade mobile de crédito rural que pode ser feito por meio de um aparelho celular diretamente da propriedade rural. Outras linhas de crédito como o Pronaf, PRONAMP e ABC, são as mais utilizadas pelos produtores do Paraná.

Considerações Finais

O crédito rural no Brasil foi criado para ser uma importante ferramenta de auxílio à viabilidade produtiva de pequenos, médios e grandes produtores, sejam estes familiares ou não familiares. No entanto, o que era para servir de instrumento de equidade no meio rural está, na verdade, contribuindo para aumentar a distância socioeconômica entre grande parte da população que vive no campo e os que conseguem ter acesso aos maiores volumes de recursos financeiros, investindo forte nos seus negócios. Enquanto muitas pessoas dependem dos créditos destinados à agricultura familiar, os produtores rurais que estão em melhores condições econômicas e que, a princípio, oferecem maiores garantias aos credores, conseguem as linhas de crédito com maiores aportes financeiro.

Nesse contexto, foi possível observar por meio de uma pesquisa exploratória e da análise estatística realizada que, embora os subprogramas que formam o PRONAF apresentam maior número de contratos, o valor investido pelo BACEN nos financiamentos ainda é muito baixo se comparado ao montante de investimento destinado programas não familiares.

Percebeu-se também que as variáveis que compõem a MDCR disponibilizadas no portal de transparência do mesmo apresentam grau de correlação de Pearson baixo, ou seja, a base de dados não está normalizada para uma análise estatística mais aprofundada dos dados. Ou seja, o BACEN cumpre com a lei da transparência, no entanto, pode ser questionada a utilidade dos dados para análises estatísticas mais detalhadas.

Por fim, sugere-se: a) um estudo mais detalhado da relação com as linhas de crédito e o impacto que têm com a cesta básica de alimentos colocados na mesa do brasileiro; b) uma análise aprofundada da eficiência do crédito empregado e da relação do volume investido com a indústria de insumos e máquinas

agrícolas no Brasil; e c) uma análise comparativa dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especificamente do Censo Agropecuário, com as linhas de crédito do BACEN.

Referências

ALVES, Nára Beatriz Chaves; NICOLOSO, Carolina da Silveira; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **Pronaf: uma política conquistada, porém como mantê-la?** REB. REVISTA DE ESTUDIOS BRASILEÑOS. V. 4, NÚMERO 8, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reb/article/view/139789/135068>. Acesso em: Set. 2019.

AQUINO; Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. In: **Rev. Econ. Sociol. Rural vol.56 no.1 Brasília jan./mar. 2018. DOI:** <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108>.

BACHA, O. I . **Adapting Mudarabah (profit sharing) Financing to Contemporary Realities: A Proposed Financing Structure**. Munich Personal RePEc Archive. 1997. Disponível em: <http://ub.uni-muenchen.de/12732/>. Acesso em: Set. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de Crédito Rural**. 2019. Disponível em: <https://olinda.bcb.gov.br/olinda/servico/SICOR/versao/v2/aplicacao#!/recursos/FonteRecursos>. Acesso em: Set 2009.

BNDES. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Agropecuária: [forma de apoio]**. Disponível em: < <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/navegador/finalidades/agropecuaria#!/>>. Acesso em: 24 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.829, de 05 de novembro de 1965**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 nov. 1965.

BÜHLER, E. A.; OLIVEIRA, V.L. **Agricultura Empresarial: novidades e desafios para a pesquisa sobre o rural**. Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, MG, 2012.

CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. SCHNEIDER, S. Histórico caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In S. Schneider, K. Silva & P. E. M. Marques (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora UFRGS. 2004.

COUTO, A. C. L.; TRINTIM, J. G. **O papel do BNDES no financiamento da economia brasileira**. In: Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, 5, São Paulo, 2012.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. Edição 10^a. Editora Atlas, 2010.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PEREIRA, S.E.; FIGUEIREDO, A. dos S.; LOUREIRO, P.R.A. **Avaliação do impacto da utilização de crédito, da educação e da escolha do canal de comercialização na horticultura: caso do núcleo rural do Distrito Federal**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v.44, p.773-799, 2006. DOI: 10.1590/S0103-20032006000400008.

PINTOR, E. de; SILVA, G.M. da; PIACENTI, C.A. **Crédito rural e crescimento econômico no Brasil**. *Revista de Política Agrícola*, ano 24, p.5-19, 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1982.

SILVA, F. P.; LAPO, L. E. R., **Modelos de financiamento da cadeia de grãos no Brasil**. In: CONFERÊNCIA EM GESTÃO DE RISCO E COMERCIALIZAÇÃO DE COMMODITIES, 2, 2.012, São Paulo. BM&F BOVESPA.

TOSCHI, A. B. **As fontes de recursos do crédito rural no Brasil de 1994 a 2004**. Dissertação de mestrado profissional em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. 2006.

VICENTE, I.; BORGES, S.; WANDER, A. E. O financiamento do agronegócio em Goiás. *Revista de Política Agrícola* -, p. 130, 2018.

CAPÍTULO 9

ANÁLISE DO ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO NORMALIZADO DO REPASSE DE ICMS EM RELAÇÃO AO PIB E OS REFLEXOS NA MATRIZ PRODUTIVA DO RIO GRANDE DO SUL

Angélica Cristina Rhoden

Leandro Blass

Doi: 10.48209/978-65-5417-220-9

Resumo: O objetivo deste trabalho foi analisar concentração locacional do repasse de Imposto sobre Operações relativas ao Imposto de Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) pelo governo do Rio Grande do Sul aos municípios, bem como, os elementos do Produto Interno Bruto (PIB) real sob a ótica da oferta e sua relação com as mudanças ocorridas nas cadeias produtivas da soja, arroz e pecuária de corte no período do ano de 2005 até 2018. Os dados utilizados foram obtidos por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por meio da base do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) e do Portal da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. O Índice de Concentração Normalizado foi utilizado para identificar a concentração das cadeias produtivas. A análise de regressão foi utilizada para estimar as tendências e as taxas de crescimento do PIB. Os dados do PIB foram deflacionados pelo PIB deflator e os dados do ICMS pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, ambos submetidos ao cálculo por Km², levando em consideração as

diferenças de área dos municípios. Verificou-se que muitos municípios do estado têm sua economia baseada nas atividades pesquisadas, o qual ainda tem baixa participação no PIB municipal, mas que apresenta tendência positiva de crescimento dentro do período. Quanto ao índice de concentração do VAB agropecuário em relação ao PIB dos municípios do Rio Grande do Sul a região da metade sul apresentou uma aparente diminuição. Sobre a evolução das áreas percentuais destinada as atividades agropecuárias pesquisadas, obteve-se uma visível expansão da área de soja, especialmente na metade sul do estado do Rio Grande do Sul a partir de 2015. Por outro lado, as áreas destinadas ao plantio de arroz vêm sofrendo redução contínua, com destaque para a metade norte do estado. No que concerne à área ocupada pela pecuária, pode-se dizer que, no período estudado, se manteve mais estável em comparação a soja e arroz.

Palavras-chave: Área ocupada; Valor Adicionado Bruto; Crescimento Econômico; Análise de Tendências

Abstract: *The objective of this study was to analyze the location of the transfer of Tax on Operations related to the Tax on Circulation of Goods and on Services Provided by Interstate and Intermunicipal Transport and Communication (ICMS) by the government of Rio Grande do Sul to the municipalities, as well as, the elements of the real Gross Domestic Product (GDP) from the perspective of supply and its relationship with the changes occurred in the productive chains of soy, rice and beef cattle in the period from 2005 to 2018. The data used were obtained through Brazilian Institute of Geography and Statistics through the base of the IBGE System of Automatic Recovery (SIDRA) and the Portal of the State Secretariat of Finance of the State of Rio Grande do Sul. The Standardized Concentration Index was used to identify the concentration of the production chains. Regression analysis was used to estimate trends and GDP growth rates. The GDP data were deflated by the GDP deflator and the ICMS data by the National Consumer Price Index, both submitted to the calculation per Km², taking into account the differences in area of the municipalities. It was found that many municipalities in the state have their economy based on the activities surveyed, which still has a low participation in the municipal GDP, but which shows a positive growth trend within the period. As for the concentration index of agricultural GVA in relation to the GDP of the municipalities of Rio Grande do Sul, the region of the southern half showed an apparent decrease. On the evolution*

of the percentage areas destined to the researched agricultural activities, there was a visible expansion of the soy area, especially in the southern half of the state of Rio Grande do Sul as of 2015. On the other hand, the areas destined for rice planting have been undergoing continuous reduction, with emphasis on the northern half of the state. With regard to the area occupied by livestock, it can be said that, during the studied period, it remained more stable compared to soybeans and rice.

Key words: *Occupied zone; Gross Added Value; Economic growth; Trend analysis*

Introdução

A localização de mercado está conectada com o desenvolvimento econômico de uma região ou nação, bem como, com a concentração produtiva (ROLNIK; KLINK, 2011). Assim, observa-se que a geração de riquezas não ocorre do mesmo modo nas diferentes regiões, devido a suas peculiaridades levando a desigualdades regionais, o que dificulta a formulação de políticas, além de prejudicar o entendimento locacional e concentrado do mercado (EMBRAPA, 2018).

Todavia, uma análise aprofundada das taxas de crescimento econômico e concentração produtiva, além da relação espacial dos mercados podem corroborar para identificação dos municípios, verificando disparidades de desenvolvimento a fim de constatar possíveis gargalos.

Nessa perspectiva, este artigo objetivou investigar a concentração do repasse de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) pelo governo do Rio Grande do Sul aos municípios, bem como, do Produto Interno Bruto (PIB) real sob a ótica da oferta entre 2005 a 2018, e sua relação com as mudanças ocorridas nas cadeias produtivas da soja, arroz e a pecuária de corte.

Parte-se do pressuposto que o repasse do Imposto sobre Mercadorias e Serviços, Produto Interno Bruto setorial, a produção de grãos e pecuária, quando analisados de forma sistêmica podem revelar diferentes cenários em relação a concentração espacial da geração de riquezas. Nesta perspectiva, é importante destacar que os elementos territoriais não atuam isoladamente (DE MORAES, 2016).

Visando contribuir e identificar de forma abrangente as modificações que ocorreram decorrentes das transições produtivas relativas à agropecuária, propõe-se uma pesquisa descritiva utilizando dados referentes ao PIB, repasse líquido de ICMS área plantada de soja, arroz e o efetivo de rebanho da pecuária de corte dos municípios do Rio Grande do Sul. Isso é relevante pois a produção de grãos como a soja e arroz vem crescendo em termos de área plantada no interior do estado, movimentando todos elos dessas cadeias produtivas. Sendo assim, procurou-se apontar a concentração do ICMS e do PIB através da adaptação do Índice de Concentração Normalizado nos anos de 2005, 2010, 2015 e 2019, bem como, as oscilações nas principais cadeias produtivas do estado para identificar a relação entre a concentração de uma cadeia produtiva, a geração de PIB, arrecadação de ICMS e o desenvolvimento regional.

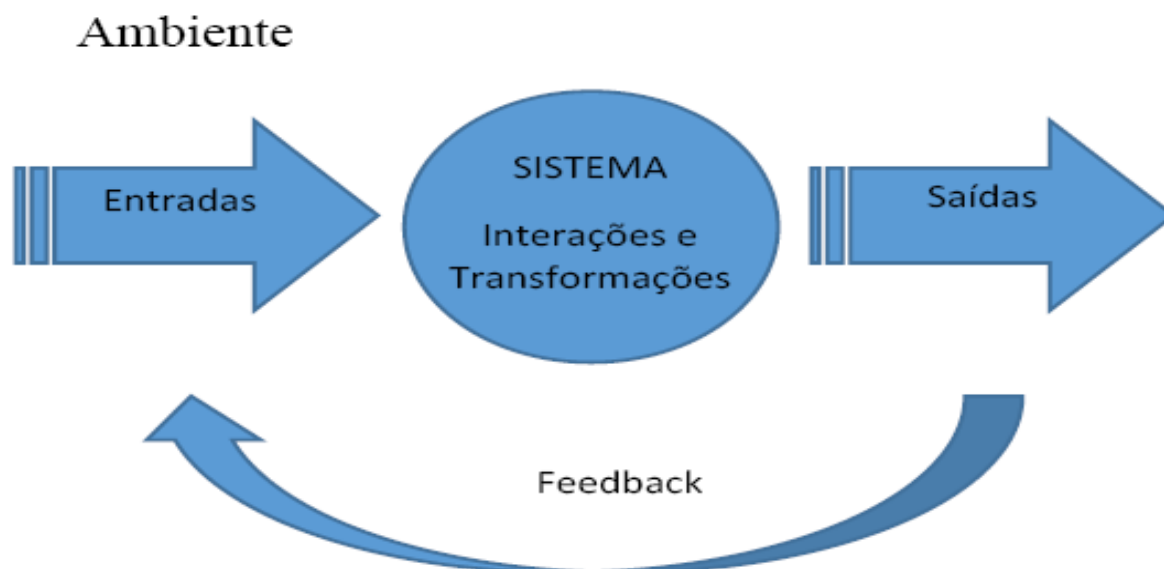
Tal estudo contribui para assimilar como os municípios replicam fatores de crescimento econômico bem como a identificação de dependência setorial específica, assim, facilitando o desenvolvimento de políticas públicas, identificação espacial das desigualdades na concentração da riqueza e do mercado, além do reconhecimento de áreas com potencial de crescimento em determinados setores produtivos sob a ótica locacional.

Abordagem sistêmica e noção de cadeia produtiva

O objetivo deste trabalho compreende a análise de cenários econômicos através de fatores complexos que envolvem variáveis sociais, econômicas e recursos de produção agrícola em diferentes sistemas de produção. Assim, considera-se pertinente compreender a realidade por meio da abordagem sistêmica, já que auxiliará na construção e interpretação dos resultados da presente pesquisa. A abordagem sistêmica foi desenvolvida a partir da necessidade de explicar as relações complexas entre os atores científicos (CAVALCANTI, PAULA, 2006).

Para solucionar problemas ou identificar gargalos é necessário analisar de forma complexa, primeiramente, a interrelação dos sistemas como um todo e não como partes isoladas, para depois direcionar-se para visão analítica em elos e atores específicos (segmentados) que compõe uma cadeia produtiva. De acordo com Donaires (2006, p.23) “os sistemas abertos estão sujeitos à influência externa e são vulneráveis a perturbações provenientes do ambiente. Visando à perenidade, os sistemas abertos possuem mecanismos de regulação que lhes permite manter o equilíbrio interno a despeito das turbulências ambientais”. De outro lado, Beer (1979, p.7) já estabelecia que “sistema consiste em um grupo de elementos dinamicamente relacionados no tempo, de acordo com algum padrão coerente” e Cavalcanti e Paula (2006) completaram conceituando sistemas como o conjunto de relações entre objetos e atributos, bem como, a interrelação com cada um deles e com o ambiente, de modo a formar uma visão geral. Os principais elementos que compõe os sistemas estão descritos na Figura 1.

Figura 1– Interações sistêmicas



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Cavalcanti e Paula (2006).

Os objetos são os elementos que entram nos sistemas, representando as funções básicas, ou seja, as entradas (inputs). A seguir, tem-se os processos que transformam a entrada na saída, e, por fim, as saídas (outputs). Os relacionamentos são as fronteiras de ligação entre os objetos, já os atributos podem ser características tanto de objetos quanto de relacionamento. O ambiente é o que está fora do sistema, aspectos externos, variáveis não controláveis, e variáveis que desempenham alguma relação direta ou indireta com a atividade dos sistemas. Considerando o exposto, e a partir disso que o conceito de “todo” difere do conceito de “soma das partes” pois torna-se uma estrutura independente e distinta (MISOCZKY, 2003).

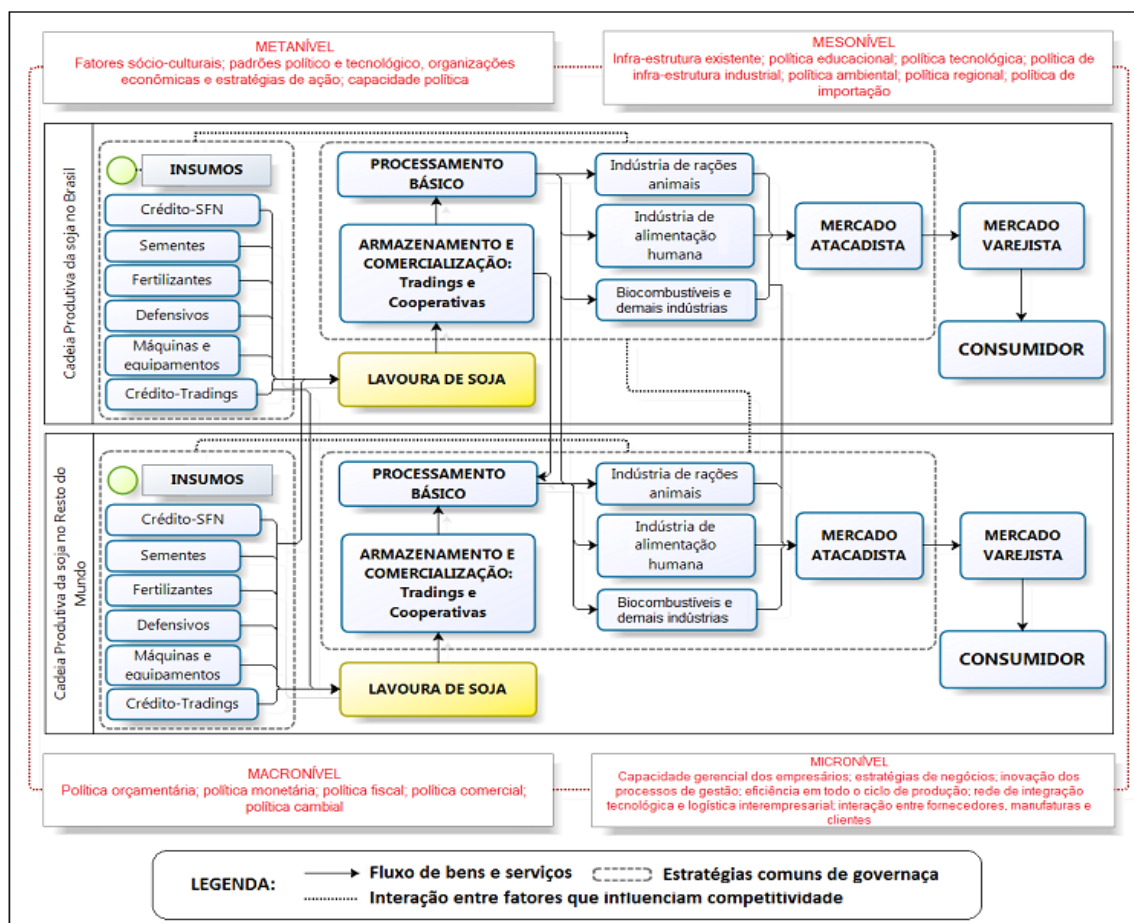
Complementar a isso, este estudo considera a concepção de Cadeia (*Filière*) referindo-se a uma sequência de operações que conduzem à produção de outros bens. A relação entre os agentes da cadeia é de interdependência e em muitos casos complementariedade (MORVAN, 1991). As contribuições do conceito de cadeia produtiva ampliaram o uso do enfoque sistêmico, em diversas

áreas de estudo e projetos de desenvolvimento, corroborando para compreensão e aspectos de gestão, mostrando-se útil na organização, análise e compreensão de processos de produção, auxiliando na avaliação do desempenho desses sistemas, bem como na identificação de gargalos e oportunidades presentes na interrelação de agentes.

A cadeia, de acordo com Batalha (1997) é resumida em três elementos: é formada por sequência de operações que são ligadas ou separadas entre si por fatores técnicos; pode estar relacionada a um conjunto de operações financeiras e comerciais, havendo um fluxo de troca que envolve clientes e fornecedores; pode ser um conjunto de ações econômicas voltadas aos meios de produção, garantindo a articulação de operações. Assim, cadeia produtiva é o conjunto das atividades que envolvem o fornecimento de insumos, a produção, o processamento, a comercialização e a distribuição até o consumidor final.

Neste contexto, contempla, em sua essência, a abordagem sistêmica de um ambiente econômico caracterizado por um complexo número de relações mercadológicas. Analogamente, a cadeia produtiva da soja, que juntamente com as demais cadeias produtivas de alimentos, fibras e bioenergia compõem o agronegócio, é integrada pelas atividades econômicas relacionadas à produção e fornecimento de insumos, pelas atividades que ocorrem no interior dos estabelecimentos rurais que produzem soja, pela agroindústria processadora do grão e demais indústrias que utilizam o farelo e óleo de soja, chegando até o consumidor (FIGURA 2).

Figura 2 - Os Segmentos da Cadeia Produtiva da Soja no Brasil.



Fonte: COSTA (2015).

A concentração produtiva de uma região deteriora-se com o passar dos anos, em virtude das modificações estruturais provocadas pelas alterações tecnológicas e sociais. Assim, a especialização regional da produção, o fenômeno da globalização e da alta tecnologia tem reafirmando a importância social e econômica regional das cadeias apontadas neste estudo, transformando espaços geográficos em virtude do investimento de capitais (COSTA, 2015).

Considera-se que o espaço territorial não é apenas uma variável de localização produtiva, também passa a ter um papel importante na consolidação de fatores de desenvolvimento regional. Então, considera-se que a identificação destes espaços viabiliza a aplicação de capital disponível em atividades produtivas que geram impactos em outros setores (ELIAS, 2006).

Material e métodos

Esta pesquisa descritiva utiliza dados referentes ao PIB, área plantada de soja, arroz e o efetivo de rebanho da pecuária de corte dos municípios do Rio Grande do Sul coletados do Portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Para identificar a concentração da área plantada e produção pecuária foi realizado o mapeamento de cada município em relação a quantidade de área dedicada a produção de soja e arroz, além do efetivo de bovinos de corte de cada município. Todos os dados foram submetidos à proporção da área territorial municipal, eliminando as diferenças de tamanho de área.

A abordagem utilizada para o tratamento dos dados foi a quantitativa, com utilização de técnicas de estatística descritiva e de estatística multivariada. Após sistematizados, os dados foram organizados em forma de imagens com base nos sistemas de informações geográficas.

Quanto aos indicadores, a utilização do Índice de concentração do ICMS em relação ao PIB baseou-se em dados do ano de 2005, 2010, 2015 e 2019, com o objetivo de identificar a dependência ou concentração da agropecuária, calculada por meio do Índice de Concentração Normalizado (ICN) do Valor Adicionado Bruto (VAB) em relação a geração de PIB.

Para tanto, utilizou-se o ICN de cada município do Rio Grande do Sul, que foi efetuado a partir de três elementos: o Quociente Locacional (QL); o Índice de Hirschman e Herfindahl (IHH) e o Índice de Participação Relativa (PR). Levando em consideração o repasse de ICMS aos municípios em relação a geração do Produto Interno Bruto. O ICN identifica três características (i) a especificidade de uma atividade, ou valor econômico de uma atividade dentro de uma região; (ii) o peso da atividade ou valor econômico em relação a uma determinada região; (iii) a importância da atividade ou valor econômico no estado como um todo (GUJARATI, 2011).

No QL o E_{ij} é o efetivo do ICMS e do VAB Agropecuário i na geração de PIB no município j . E_j é o total do ICMS e do VAB Agropecuário no município. A variável E_e representa o total do ICMS e do VAB Agropecuário no estado, E_{ie} representa o total do ICMS e do VAB Agropecuário na geração e PIB no estado do RS, conforme fórmulas a seguir.

$$QL = \frac{(E_{ij}/E_j)}{(E_{ie}/E_e)}$$

$$IHH = \frac{(E_{ij})}{(E_{ie})} - \frac{(E_j)}{(E_e)}$$

$$PR = \frac{(E_{ij})}{(E_{ie})}$$

Variáveis adaptadas ao tema em estudo:

$$PR = \frac{ICMS_m}{ICMS_e}$$

$$IHH = \left(\frac{ICMS_m}{ICMS_e} \right) - \left(\frac{PIB_m}{PIB_e} \right)$$

$$QL = \frac{ICMS_m / PIB_m}{ICMS_m / PIB_e}$$

$$PR = \frac{VAB_{agro\ m}}{VAB_{agro\ e}}$$

$$IHH = \left(\frac{VAB_{agro\ m}}{VAB_{agro\ e}} \right) - \left(\frac{PIB_m}{PIB_e} \right)$$

$$QL = \frac{VAB_{agro\ m} / PIB_m}{VAB_{agro\ m} / PIB_e}$$

Os três índices calculados e seus valores correspondentes formam o ICN do espaço em análise. Após a determinação dos três índices decorreu-se com a normalização e combinação linear para padronização. Para tanto utilizou-se seguinte equação pelo método de combinação linear na definição do ICN.

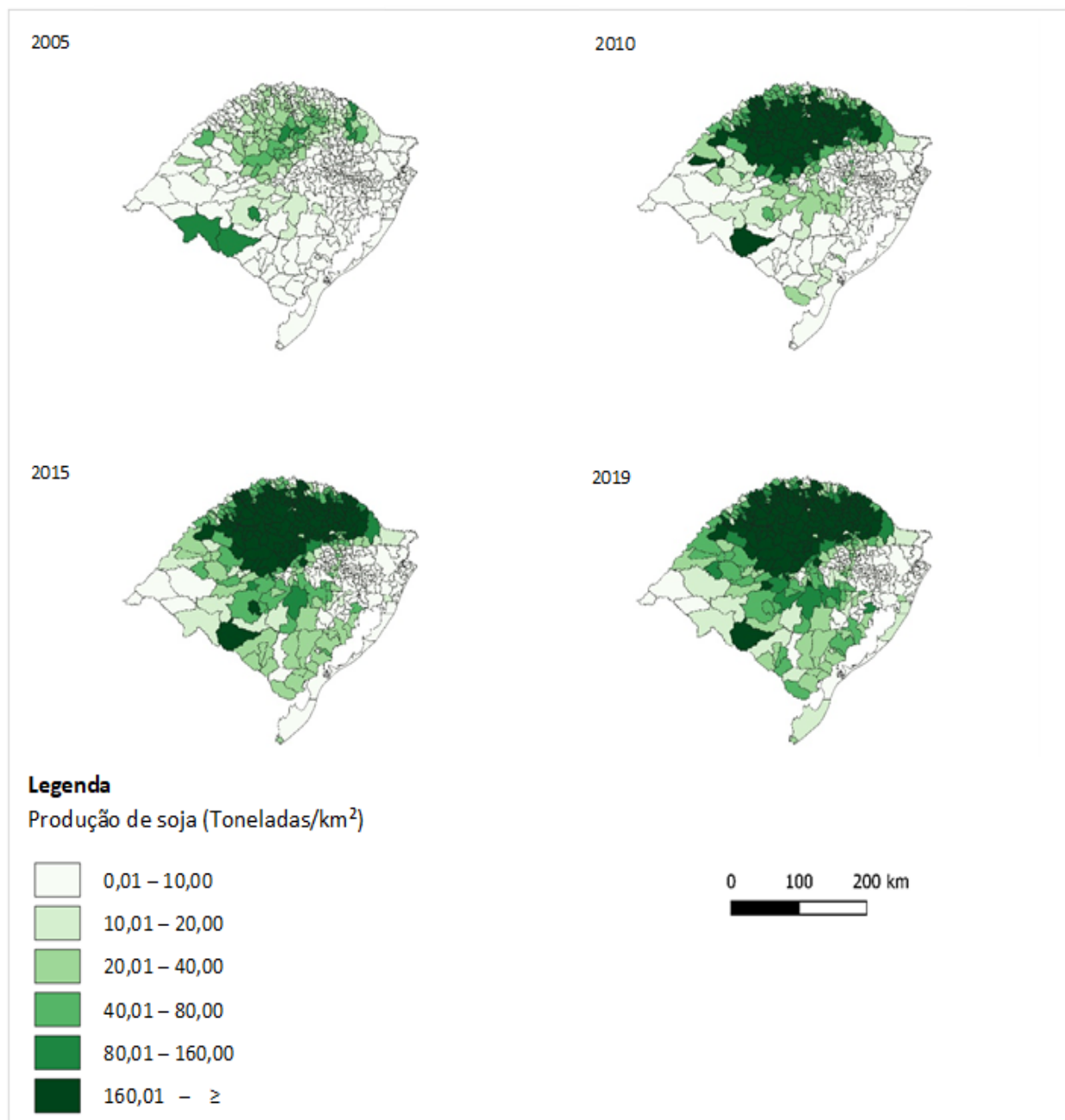
$$ICN_{ij} = \theta_1 QL_{nij} + \theta_2 PR_{nij} + \theta_3 HH_{nij} \quad (1)$$

Os municípios que apresentarem ICN maior que 1 conforme os mapas serão considerados concentrados em uma atividade ou muito dependente de uma atividade econômica. O indicador PIB foi escolhido por ser uma variável macroeconômica importante para medir o desempenho de uma economia e pela possibilidade de ser analisado tanto em âmbito nacional como municipal. Nesse contexto, foi utilizado o valor do PIB real com ano base de 2005, deflacionado pelo deflator implícito do PIB, que é disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e analisado sob a ótica da oferta durante a série histórica de 2005 a 2018 (BRASIL, 2021). Já variável repasse de ICMS líquido foi usada com o objetivo de identificar a concentração do ICMS municipal em relação a geração de PIB, os dados foram coletados Portal da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul e deflacionados de acordo com o INPC.

Resultados e discussão

Em relação a participação da produção de soja, observa-se que a maior concentração de produção está localizada na região norte e noroeste do Estado, expandindo-se entre 2010 e 2018 para região central e metade sul (FIGURA 3). O aumento da produção de grãos é incentivado pelo desenvolvimento tecnológico, especialmente adaptação de cultivares e sistemas de irrigação.

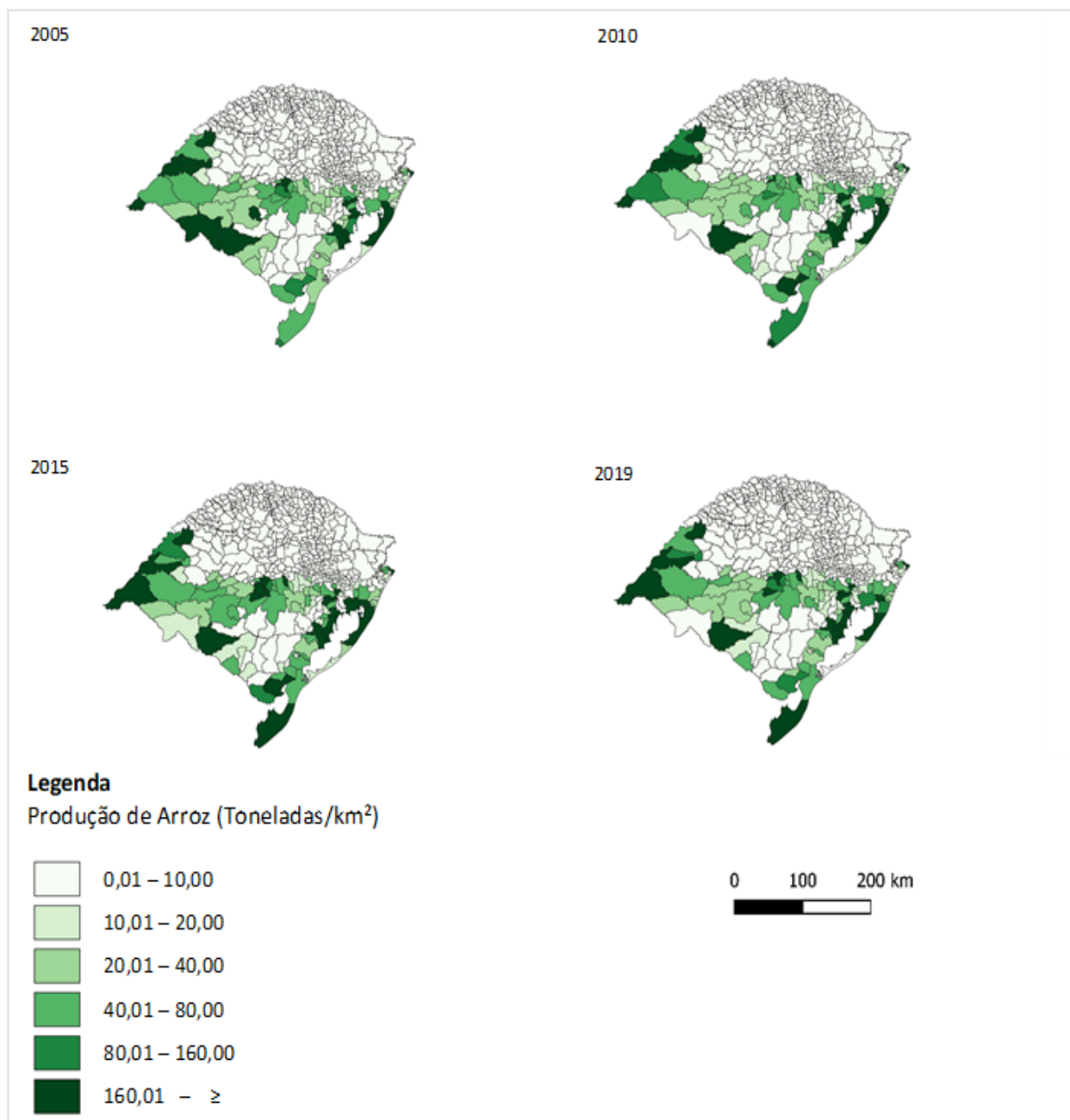
Figura 3 –Evolução da produção soja (toneladas/km²) nos municípios do Rio Grande do Sul: 2005 a 2019



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em BRASIL, 2021.

Com relação à área plantada de arroz pode-se observar um decréscimo em alguns municípios do Rio Grande do Sul (FIGURA 4).

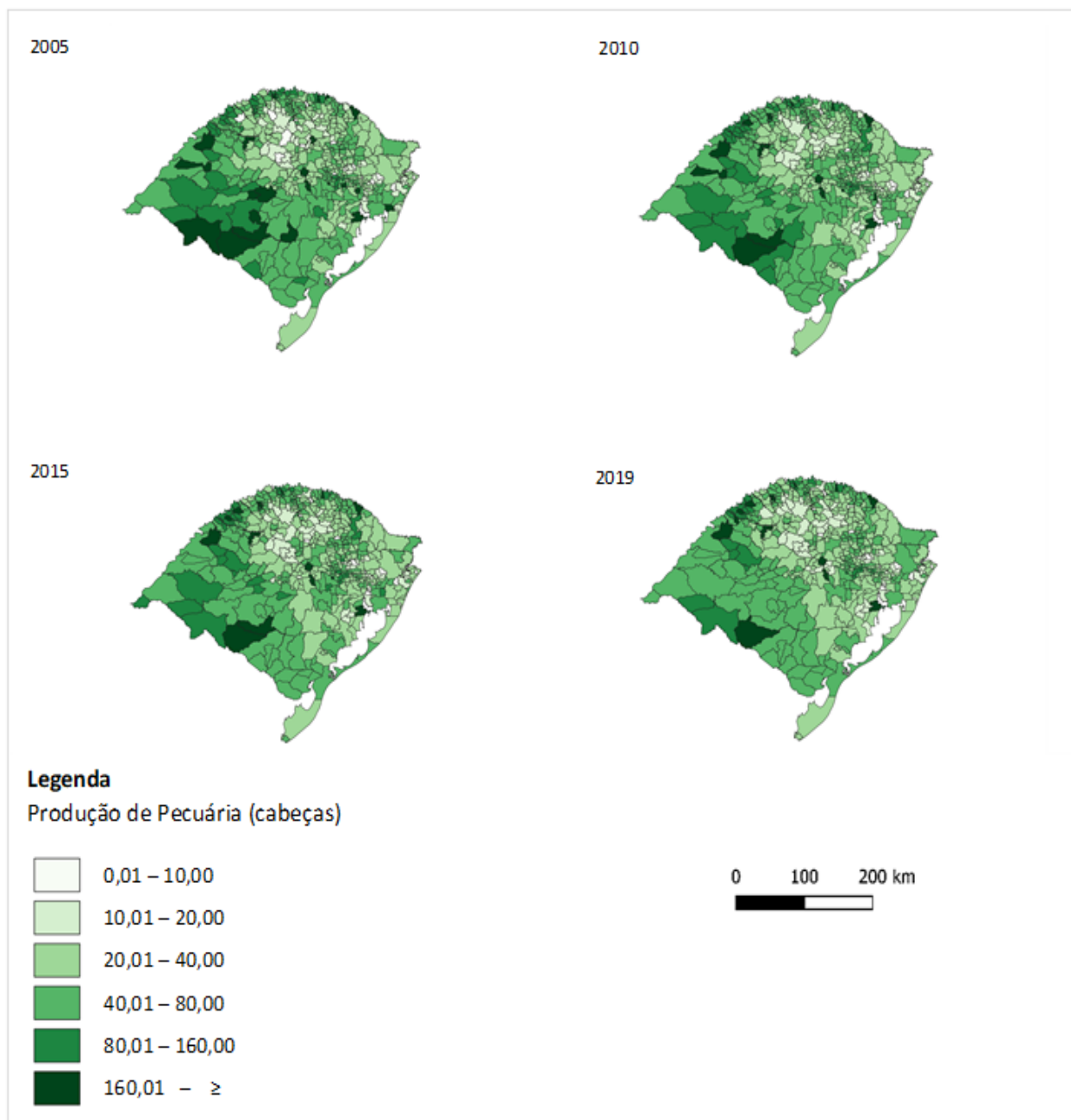
Figura 4 –Evolução da produção de arroz (toneladas/km²) nos municípios do Rio Grande do Sul: 2005 a 2019.



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em BRASIL, 2021.

Observa-se uma redução no que concerne à ocupação municipal com a pecuária de corte, mais evidentemente a partir de 2015 (FIGURA 5).

Figura 5 – Evolução da pecuária de corte nos municípios do Rio Grande do Sul: 2005 a 2019.



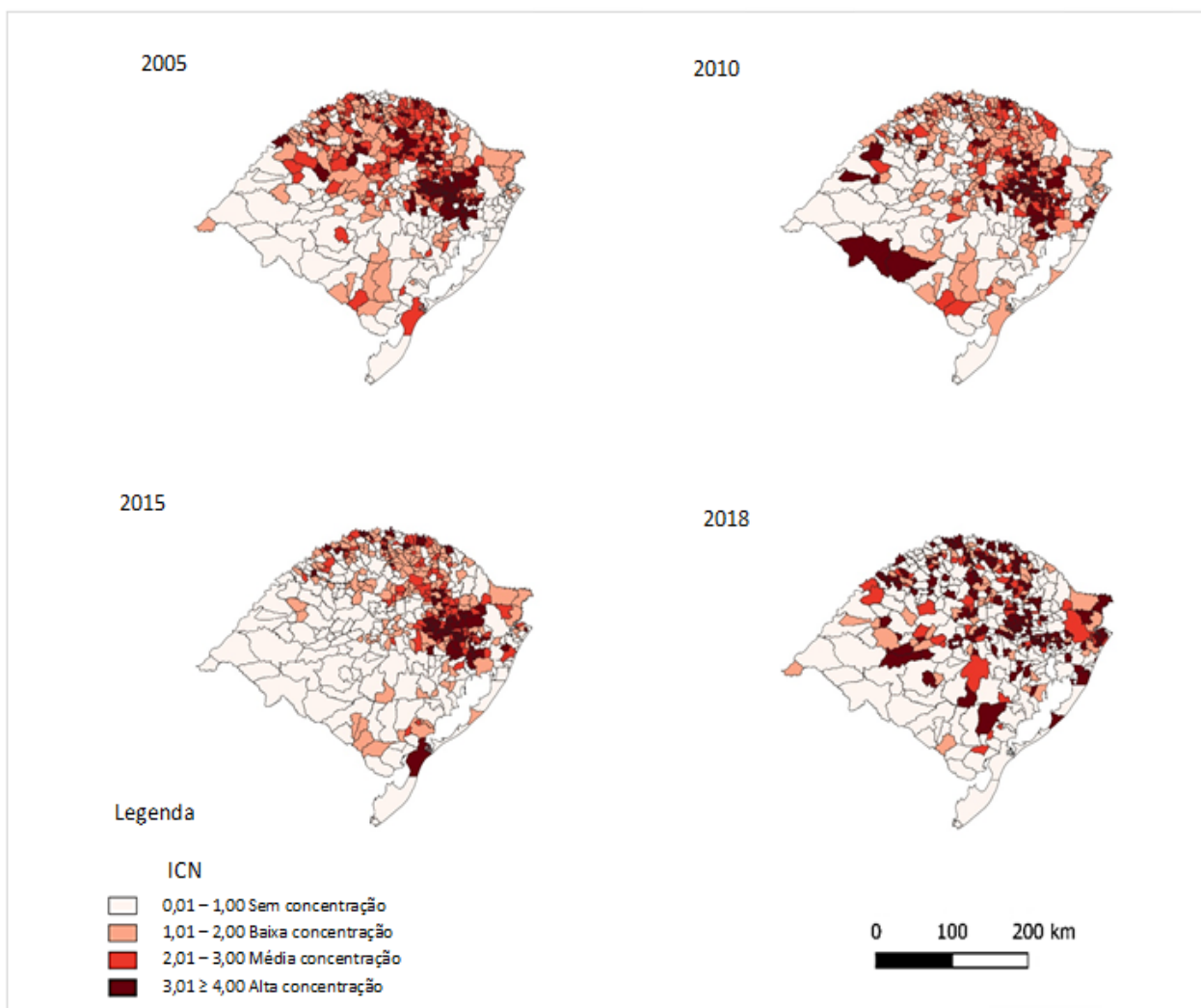
Fonte: Elaborado pelos autores, com base em BRASIL, 2021.

A produção pecuária, especificamente o rebanho bovino, apresentou mais estabilidade durante o período analisado em função da constante intensificação dos sistemas de produção, pois, mesmo com o avanço da produção de grãos, a metade sul concentra a maior parte do efetivo de rebanho do estado.

Ao analisar a concentração de ICMS e PIB no estado do Rio Grande do

Sul, observou-se uma distinção entre a metade norte e sul. Na Figura 6 fica evidente que os municípios que apresentam um forte apelo produtivo ligado as cadeias do agronegócio estudadas (metade sul) e regiões vinculadas as cadeias produtivas industriais (metade norte).

Figura 6 – Índice de Concentração do ICMS em relação ao PIB dos municípios do Rio Grande do Sul



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em SEFAZ/RS, 2021.

No entanto, ao se analisar o desempenho econômico de cada município, observou-se um crescimento do PIB em que o VAB representou 79%, impulsionado pelo avanço da agropecuária e dos serviços, e 21% de participação de impostos líquidos de subsídios sobre produtos a preços correntes (BRASIL, 2021). Todavia, a região da metade sul apresentou uma aparente diminuição

dos seus índices (FIGURA 7). A diminuição da população e a perda de sedes industriais contribuíram para a diminuição da participação no PIB estadual, visto que, mesmo com o avanço da agropecuária, o setor de serviços e indústria é o que mais gerou PIB.

Figura 7– Índice de Concentração do VAB Agropecuário em relação ao PIB dos municípios do Rio Grande do Sul



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em BRASIL, 2021.

Observou-se que modificações estruturais da renda e da produção, juntamente ao aumento da participação do setor de serviços e, conseqüentemente, à diminuição do setor agropecuário na formação de renda, são características do processo de desenvolvimento econômico e sofrem estímulo da urbanização, da modificação dos sistemas de produção, entre outros fatores.

Neste contexto, os resultados corroboram com os estudos já realizados em outras regiões, como a análise regional dos dados de Produto Interno Bruto

dos municípios brasileiros, em que Macedo e Porto (2018) destacaram como principais resultados: a histórica e persistente concentração espacial da riqueza; a continuidade do processo de desindustrialização, com perdas de participação da indústria de transformação nos municípios brasileiros; a dependência dos municípios com gastos do setor público; o lento processo de desconcentração econômica; e a falta de correlação entre elevados PIBs per capita municipais e o bem-estar-social.

Por outro lado, a pesquisa de Dassow et al. (2011) analisou os efeitos setoriais do Valor Adicionado Bruto sobre o crescimento econômico e a convergência de renda nos municípios de Mato Grosso entre os anos de 2001 a 2007, com a utilização de técnicas econométricas espaciais. Os resultados mostraram a dependência espacial nas taxas de crescimento e o setor agropecuário foi o principal responsável pelas oscilações econômicas, tanto para formação do valor adicionado como para a geração de renda.

Sob a mesma perspectiva, Constantino et al. (2019) caracterizaram economicamente os municípios sul-mato-grossenses do Corredor Bioceânico, e os resultados trazem evidências não só de desenvolvimento econômico entre 2010 e 2015, mas também as diferenças na variação do crescimento de acordo com a atividade produtiva de cada município avaliado. Observou-se, sob a ótica econômica, que alguns municípios, apesar do crescimento do setor turístico, apresentaram baixa dinâmica produtiva, com a economia baseada na pecuária e fortemente dependente de recursos da administração pública.

Então o incentivo ao desenvolvimento de sistemas agroalimentares localizados pode ser a chave para aproximar a produção do consumo. É necessário que ocorra a “aproximação” da produção com os principais mercados, locais, institucionais e externos de produtos agroalimentares, ambientais e turísticos, potenciais geradores de mais renda e postos de trabalho (DE MORAES, 2016).

Considerações Finais

Verificou-se que muitos municípios do estado têm sua economia baseada nas atividades pesquisadas, o qual ainda tem baixa participação no PIB municipal, mas que apresenta tendência positiva de crescimento dentro do período estudado (2005-2019). Sendo assim, é importante destacar o papel da diversificação da produção agrícola, em que as atividades que possuem relevância regional devem ser incentivadas, como por exemplo, a produção de cítricos, a vitivinicultura, a pecuária, a produção de grãos, entre outras, para as quais as condições climáticas são favoráveis em determinadas regiões.

Quanto ao índice de concentração do VAB agropecuário em relação ao PIB dos municípios do Rio Grande do Sul, obteve-se um aumento. Todavia, na região da metade sul esse aumento foi em menor proporção quando comparado com as outras regiões. Ou seja, mesmo com o aumento da produção agrícola na metade sul o VAB não acompanhou na mesma magnitude.

Sobre a evolução das áreas percentuais destinada as atividades agropecuárias pesquisadas, obteve-se uma visível expansão da área de soja, especialmente na metade sul do estado do Rio Grande do Sul a partir de 2010. Por outro lado, as áreas destinadas ao plantio de arroz vêm sofrendo redução contínua, com destaque para a metade norte do estado. No que concerne à área ocupada pela pecuária, pode-se dizer que, no período estudado, se manteve mais estável em comparação a soja e arroz, devido a intensificação do sistema de produção pecuário. Mesmo que ganhos em produtividade na pecuária tenham garantido a produção relativamente estável, a produção de soja aumentou na região sul ocupando muitas áreas que eram apenas destinadas a pecuária.

Referências

BEER, S. **The Heart of Enterprise**. Chichester: Wiley, 1979.

BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 1997.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados agregados SIDRA**. Brasília. 2021. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: abril. 2021.

COSTA, Nilson Luiz; SANTANA, Antônio Cordeiro; MATTOS, Carlos André Correa. Análise dos determinantes da produção agropecuária do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE (Impresso)**, v. 36, p. 159-178, 2015.

CONSTANTINO, M. et al. Caracterização econômica dos municípios sul-mato-grossenses do Corredor Bioceânico. **Interações**, Campo Grande, v. 20, p. 179-192. 2019. Disponível em: :<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122019000500179&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: dez. 2020. DOI:10.20435/inter.v20iespecial.2119.

CAVALCANTI, M. F.; PAULA, Verônica A. **Teoria Geral de Sistemas I**. In: MARTINELLI, D. P.; VENTURA, C. A. A. (Orgs). **Visão Sistêmica e Administração**. São Paulo: Saraiva, 2006.

DASSOW, C.; COSTA, R. M. G. S. da; FIGUEIREDO, A. M. R. Crescimento econômico municipal em Mato Grosso: uma análise de convergência de renda. **Rev. Bras. Econ.**, Rio de Janeiro, v. 65, p. 359-372, 2011. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402011000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em. Abril. 2021. DOI: 10.1590/S0034-71402011000400003.

DE MORAES, J. L. Al. Agricultura Familiar, Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs) e as Dinâmicas de Desenvolvimento dos Territórios Rurais. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 238-256, 2016.

DONAIRES, O. S. **Teoria Geral de Sistemas II**. In: MARTINELLI, D.; VENTURA, C. A. A. (Orgs). **Visão Sistêmica e Administração**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ELIAS, D. **Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil.** *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales.* Barcelona: Universidad de Barcelona. vol. X, núm. 2006. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-03.htm>. Acesso em: Abril. 2021.

EMBRAPA. Pecuária Sul. **Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 2018. p. 52. (Informativo NESPro, 1).

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**, Porto Alegre: Amgh Editora, 2011. 5v.

DE MACEDO, F. C.; PORTO, L. R. Dinâmica regional brasileira: Uma análise com base nos dados do PIB municipal (2002-2015). **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, v. 6, p. 52-69, 2018. Available from: <https://periodicos.ufrn.br/rerut/article/view/16703>. Accessed: Abril, 2021.

MISOCZKY, Maria Ceci A. **Da abordagem de sistemas abertos à complexidade: algumas reflexões sobre seus limites para compreender processos de interação social.** Cad. EBAPE. Rio de Janeiro. v. 1, n. 1, p. 01-17. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512003000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: Abril, 2021.

MORVAN, Y. **Filière de Production : Fondements d'Economie Industrielle.** 2. ed. Paris : Economica, 1991.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. **Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?.** Novos estudos. CEBRAP. São Paulo, n. 89, p. 89-109. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: Abril. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002011000100006>.

SEFAZ, Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. **Arrecadação para recolhimento do ICMS.** 2021. Disponível em: <https://receita.fazenda.rs.gov.br/conteudo/8974/emissao-de-guia-de-arrecadacao-icms>. Acesso em: Abril. 2021.

CAPÍTULO 10

UMA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-FILOSÓFICA DA CONSTITUCIONALIDADE DO USO RECREATIVO DA MACONHA – ANÁLISE DA INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 28 DA LEI ANTI DROGAS

Alberto de Moraes Papaléo Paes

Jailton Barreiro da Costa

Doi: 10.48209/978-65-5417-220-A

Introdução

Publicada em 23 de agosto de 2006, a Lei n. 11.343 instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) além de prescrever medidas de prevenção contra o uso indevido de entorpecentes, promover uma atenção e reinserção social dos usuários e dependentes de drogas, e de criar normas de repressão ao tráfico e a tipificação legal de crimes afetos à matéria. Consideram-se como drogas e substâncias afins, para esta lei, as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência¹, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da

¹ Conforme Médici (1977, p. 36) dependente pode ser considerado como “aquele que está subordinado às substâncias entorpecentes, sujeito às drogas, sob poder dos tóxicos” tendo-se em vista que o dependente apresenta uma subordinação continuada ao uso da substância entorpecente. Diferente-se, portanto, do usuário que é aquele faz uso de substâncias entorpecentes de modo continuado ou esporádico sem, contudo, se subordinar a elas, ou seja, são aqueles que não apresentam estado de uso necessário, cotidiano e continuado.

União (conforme o parágrafo único do Artigo 1º).

É inegável que a utilização desenfreada de qualquer substância em excesso por qualquer ser humano acaba sendo-lhe prejudicial, porém, as circunstâncias sociais, políticas e ideológicas por trás da produção e comercialização do entorpecente quase nunca são discutidas por trabalhos acadêmicos que refletem acerca da legalidade ou validade do instituto legal em apreço (no caso a lei 11.343/2006). Desse modo, a presente pesquisa considera que esse contexto deve ser levado em conta a fim de compreender a extensão real em que este debate deve ser travado.

O Supremo Tribunal Federal encontra-se em discussão acerca da constitucionalidade do art. 28 da referida lei, porém, nesta pesquisa não pretendemos defender argumentos a favor ou contra que foram, ou, serão utilizados em qualquer momento pelos julgados. Na verdade, a força motriz que nos impulsiona é a tentativa de fornecer uma justificação teórico-filosófica atemporal acerca do uso recreativo de maconha como forma de garantia da autonomia da vontade e da dignidade humana, bem como, na tutela de questões de embasamento socioeconômicos tangenciados pela adoção de um sistema-mundo de capital.

Assim, nosso problema de pesquisa pode ser apresentado a partir do seguinte questionamento: a) de que modo a autonomia da vontade e a dignidade humana, numa leitura socioeconômica, podem justificar a constitucionalidade do uso recreativo da maconha e a consequente inconstitucionalidade do art. 28 da Lei de Drogas? Como hipótese central da pesquisa adotamos relação condição apresentada na formulação que segue: “Se a autonomia da vontade permite que determinadas substâncias possam ser usadas pelo homem a fim de garantir sua dignidade sem prejuízo integral e continuado a sua saúde, então, a represão ao uso recreativo de maconha é inconstitucional”.

Como objetivos específicos pretendemos: a) descrever de que modo a política antidrogas se desenvolveu ao longo da história recente do direito brasileiro; b) analisar o limite da autonomia da vontade a fim de garantir dignidade

da pessoa humana; c) analisar o contexto socioeconômico de uma sociedade de capital fundamentada no liberalismo econômico. Com estes objetivos nossa pesquisa terá como objetivo precípuo a construção de uma tese filosófico-socioeconômica atemporal e generalista acerca da constitucionalidade do uso recreativo de maconha no Brasil.

A Política de Drogas no Brasil e a Lei Antidrogas

Para Pedrinha (2008, p. 5489), em terras brasileiras o primeiro diploma legal que pode dar um indicativo do que viria a ser a Política Nacional de Drogas encontra-se insculpido nas Ordenações Filipinas (1603), no Livro V, título LXXXIX, que fazia a previsão de incriminação decorrente do uso, porte e venda de algumas substâncias tidas como tóxicas (rosalgar, solimão, escamótea e ópio)². É por isso que Nilo Batista (1997, p. 78) afirma que somente a partir de 1830 é possível encontrar legislações esparsas na literatura legal da Câmara Municipal do Rio de Janeiro na forma da proibição de “pito-de-pango”, de toda forma, é o artigo 159 do Código Penal do Império (1890) que institui a proibição expressa e criminalização de substâncias venenosas (as quais seriam estabelecidas por meio de legislação complementar).

Fora do contexto nacional, sem desconsiderar outras iniciativas e histórias locais, Pedrinha (2008, p. 5490) assevera que houve um amplo desenvolvimento de debate por meio da Conferência Internacional do Ópio da qual o Brasil acabou se tornando signatário aderindo por meio dos Decretos 2891/14 e 11481/15. Na medida em que o debate se intensificava a legislação também sofria mudanças com a edição de dispositivos que acabaram por retirar do código a expressão “substâncias venenosas” e que obrigavam o Estado a criar e aparelhar as “Colônias de Interdição” e os “Sanatórios para Toxicônomos” (PEDRINHA, 2008, p. 5490).

2 Note-se que para Paes (2023, p. 34) as Ordenações Filipinas foram as ordenações que vigoraram por mais tempo e, após a chegada dos portugueses em terras brasileiras, foram amplamente aplicadas na nova colônia até por volta de 1824, quando houve a outorga da Carta Império.

Desse modo, na evolução do Direito Penal Positivo no Brasil, as alterações culminaram com a edição do Decreto-Lei de 1940 na forma do Código Penal Brasileiro, que, em seu artigo 281³ (PEDRINHA, 2008, p. 5491). Em que pese existir uma tendência sanitarista para o controle de drogas no mundo a partir da discussão de tratados e decretos internacionais, o Brasil adota a postura de criminalizar a conduta atribuindo uma pena dúplice para o acusado: prisão e pagamento de multa. Inicialmente, os usuários, dependentes e experimentadores não eram criminalizados, porém, acabavam sendo submetidos ao rigoroso tratamento através de uma intervenção ativa das Polícias Militares dos Estados (PEDRINHA, 2008, p. 5491).

De toda sorte, a partir da década de 60, em especial por conta das políticas de vida e bem-estar instituídas dentro da indústria de capital, as drogas passaram a possuir um caráter libertário especialmente as chamadas drogas psicotélicas como maconha e LSD, que foram comumente usadas nos movimentos hippies e noutros movimentos culturais da época (PEDRINHA 2008, p. 5491). Em decorrência do avanço deste estilo de vida maximizado pelas celebridades e artistas da época, Pedrinha (2008, p. 5491) assevera que se inicia no Brasil uma espécie de Guerra fria contra o tráfico e a comercialização clandestina de entorpecentes e psicotrópicos. Para Vera Magaluti (1996, p. 238) a própria polícia enxergava as drogas como elemento de subversão e tida como uma arma usada dentro de uma estratégia comunista para destruir o ocidente.

É em decorrência destes fatores que o Congresso Nacional aprova, em 1971, a Lei 5726 que dispôs sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinam dependência física ou psíquica além de determinar outras providências. Esta lei, porém, vigeu por pouco tempo, vindo a ser revogado quatro anos depois pela Lei 6368/76 e esta última tendo sido revogada pela atual Lei de Drogas a 11343/06 que institui o

3 A Redação Original do Artigo preceituava que: Art. 281. Importar ou exportar, vender ou expor à venda, fornecer, ainda que a título gratuito, transportar, trazer consigo, ter em depósito, guardar, ministrar ou, de qualquer maneira, entregar a consumo substância entorpecente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

SISNAD, prescreve medidas preventivas e estabelece normas para repressão do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas a fins⁴.

O caráter punitivo do direito penal foi intensificado a partir de 1991 com a recepção da Convenção de Viena, fazendo com que o Governo criasse o PANAD (Programa de Ação Nacional Antidrogas) e a SENAD (Secretaria Nacional Antidrogas), tudo isto foi ampliado pela aprovação da Lei de Crimes Hediondos (8072/90) com a adesão do Brasil a uma política punitiva mais severa (PEDRINHA, 2008, p. 5494). Consequentemente, some-se a isto o fato de que a militarização ideológica da segurança pública, por si só, anda lado a lado com a militarização do controle das drogas, o inimigo do Estado (traficante) deve ser combatido com todo o vigor e rigor (PEDRINHA, 2008, p. 5495). Para Nilo Batista (2003, p. 28), sobre os traficantes não incidem os direitos dos cidadãos caracterizando uma interseccionalidade (a parte) no rol de pessoas que pertencem ao conceito de inimigo. Nesta mesma direção, Maria Lúcia Karam (2004, p. 77), assevera que esta posição das instituições os torna pessoas sem rosto, sem identidade, verdadeiros bodes expiatórios das mazelas da sociedade.

Para Rosa del Olmo (1990, p. 35) o que se vive nos dias de hoje é um espelhamento do domínio norte-sul no sistema mundo a partir do liberalismo econômico e do mercado de capital que tem como objeto as drogas, para ela os países periféricos são identificados como os traficantes que produzem e comercializam as drogas que serão vendidas nos países desenvolvidos, doravante, os consumidores das drogas. Assim sendo, a política de repressão deve agir de modo mais severo em face do traficante e relevar determinados comportamentos do usuário, como o fato de que os incentivos econômicos e permissividades

4 A nova Lei 6.368 de 1976 possibilitou um elevado aumento nas tipificações de tráfico de drogas. Este diploma retirou o termo combate do primeiro dispositivo legal e o substituiu por prevenção e repressão. Distinguiu as figuras penais do tráfico e do usuário, especialmente no tocante à duração das penas. Nesse sentido, as penas podiam variar de 3 a 15 anos de reclusão e multa para o tráfico e de detenção de 6 meses a 2 anos e multa para o uso. Nesta última espécie cabia a substituição por pena alternativa e sursis. Além disso, esta lei fixou a necessidade do laudo toxicológico, retirou o trancamento da matrícula dos usuários e a delação no que tange aos agentes da área da educação. (PEDRINHA, 2008, p. 5494).

dos próprios países do centro fomentam a comercialização ilícita de entorpecentes e drogas afins (OLMO, 1990, p. 36).

A partir do ano de 2006 entrou em vigor a denominada nova lei de drogas, a Lei 11343/2006 que criou o SISNAD (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas) adotando um pertencimento a dois modelos diferentes: a) numa vertente procura fomentar a prevenção do uso de drogas e a reinserção social de usuários e dependentes; b) por outra mantém uma postura repressiva no que tange à reprimenda da produção e tráfico de drogas (PEDRINHA, 2008, p. 5496). Para Roberta Duboc Pedrinha (2008, p. 5497) a legislação ainda se socorre do artifício legal de se constituir como uma norma penal em branco, ou seja, deixa aberto o rol de substâncias que se enquadram como entorpecentes para que outras leis delimitem seu pertencimento.

A Lei, do modo como foi elaborada, indica de modo bastante explícito que o modelo repressivo deve ser destinado, diretamente, à produção e à venda de drogas com a finalidade de assegurar o bem-estar social vinculando, necessariamente, o sucesso da política criminal ao embate (PEDRINHA, 2008, p. 5497). Guardadas as devidas proporções, os números indicam que morrem cerca de mil pessoas por ano em decorrência da política criminal de enfrentamento às drogas totalizando um montante de mais de trinta mil mortos desde 1988 (redemocratização pela nova Constituição) com especial atenção para os números de 2007, no qual foram mortos mais de mil duzentos e sessenta pessoas só no Estado do Rio de Janeiro, em comparação com a ínfima quantidade de mortos por overdose de alguma das drogas combatidas (PEDRINHA, 2008, p. 5497).

De acordo com Orlando Zaccone (2006, p. 181) não é esta a mesma realidade enfrentada quando a questão é o usuário pois a lei preceitua medidas de tratamento e reinserção social com plena participação da família fornecendo um planejamento terapêutico de modo individual e multidisciplinar voltado para interagir de modo objetivo com o Sistema Único de Saúde. A lei também retira a punição de privação de liberdade e substitui por uma de prestação de serviços à comunidade por um prazo máximo de cinco meses inclusas advertências e

eventuais multas de cunho pedagógico. Ainda neste diapasão, Pedrinha (2008, p. 5498) entende que a regulamentação legal deixa à margem discricionária do Juiz e das instituições a determinação do dolo, o que, eventualmente, acaba gerando uma enorme arbitrariedade, em conclusão, determinados sujeitos estariam mais propensos a serem identificados como traficante em comparação com outros.

A lei estabelece uma punição genérica para o tráfico com pena privativa de liberdade de 5 à 15 anos, mais, pagamento de multa de 500 à 1.500 salários-mínimos, de toda sorte, para o traficante a pena atinge 20 anos de prisão e pagamento de multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) à R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por dia podendo ser acrescida de 1/6 à 2/3 caso o crime seja transnacional, dentre outras situações legalmente previstas (PEDRINHA, 2008, p. 5498). No caso de associação ilícita para tráfico de drogas o dispositivo legal contradiz o preceituado no art. 288 do Código Penal e do artigo 8 da lei de crimes hediondos, estabelecendo uma pena máxima de 10 anos (além de divergir de entendimento pacificado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal) (PEDRINHA, 2008, p. 5498).

Ressalte-se, todavia, que a legislação brasileira atual avança no sentido de se colocar numa perspectiva moderada ao despenalizar o uso de drogas. Porém, a simples despenalização não encontra uma ampla fundamentação teórico-filosófica que habilite a defesa de que há uma intervenção de grau leve ou moderado na autonomia do indivíduo e, conseqüentemente, em sua dignidade humana. Insta dizer que, ainda que não seja atribuída uma pena ao usuário, o manejo das políticas criminais no combate às drogas pelas autoridades públicas demonstra um excesso na aplicação, o que habilita uma intervenção austera na dignidade para que o procedimento de investigação (e o próprio processo) possa ser instaurado. Assim, ainda que haja uma despenalização a austeridade do modelo ainda impera na prática.

Ainda neste sentido é importante salientar que a “*cannabis sativa*” está inclusa no rol de substâncias entorpecentes proibidas pela legislação brasileira,

muito embora, ela fosse amplamente cultivada na Europa (para outras finalidades) no Brasil, em decorrência da influência do psiquiatriismo lombrosiano, a legislação penal tratou de proibir o uso da substância nos rituais de candomblé (denominados à época de baixo-espírito) e o “fumo da Angola” (BARROS et al, 2011). De toda sorte, a adesão do Brasil às Convenções Internacionais sobre o Ópio (Haia 1912 e Genebra 1925) o fez incluir a maconha como substância proibida e criminalizou a conduta através da legislação e nas políticas de combate às drogas, ainda que as declarações não se utilizem expressamente da substância da maconha (BARROS, et al, 2011). Em conclusão, o tratamento conferido à maconha pela política de drogas no Brasil é desproporcional e, muitas das vezes, injustificado.

Fundamentação Filosófica: A Convenção de Viena de 1971 e a Autonomia

A Convenção de Viena de 1971, além de ser um dos documentos internacionais adotados para estabelecer os parâmetros de interpretação dos limites da autonomia, estabelece que constitui responsabilidade dos Governos a proteção e promoção dos direitos do homem e as liberdades fundamentais da pessoa humana (GIARDULLI et al; 2010, p. 4760). Neste diapasão a compreensão do cenário internacional de cooperação entre as soberanias aponta para a necessidade de compromisso estatal com o desenvolvimento, porém, a leitura deste desenvolvimento deve ser desatrelada da ideia de desenvolvimento econômico como sinônimo de bem-estar e realocada na leitura de que a garantia das liberdades seja sinônimo de desenvolvimento (SEN, 2009, p. 22).

De todo modo, a questão da garantia das liberdades está diretamente ligada à preservação da autonomia da pessoa humana enquanto elemento central do debate acerca da dignidade da pessoa humana. Como forma de ilustrar este ponto é salutar a explicação de Amartya Sen (2009, p. 25), para quem, a partir de dados estatísticos, um homem chinês, que reside na China, vive em média

75 anos de idade enquanto um homem preto que mora no gueto dos Estados Unidos vive em média 65 anos de idade. Há de se perceber que existem questões sociais e políticas que envolvem, racismo estrutural e institucional, políticas sociais e criminais de repressão, contexto socioeconômico, vários fatores que influenciam diretamente no decréscimo de 10 anos de vida em média no confronto das realidades entre os sujeitos. Porém, para Amartya Sen (2009, p. 25), um homem preto que mora no gueto dos Estados Unidos não trocaria mais 10 anos de vida por uma redução no exercício de seus direitos e suas liberdades constitucionais garantidas pela Constituição Americana. Em conclusão, liberdade e aumento da possibilidade de exercício de direitos é sinônimo de desenvolvimento. Quanto maior for a quantidade de direitos e liberdades fundamentais que um cidadão pode gozar no seio da sociedade, mais desenvolvida ela será.

De todo modo, a defesa sobre a vinculação entre liberdades e desenvolvimento passa, necessariamente pela leitura moral dos direitos humanos. Se é verdade que os Direitos Humanos, num sentido metodológico ou semântico, se dirigem à seres humanos o epicentro do debate é saber o que caracteriza um indivíduo enquanto ser humano. Para muitos autores esta é uma questão de delimitação conceitual do que significa “dignidade da pessoa humana”, o que, para nossa Constituição Federal de 1988, constitui um Princípio Fundamental insculpido no art. 1º, inciso III. Assim, muitas justificativas são fornecidas para estabelecer; com clareza; quais contornos metodológicos devem ser atribuídos à dignidade da pessoa humana, porém, o mais utilizado é aquele que defende uma leitura moral de direitos humanos pautada na filosofia moral kantiana.

Para que a defesa da concepção moral de direitos humanos possa ser realizada, autores como Habermas (1997, p. 140-141), Alexy (1999, p. 60) e Niño (1989, p. 232), sugerem que os direitos humanos são direitos de natureza moral. Para Habermas (1997, p. 142), por exemplo, uma ordem jurídica não deve ser contrária a princípios morais e justamente é este o dever dos direitos humanos. Ainda neste sentido, ao analisar a relação de justificação e validade

dos direitos fundamentais, um dos critérios elegidos pela concepção moderna de Estado de Direito é a do crivo moral dos direitos humanos. Dessa forma, eles atuariam como o limite de intervenção estatal ou o limite da concepção de humanidade moderna (tudo aquilo que violar um direito humano não é uma conduta permitida pela sociedade). Alexy (1999, p. 62) e Niño (1989, p. 232) por sua vez destacam que essa vinculação com a moral independeria, inclusive, de qualquer tipo de ordem jurídica nacional ou tratado internacional.

Estabelecido este argumento como um fato para a concepção moral de direitos humanos é bastante dizer que todos estes autores, bem como diversos outros, sustentam a ideia de direitos humanos como direitos morais a partir do paradigma kantiano da razão prática. Na obra a fundamentação da metafísica dos costumes, Kant (1980) procura, tal qual a tradição clássica, explicar os motivos, a causa primária de primeiros princípios e últimos, trata-se da tentativa de legitimação ou justificação de normas e regras de condutas vinculadas a princípios morais. A concepção de Kant (1980) está ancorada no conceito de razão prática, este, porém, um conceito que contrasta com o sentido atribuído por Aristóteles⁵.

Assimilando a razão prática como vontade todo o ser humano possui um valor absoluto porque é capaz de boa vontade, ele consegue submeter suas ações ao crivo da razão prática. O conceito de autonomia na filosofia moral kantiana começa a ganhar contornos na medida em que Kant (1980) aduz ser a autonomia substanciada pela razão prática, o ser humano tem um valor absoluto e não relativo porque é um sujeito da razão incondicional. É unicamente a razão que torna o homem auto legislador segundo seus próprios parâmetros e,

⁵A grande crítica que é feita para a tradição de pensamento aristotélica é a de que a visão de uma razão prática pelo filósofo de estagira careceria de uma ação prática, pois, ela operaria no âmbito exclusivamente teórico. Kant (1980), por outro lado, propõe que a razão prática é efetivamente prática e, nesse sentido, poderia se falar de uma “razão pura prática”. Noutras palavras o exercício da razão prática nos habilitaria a passagem entre o reconhecimento do “princípio” e a “ação” a ele conforme a representação da lei Moral. É bastante dizer que a razão foi conferida ao ser humano como faculdade prática por isso deve exercer influência sobre a vontade. Em consequência a vontade como razão prática não é um meio para atingir um bem, mas, constitui um bem em si mesmo.

como consequência, nenhum outro tipo de racionalidade meio/fim poderá tomar o seu lugar no mundo da vida. É isto o que nos distingue de todos os outros seres vivos no mundo. Esta concepção afasta a ideia de um agir impulsivo, emocional ou fundamentado em desejos porque se o fizemos exclusivamente assim agiríamos como animais. Porém, ao exercitarmos o raciocínio da moral por meio da razão prática conseguimos compreender o que significa autonomia para filosofia moral kantiana⁶.

Neste diapasão o direito será o objeto de delimitação da vida política na medida em que ele: a) se refere a ações externas a sua legalidade e; b) exige o cumprimento de leis morais e éticas como princípio da determinação das leis. Desse modo o arbítrio de um pode se unir ao arbítrio de outro segundo uma lei universal da liberdade. Somente pode ser considerado moralmente adequado e justo um direito que a cada cidadão a liberdade de ação que seja compatível com a dos outros concidadãos. Com a finalidade de orientar esta razão prática por meio do socorro a uma fórmula do imperativo categórico que demanda que os seres humanos não podem ser usados como meios para um fim, mas, que são eles próprios fins em si mesmos. A partir desta aceção é possível dizer que a dignidade da pessoa humana se torna um conceito nuclear para a filosofia moral kantiana.

Robert Alexy (2015, p. 46), sobre o tema, ainda explica que se a autonomia é o fundamento da dignidade humana então a tese que admite que os princípios jurídicos de direitos humanos não é absoluta é, portanto, falsa, pois sua inferência racional sempre se dá de modo causal e dirigida a um determinado fato. Por exemplo, o Tribunal Constitucional Alemão se viu obrigado em

⁶ O relevante no paradigma kantiano da razão prática é que conduz o ser humano a um padrão no qual ele não age porque quer agir, mas sim porque deve agir de determinada forma (uma questão puramente racional), o que torna moralidade uma espécie de dedução dos princípios de racionalidade. O princípio que autoriza a passagem do moral para o jurídico é o da vontade livre, ou, simplesmente o da liberdade. Toda a ideia de filosofia prática com Kant (1980) fundamenta-se sobre o conceito de liberdade e a partir disso o homem deve escolher se irá transformar a si próprio e optar pela paz ou se irá abdicar da certeza de seu futuro humano. Esta liberdade, porém, pode ser fracionada numa liberdade individual e, de outro lado, numa de tipo coletivo, o problema da vida política é justamente a administração destas liberdades já que todos os seres humanos são livres.

discernir, num caso concreto, se havia violação a dignidade humana quando Judiciário exigiu que um prisioneiro cortasse o cabelo e fizesse a barba para que fosse identificado noutra investigação criminal. Por ter ficado preso por vários anos e deixado seu cabelo e barba crescerem o suspeito não conseguiria ser identificado caso não externasse a mesma aparência quando da época do cometimento do crime. Nesse sentido, ao recusar-se, o Tribunal Constitucional se viu diante da alegação de violação de sua dignidade.

Para o tribunal, então, a questão deveria ser pautada sobre a resposta a três questões básicas: a) qual a intensidade da interferência na dignidade individual; b) quais os interesses públicos que estão postos para ponderação e; c) qual a finalidade do ato requisitado. Respondendo aos três requisitos, o Tribunal veio a decidir, no caso concreto, que a intensidade de interferência na dignidade individual do sujeito é relativamente de grau pequeno, pois cortar o cabelo ou fazer a barba não diminuem ou objetificam o cidadão enquanto ser humano; que a identificação de um criminoso numa investigação processual é um interesse público com precedência em relação ao ato de cortar o cabelo e fazer a barba e; a finalidade do ato não é a humilhação do sujeito e sim o devido processo legal⁷.

Para Alexy (2015, p. 47), portanto, dignidade humana depende de conceitos teóricos e referências fáticas demonstrando que a autonomia do indivíduo e a razão pura prática kantiana exercem uma força muito grande na compreensão do que de fato são os direitos humanos. Ainda sobre este tema, Alexy (2015, p. 48) define como referências fáticas da dignidade o que denomina de dupla tríade. Para ser caracterizado enquanto destinatário dos direitos humanos e, portanto, possuidor de dignidade o indivíduo deve apresentar: a) sentimento, b) inteligência e; c) consciência. Esta última, se subdivide em outros três aspectos

⁷ Uma das impugnações feitas a este tipo de argumentação é o problema da gradação. Alexy considera que as violações podem ser graduadas em: a) fraca; b) moderada; c) grave e; d) gravíssima. O problema é que a gradação sempre depende de uma referência subjetiva quanto a ocorrência da violação e não há uma concordância objetiva quanto aos critérios de gradação. Logo, a suposta clareza analítica da Teoria dos Princípios e da Ponderação se esvai pelos dedos dos aplicadores.

de consciência: c1) autoconsciência; c2) consciência valorativa e; c3) consciência normativa. Aquele indivíduo que se encaixa nesse arranjo fático pode ser considerado possuidor de dignidade da pessoa humana⁸. Note-se que a concepção moral de Direitos Humanos se funda exclusivamente no aspecto de que os direitos humanos são essencialmente direitos morais e a relação entre eles e a produção legislativa é colocada num plano secundário. De fato, esta posição não é exclusiva e é objeto de amplas críticas do ponto de vista da relação entre Direito e Estado.

De toda sorte, se existem razões suficientes para compreender que a dignidade da pessoa humana é o epicentro do debate sobre a natureza dos direitos humanos e que seu fundamento moral é a autonomia do indivíduo, desde que o exercício dessa autonomia não implique, necessária ou colateralmente, dano a sua própria existência ou a de outros, considera-se que é desproporcional a intervenção do Estado na restrição ao exercício deste direito. No que tange a questão da Política Antidrogas é fácil perceber que medidas austeras que são histórica e culturalmente construídas de modo a associar o traficante e o usuário como inimigos da ordem e da paz (como foi visto no tópico anterior) podem ser, facilmente, compreendidas enquanto uma restrição desproporcional do exercício da autonomia do indivíduo. Este argumento, porém, possui algumas variantes que merecem ser elencadas a contento:

- a) Há uma linha factual entre o que pode sofrer restrição e o que não pode: não se pode generalizar o argumento sustentando de modo a estabelecer que em todas as situações e em todas as hipóteses é autorizado o uso e comercialização de drogas uma vez que existem elementos factuais que

⁸ A partir desta concepção Alexy (2015) defende que o infanticídio em povos indígenas não pode sofrer intervenção do Estado pela incapacidade de o bebê ser destinatário de dignidade por não possuir as três consciências exigidas no terceiro ponto da dupla tríade. Se um bebê não consegue questionar “por que me fazem este mal?”, então ele não seria destinatário da dignidade da pessoa humana. O que esta argumentação kantiana desconsidera é a necessidade de tutela, proteção e responsabilidade sobre determinados grupos em estado de vulnerabilidade, constituindo, portanto, uma verdadeira armadilha em face da concretização dos Direitos Humanos.

devem ser levados em conta no cálculo da ponderação entre restrições constitucionalmente autorizadas e inconstitucionais;

b) Tratamento de Saúde: quando se trata da utilização para fins médicos e terapêuticos não se encontra justificativa racional para proibição, uma vez que o uso e comercialização visam a melhoria da qualidade de vida e, portanto, o exercício da autonomia do indivíduo como forma de garantia da dignidade humana;

c) Uso Recreativo: no que tange a possibilidade de usar para fins de recreação há o estabelecimento de paradigmas com outros tipos de substâncias consideradas como entorpecentes que não se enquadram no rol de substâncias ilícitas, porém, a questão é si, é saber qual o grau de interferência na saúde e no bem estar do indivíduo que está consumindo a substância;

d) Comercialização: do mesmo modo como argumento alhures, já existe precedente nas relações sociais e legais quanto ao uso e a mesma problemática reacende, uma vez que, o estabelecimento do comércio legal somente se valida caso seja comprovada a garantia do menor mau ou menor interferência nos direitos colidentes;

e) Consequências Pessoais e Sociais: é um fato muitas dessas substâncias causam dependência química ou psíquica, desse modo, tal qual como álcool, nicotina, a regulamentação de outras substâncias deve considerar uma política educativa e restritiva quanto às consequências do consumo;

Este é o cenário, portanto, do que se pretende enquanto uma fundamentação filosófica pautada em cima da ideia de Direitos Humanos como Direitos Morais e suas consequências para fins de reconhecimento da inconstitucionalidade do art. 28 da Lei de Drogas e a possibilidade de uso recreativo de maconha no Brasil.

Fundamentação Socioeconômica

Saindo da questão dos fatores filosóficos que implicam a necessidade de garantia da autonomia do indivíduo como forma de defesa de sua dignidade humana, outra perspectiva procura ler a questão da descriminalização das drogas como uma questão socioeconômica. Para Luciana Boiteux (2009, p. 10), o modelo de proibição demonstrou-se falho na medida em que a repressão às drogas se mostrou ineficaz na proteção da saúde da coletividade, a produção aumentou, o consumo permanece sem controle, as drogas de hoje são mais potentes e com efeitos mais danosos ao indivíduo, as penitenciárias e os bairros menos ricos estão lotados de traficantes, além do fato de que o mercado ilícito se demonstra extremamente lucrativo movimentando bilhões de dólares no mundo todo.

Somado a isto estão os contumazes exemplos empíricos de seletividade penal no que tange às políticas repressivas no combate às drogas, uma vez que as penas e sanções aplicadas aos pequenos infratores no crime de tráfico são exacerbadas e desproporcionais à conduta apresentada no caso (BOITEUX, 2009, p. 10). Para Luciana Boiteux (2009, p. 10), a descriminalização se funda nos direitos constitucionais à privacidade, vida privada e liberdade individual das pessoas no ato da disposição do próprio corpo desde que não impacte de modo lesivo em sua saúde, porém, no que tange a *cannabis* existe uma linha de discussão muito grande pois ela é considerada como uma droga leve e de certa aceitação social, além de apresentar risco reduzido à saúde, indicações terapêuticas, menor danosidade em comparação com tabaco e álcool, entre outros.

Para Domiciano Siqueira (2010, p. 66) a questão das drogas no Brasil pode ser enfrentada a partir de três enfoques básicos: a) do ponto de vista da Saúde Pública é uma doença denominada de dependência química; b) do ponto de vista da Justiça trata-se de um delito e; c) do ponto de vista das religiões se

trata de um pecado. Abandonando as duas últimas e mantendo-se a primeira, entende-se que o enfrentamento deve se dar no âmbito do oferecimento de Clínicas Psiquiátricas que ofereçam desde atendimento ambulatorial até internação de pacientes diagnosticados com tal patologia, bem como o oferecimento de políticas preventivas e pedagógicas quanto o uso das substâncias (SIQUEIRA, 2010, p. 66).

Ao se tratar a questão das drogas pelo prisma da Saúde Pública é notório perceber que o diagnóstico de Luciana Boiteux (2009, p. 10) sobre a falência do modelo repressivo no âmbito das políticas criminais, também pode ser aplicado por analogia à Saúde. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Saúde é um direito de todos e um dever do Estado, por esse motivo a legislação (no âmbito das competências concorrentes) estabelece um Sistema Único de Saúde, com regulamentação geral feita pela União, mas com competências sendo exercidas pelos Estados, Municípios e pelo Distrito Federal. Desse modo, o estabelecimento de Políticas Públicas de Saúde para diagnóstico, controle e atendimento de pacientes para atendimento de dependentes químicos é feito e gerenciado pelas Clínicas Psiquiátricas, também chamadas de Clínicas de Reabilitação⁹.

O grande problema então, a ser enfrentado pela atual dinâmica de atendimento para usuários de drogas chama-se desinstitucionalização. Este fenômeno acaba gerando a desassistência de vários pacientes que não possuem condições de arcar com um tratamento completo, considerando que os centros funcionam em hospitais privados e exigem, ou investimento público ou particular, logo, pessoas de baixa renda não conseguem acesso ao tratamento (HIRDES, 2009,

⁹ Acerca deste aspecto a pesquisadora Alice Hirdes (2009, p. 298), relembra que a reforma psiquiátrica brasileira, em amplo progresso desde 1986 e com um derradeiro ato na Conferência Nacional de Saúde Mental de 2001, tem como grande documento regulador a Declaração de Caracas e suas revisões posteriores com um grande enfoque na proteção dos Direitos Humanos e da Cidadania dos portadores de transtornos mentais e a necessidade de construção de serviços alternativos aos hospitais psiquiátricos. Neste desiderato, então, surgem os Centros de Atenção Psicossociais (CAPS) que são mecanismos de descentralização estatal no que tange ao atendimento de saúde voltado para pessoas com patologias mentais (HIRDES, 2009, p. 298).

p. 299). Ainda neste sentido, pelo fato de o enfrentamento ser austero, muito embora clinicamente se diagnostique a dependência química ela não será, em grande parte usada como critério de inimizabilidade e tão somente como argumento para redução da pena. Como consequência o indivíduo não sofrerá medida de segurança e, ainda que sofra, não terá acesso ao tratamento de reabilitação por meio das CAPS.

Caso o artigo 20 da Lei de Drogas seja declarado inconstitucional, no todo ou em parte (especificamente para questão do uso recreativo da maconha), o usuário não será criminalizado pela conduta e poderá ser submetido a um tratamento mais eficaz pois não será obrigado a fazê-lo contra sua vontade própria (violação à sua dignidade humana). Ainda nesse sentido, a discrepância social existente na sociedade brasileira poderia ser enfrentada a partir do foco e atenção em casos que necessariamente devem ser objeto de intervenção médica e não naqueles em que a pretensão punitiva do Estado incida indiretamente na necessidade de correção do comportamento do indivíduo.

Para Moreira (2012, p. 636) o custo social de mais fácil identificação diz respeito à saúde pública, outra questão diz respeito à comparação entre as drogas lícitas e ilícitas, por exemplo, nos Estados Unidos (no período de 1999 à 2000), há mais mortes em decorrência de tabaco e álcool do que pelo consumo de drogas ilícitas (conforme é possível observar a partir da tabela abaixo:

Tabela 1: Causas de mortes nos Estados Unidos em 1999 e 2000

Causa	1990	%	2000	%	Taxa*
Tabaco	400 000	19,0	435 000	18,1	158,02
Dieta inadequada e inatividade física	300 000	14,0	400 000	16,6	145,31
Consumo de álcool	100 000	5,0	85 000	3,5	30,88
Agentes microbiológicos	90 000	4,0	75 000	3,1	27,25
Agentes tóxicos	60 000	3,0	55 000	2,3	19,98
Acidentes de trânsito (veículos a motor)	25 000	1,0	43 000	1,8	15,62
Armas de fogo	35 000	2,0	29 000	1,2	10,53
Comportamento sexual	30 000	1,0	20 000	0,8	7,27
Uso de drogas ilícitas	20 000	<1,0	17 000	0,7	6,18
Total	1 060 000	50,0	1159000	48,2	421,03

Adaptado de Mokad et al. (2004).

* Taxa por 100.000 habitantes em 2000.

Fazendo um transporte para a realidade brasileira a partir apresentação da tabela 2 na qual se pode perceber que a utilização de drogas ilícitas pode somente ser relacionada indiretamente com as principais causas de mortalidade no período de 1991 à 2001:

Tabela 2: Mortalidade por causas externas no Brasil em 1991 e em 2001, taxa por 100 000 hab.

Taxa de mortalidade por causas externas	1991	2001
Homicídios	20,90	27,84
Acidentes de transporte	19,40	17,99
Suicídios	3,50	4,48
Eventos de intenção indeterminada	—	6,67
Demais causas externas	25,60*	13,11
Total	69,50	70,09

* Inclui eventos de intenção indeterminada.

Para Valadares (2019, p. 247), não dá para quantificar com exatidão de quanto seria o benefício em números, o que se pode fazer é tentar estimar de quanto seria esta repercussão econômica positiva com base em pesquisas, e utilizar os dados a partir das apreensões da droga feita todos os dias pelas polícias brasileiras¹⁰.

Novamente, Valadares (2019, p. 248) reafirma que utilizando como base a regulação da lei uruguaia de que só seria permitida a compra de 40 gramas de maconha por mês, e sendo vendida a grama em locais credenciados pelo preço de US\$ 1,20, cada consumidor renderia por mês aos cofres públicos US\$ 48,00 ou US\$ 576,00 por ano. Levando em consideração o valor6 do dólar nos dias de hoje (meados de outubro de 2018) na cifra de R\$ 3,88, seriam R\$ 2.234,88

10 Consoante o artigo realizado pela Convibra,4 os autores do referido conseguiram criar uma fórmula para descobrir os valores nominais e reais referentes a um grama (1g) de Cannabis no Brasil. Tal fórmula utiliza como elementos para realizar o procedimento o: i) estudo da Lei Uruguaia Nº 19.172; ii) estudo sobre o papel do Estado como instituição reguladora, distribuidora e fiscalizadora; iii) identificação do potencial de consumidores; iv) identificação do preço em dólar; v) estudo de indicadores para formação de preço; vi) utilização do método de deflacionamento de séries, para corrigir os valores conforme a inflação do período (VALADARES, 2019, p. 248).

por ano que cada usuário injetaria no mercado, valores estes muito interessantes, levando em consideração o crescente número de usuários da maconha no Brasil.

Como reflexo haveria, também a geração de emprego e aumento na arrecadação de: a) Imposto de Renda; b) Imposto sobre Produtos Industrializados; c) Imposto sobre Propriedade Territorial Rural; d) Imposto sobre Circulação de Mercadorias; e) Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana e, por fim, f) Imposto sobre Serviços Sobre qualquer Natureza (VALADARES, 2019, p. 255).

Conclusões

Como conclusões de nossa pesquisa é possível compreender que:

- a) A gênese da política de drogas no Brasil parte da ideia de que há um enfrentamento, ou, melhor dizendo há um processo de targeting social no qual o indivíduo usuário ou traficante está marcado pelo poder público como um criminoso que deve ser perseguido a todo custo;
- b) Trata-se de um processo de labeling social no qual a autoridade não estabelece um modelo de atuação que habilite a proteção integral da autonomia da vontade do indivíduo enquanto cidadão titular da dignidade da pessoa humana;
- c) No âmbito da tutela da dignidade humana a leitura de que Direitos Humanos são direitos morais implica a adoção de uma perspectiva kantiana acerca da autonomia da vontade;
- d) Considerando a justificação filosófica de Direitos Humanos, autonomia e dignidade humana, qualquer restrição injustificada á autonomia significa uma violação a direitos humanos;
- e) No caso de não haver comprovação de dano objetivo ao indivíduo, risco de saúde, risco de dano objetivo a terceiros ou, ofensa a autonomia de

qualquer outro indivíduo a restrição ao uso recreativo de maconha não se justifica na perspectiva dos Direitos Humanos e sua leitura moral;

f) No âmbito da justificação socioeconômica o uso de drogas é qualificado pela saúde como dependência química e pode ser aplicado como critério de inimputabilidade ou redução da pena;

g) Na impossibilidade de haver um diagnóstico geral e um sistema de saúde capaz atender de modo uniforme e universal todos os cidadãos as desigualdades sociais somente se evidenciaram porque o rico conseguirá atendimento nas CAPS e o pobre será preso ou sofrerá medida de segurança;

h) No âmbito econômico a autorização para uso recreativo de maconha e consequente declaração de inconstitucionalidade no todo ou em parte do art. 28 da lei de drogas consistirá em aumento de oferta de empregos e de recolhimento tributário em decorrência de sua legalização.

Referências

ALEXY, R. Direitos fundamentais no Estado constitucional democrático: para a relação entre direitos do homem. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 217, p. 55-66, jul./set. 1999.

BARROS, André; PERES, Marta. Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas. **Periferia**, v. 3, n. 2, 2011.

BATISTA, Nilo. Política criminal com derramamento de sangue. In.: **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. Nº 20. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997

BATISTA, Nilo. **Todo crime é político**. In.: Caros amigos. Ano VII. No. 77. Agosto/2003, p. 28 a 33

BOITEUX, Luciana. Possibilidades e perspectivas da descriminalização das drogas ilícitas. **Le Monde Diplomatique**, v. 3, n. 26, p. 10-11, 2009.

CARVALHO, Salo de. **A atual política brasileira de drogas: os efeitos do processo eleitoral de 1998**. Texto apresentado na Oficina sobre Drogas do ENED (Encontro Nacional de Estudantes de Direito), realizado na UNISINOS – RS, em Outubro de 1998.

HABERMAS, Jürgen. **Inclusão do outro**. Edições Loyola, 2017.

HIRDES, Alice. A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re) visão. **Ciência & saúde coletiva**, v. 14, p. 297-305, 2009.

HURTADO, Jorge e SILVA, Sdenka. **Museo de la Coca**. La Paz: Icori, 1997.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Paulo Quintela. São Paulo: Abril, 1980. (Coleção Os Pensadores).

KANT, Immanuel. **Prolegômenos a toda metafísica futura**. Lisboa: Edições 70, 1988.

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. Tradução de Edson Bini. Bauru: Edipro, 2003.

KARAM, Maria Lucia. **Pela abolição do sistema penal**. In.: Curso livre de abolicionismo penal. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 77.

MALAGUTI, Vera. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. Instituto Carioca de Criminologia. Coleção Pensamento Criminológico: Volume 2. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1998, p. 88 e 89

MALAGUTI, Vera. Drogas e criminalização da juventude pobre no Rio de Janeiro. In.: **Revista Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade**. Nº. 2. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1996, p. 238.

MARTINS, Vera Lúcia. A política de descriminalização de drogas em Portugal. **Serviço social & sociedade**, p. 332-346, 2013.

MÉDICI, Sérgio de Oliveira. **Tóxicos**, Bauru-SP, Jalovi, 1977

MOREIRA, Luís Fernando. Drogas, economia, tributação e a ética liberal. **Análise social**, v. 47, n. 204, 2012.

OLMO, Rosa del. **A face oculta da droga**. Rio de Janeiro: Revan, 1990

PAES, Alberto de Moraes Papaléo. **Dez ensaios sobre fundamentos do direito: uma fundamentação objetiva e sistemática sobre o conhecimento jurídico**. Editora Dialética, 2023.

PEDRINHA, Roberta Duboc. Notas sobre a política criminal de drogas no Brasil: elementos para uma reflexão crítica. **Rio de Janeiro, RJ: Lúmen Júris. Recuperado de <https://bit.ly/2krcwte>**, 2008.

HURTADO, Jorge e SILVA, Sdenka. **Museo de la Coca**. La Paz: Icori, 1997.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das letras, 2018.

SIQUEIRA, Domiciano. Construindo a descriminalização. **Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas**, p. 65-70, 2010.

VALADARES, Vinicius Carneiro. Repercussão econômica pela tributação advinda de uma eventual legalização da Cannabis no Brasil. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, v. 139, p. 245-258, 2019.

ZACCONE, Orlando. Sistema penal e seletividade punitiva no tráfico de drogas. **Revista Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**. Instituto Carioca de Criminologia, v. 14, p. 181.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Guerra às drogas e letalidade do sistema penal. *Revista da EMERJ*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 63, p. 115-125, 2013.

CAPÍTULO 11

UM RELATO DE PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO PERFORMATIVA NO ENSINO MÉDIO: AMPLIANDO EXPERIÊNCIAS E SENTIDOS EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DO PARANÁ

Mateus Martins Viudes

Doi: 10.48209/978-65-5417-220-B

Introdução

O texto a seguir, apresenta um relato pesquisa, intitulado: “Educação Performativa no Ensino Médio: ampliando experiências e sentidos em uma escola da rede estadual do Paraná” faz parte do mestrado em educação: teoria e prática de ensino, do programa de pós-graduação em educação, da Universidade Federal do Paraná institucionalizado em 2013, que viabiliza proporcionar pesquisas onde professore e pedagogos possam investigar sua própria prática, salientando que a presente pesquisa foi realizada do período de agosto de 2020 a fevereiro de 2023, enfrentando o período da pandemia (Covid-19).

Contudo assim nasceu, com vivências e desejos, essa pesquisa de mestrado, no qual se interessa indagar a seguinte pergunta: quais concepções de corpo podem ser percebidas em jovens que frequentam o ensino médio em um colégio estadual cívico militar no município de São José dos Pinhais-PR?

Discorrer sobre as concepções desses estudantes acerca do que pensam sobre seus corpos no ambiente escolar, partindo dos estudos da Performance na educação, e do que temos nomeado de educação performativa, é o que me move como tema norteador dessa pesquisa, uma vez que investiguei minha própria prática pedagógica, enquanto docente do ensino de arte, pedagogo, e formador de professores da educação básica.

O objetivo geral buscou desvelar os discursos de jovens matriculados no ensino médio de uma escola pública no município de São José dos Pinhais, acerca de como compreendem seus corpos no ambiente escolar.

Os objetivos específicos buscavam: a) investigar por meio dos discursos desses jovens, como eles representam e compreendem seus corpos, dentro da instituição escola; b) potencializar a construção do conceito de Educação Performativa, como recorte teórico potente para a educação de jovens; c) observar os sentidos de corpo presentes em diferentes materialidades audiovisuais produzidas, a partir do trabalho de pesquisa / ação realizada com os jovens no cotidiano escolar.

Nesse sentido, ressalto que a principal teoria que ancora essa investigação: a Educação Performativa que encontra no corpo a sua centralidade e vem sendo desenvolvida pelo grupo de pesquisa labelit/ufpr/cnpq, já mencionado anteriormente, o qual se interessa por uma série de temas vinculados à educação, ao corpo, à estética e às linguagens.

Desenvolvimento

A Educação Performativa se interessa pela centralidade do corpo na educação, se interessa em investigar os processos educacionais que partem da centralidade do corpo, e são desvelados nos e pelos corpos dos sujeitos da educação escolar, ao adotar a Educação Performativa, como ferramenta teórico-metodológica nesta pesquisa, com intuito de desvelar os sentidos de corpos presentes

nos discursos verbais e nas demais materialidades audiovisuais produzidas nas oficinas performáticas.

Com tudo, apresentamos novas possibilidades de olhar para os processos de ensino e de aprendizagem, dentro da escola pública, a ser experienciado por jovens do ensino médio, partindo da premissa de que professor e alunos são corpos em constante performance na educação.

Assim, ao olhar para a realidade a que se está investigando, optou-se pelas concepções que vêm sendo tratadas já há algum tempo pelos estudos da Performance (*performance studies*), abarcando as perspectivas de Richard Schechner, em diálogo com as percepções da pedagogia crítico-performativa de Elyse Pineau, até chegarmos a Educação Performativa.

O corpo enquanto estudo sistematizado na linha de frente das ciências sociais pode ser considerado recente, na década de 60 iniciou-se um processo que pode ser denominado de “desconstrução cultural”, no qual investigações e pesquisas acerca do corpo começam a ganhar espaço.

O final dos anos 1960 assistiu, logicamente e de modo sistemático, a manifestação de abordagens que levaram em consideração, sob diversos ângulos, as modalidades físicas da relação ao ator com o meio social e cultural que o cerca. O corpo faz, assim, sua entrada triunfal nas pesquisas em ciências sociais (...) (le breton, 2012, p. 11-12).

Performance, uma palavra multifacetada que não se esgota, polissêmica, com seus múltiplos efeitos, aqui aproximo-a da performance como ação, movimento, inquietude, execução, criticidade e rebeldia. Por muitas vezes, a Performance ficou atrelada ao campo teatral, comercial ou até mesmo esportivo, neste texto, o nosso recorte parte dos estudos relacionando performance na educação.

A performance é sempre uma experiência e compartilhada, uma multiplicidade de vozes contrastantes na experiência teatral, um jogo de relações com a alteridade que nos modifica e nos intensifica como seres humanos, constituindo a base de novos valores. (pereira, 2013, p. 108).

Para darmos início, é importante entendermos que os estudos da Performance no campo educacional tem sido ampliado por diversos pesquisadores, portanto, é necessário um mapeamento cuidadoso de como esses estudos tem se apresentado no meio científico, quais as suas implicações teóricas e práticas, e os quais são seus principais interlocutores, ou seja, por se tratar de um campo teórico fundado na interdisciplinaridade, é necessário reconhecer os caminhos percorridos até o lugar que se toma no presente texto como educação performativa (GONÇALVES; GABARDO JUNIOR, 2020).

Segundo essa teoria, o corpo é lugar de centralidade, porque é entendido como produtor de discursos e significados (GONÇALVES, OLIVEIRA; 2020). Migrar essas ideias dos estudos da Performance, da educação performativa para o campo da educação básica, no universo do ensino médio, que é o recorte dos sujeitos dessa pesquisa, é uma das justificativas desse trabalho, uma vez que os estudos nessa área, com interesse nos processos educacionais que partem, voltam e centram seu olhar nos significados desses corpos na educação são ainda inéditos. Torna-se assim, importante olharmos de maneira crítica, inovadora e libertadora, para entendermos o pano de fundo do presente texto.

Resultados e Discussão

Realizar uma pesquisa sobre corpo com estudantes do ensino médio, foi um grande desafio, pois foi um processo de descoberta e de grande significado para minha trajetória enquanto educador/professor.

A presente pesquisa realizou-se no colégio estadual cívico militar Shirley Catarina Tamallu, localizado no município de São José dos Pinhais-PR, em uma zona periférica, a coleta de dados aconteceu no segundo semestre de 2021, no qual foram exploradas quatro oficinas com a presença do uso do Corpo/Performance.

Participaram destas oficinas, aproximadamente trinta (30) estudantes do segundo e terceiro ano do ensino médio, divididos em duas turmas. As oficinas aconteceram com duração de aproximadamente 60 minutos cada.

Por fim, as práticas corporais vivenciadas durante todo o processo de pesquisa, gerou um processo de confiança entre pesquisador e estudantes, no qual foi possível ampliar experiências e sentidos, por meio do corpo, dentro da escola.

Figura 1 – Escrita Perfomativa



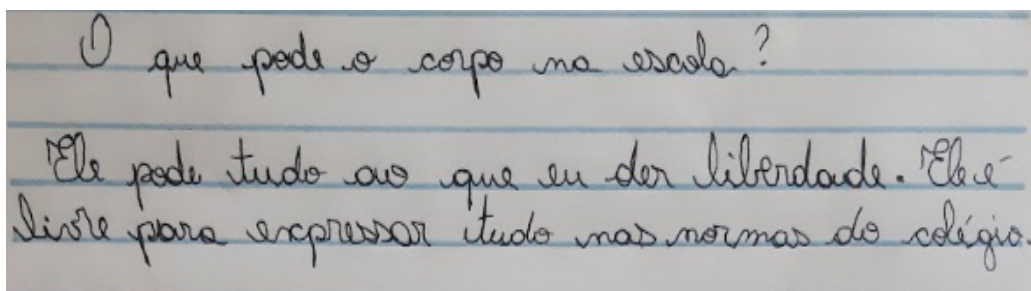
Fonte: Materialidade coletada pelo pesquisador (2021).

Figura 2 – Escrita Perfomativa



Fonte: Materialidade coletada pelo pesquisador (2021).

Figura 3 – Escrita Perfomativa



Fonte: Materialidade coletada pelo pesquisador (2021).

Figura 4 – Práticas Performativas



Fonte: Materialidade coletada pelo pesquisador (2021).

Figura 5 – Práticas Performativas



Fonte: Materialidade coletada pelo pesquisador (2021)

(In) Conclusões

Ressalto que o termo: Educação Performativa cunhado em 2016 pela pesquisadora Michelle Bocchi Gonçalves, em sua tese intitulada: *Performance, Discurso e Educação: (re)construindo sentidos de escola com professores em formação na licenciatura em educação do campo – ciências da natureza*, surge como um norte para um grande avanço nessa temática, pois com tal feito, inicia-se um processo de pesquisas acerca da performance na educação, surgindo o grupo (labelit/ufpr/cnpq) - Laboratório de estudos em Educação Performativa, Linguagem e Teatralidades que não se reduz a uma metodologia, mas sim a um conceito muito mais amplo e possível de ampliação e mutação.

Muitas coisas estão sendo modificadas no mundo ao longo do tempo: as comunicações, as cidades, os meios de produção, a comercialização, o modo de governar e até instituições como a família e a igreja, só a escola muitas vezes continua estagnada. Nas salas de aula, os alunos ficam uns atrás dos outros em filas indianas, olhando, ou a nuca dos companheiros da frente ou a professora/professor e o quadro de giz, o aluno que olha a nuca do companheiro, muitas vezes está apático, distante desmotivado, quando se rebela, é tachado de indisciplinado.

A interdisciplinaridade também deve ser uma prioridade nesse nível de estudo, buscando conexões entre a educação performativa e campos como psicologia, sociologia, antropologia, entre outros. Isso permitiria uma compreensão mais holística e contextualizada do impacto dessa abordagem na formação educacional.

A problematização desse campo emergente é essencial para o avanço contínuo do conhecimento. Isso pode incluir questionamentos sobre possíveis desafios éticos na implementação da Educação Performativa, considerações so-

bre a aceitação e resistência por parte dos educadores e instituições educacionais, e reflexões críticas sobre as implicações de longo prazo dessa abordagem no desenvolvimento acadêmico e social estudantes de forma geral.

Anexo I - Acesso ao Drive

Para acessar as materialidades desenvolvidas nesta pesquisa, basta clicar no link disponível abaixo:

•https://drive.google.com/drive/folders/1G1CUnvksv_O5ii-K-h4YSM99I-iXV4EOS?usp=sharing

Referências

BRETON, L. D. A sociologia do corpo. Petrópolis: Vozes, 2012.

GONÇALVES, M. B.; GABARDO JUNIOR, J. M. Educação performativa: travessias. IN: (orgs) GONÇALVES, J. C.; GARANHANI, M. C.; GONÇALVES, M. B. Linguagem, corpo e estética na educação. 1.ed. São paulo: hucitec, 2020.

GONÇALVES, M. B.; OLIVEIRA, O. B. SENTIDOS DE ESCOLA EM PERFORMANCE: UM ESTUDO NA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO. REVISTA EDUCAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA, V.17, N.49, P.392-411, 2020.

PEREIRA, M. A. Performance docente: sentidos e implicações pedagógicas. In: PEREIRA, M. A. de; Performance e educação: (des)territorializações pedagógicas. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013. p.37-58.

CAPÍTULO 12

LIMITES DO CONSENTIMENTO E O EQUILÍBRIO ENTRE A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Adriane Medianeira Toaldo

Doi: 10.48209/978-65-5417-220-C

Introdução

A tecnologia consiste na criação de soluções para os desafios que a sociedade enfrenta para sua manutenção e para o desenvolvimento econômico e social. Em todas as fases da história humana, técnicas de cultivo, de construção de moradias, de deslocamento, de comunicação e em demais áreas do conhecimento tornaram-se facilitadoras para a afirmação de diferentes civilizações. O impacto da tecnologia sempre foi verificado no crescimento das civilizações e diferentes se destacaram por desenvolver formas específicas de modificação da natureza.

O desenvolvimento tecnológico afeta todas as áreas do conhecimento humano, incidindo na aceleração de processos produtivos, interferindo nas atividades do dia a dia, promovendo mudanças na maneira de realizar as atividades, conectando pessoas e instituições e facilitando a tomada de decisões. Em diversos momentos históricos, pode-se ver como a tecnologia afeta as relações entre as pessoas, os grupos sociais e as estruturas de poder.

No momento contemporâneo, a tecnologia que está impactando mais a vida das pessoas no mundo todo é a inteligência artificial, pela sua capacidade de processamento e de substituição do trabalho humano pelo das máquinas, em uma velocidade muito rápida, cujas consequências ainda são objeto de debate, por ainda não se conhecer o pleno impacto de sua utilização, ainda mais porque ela é capaz de aprender durante sua execução, acumulando e processando informações.

A inteligência artificial, também conhecida como computação cognitiva, é uma tecnologia que permite que um dispositivo eletrônico tome decisões baseadas nas informações processadas e em experiências anteriores, através de um constante aprendizado, com características semelhantes ao processamento que ocorre no cérebro humano, mas de forma mais rápida e dinâmica. Assim, estamos em uma época em que as máquinas estão interagindo com as pessoas e tomando decisões que geram implicações sociais, as quais devem ser analisadas em função dos direitos fundamentais, pois toda ação ou decisão tomadas por estas máquinas afeta de maneira substancial o período em que vive a sociedade atualmente.

A inteligência artificial opera com o processamento de informações que dizem respeito à vida das pessoas e das organizações da sociedade civil, podendo interferir diretamente em suas vidas e em suas decisões, gerando desrespeito aos direitos fundamentais inscritos na Constituição Federal. A sociedade necessita debater o equilíbrio entre a utilização da tecnologia e a garantia de preceitos importantes da dignidade humana.

Paralelo ao desenvolvimento da tecnologia, o aprimoramento dos regimes democráticos também resultou em uma ampliação dos direitos fundamentais, cuja característica maior é o empoderamento do cidadão e da sociedade civil em relação ao Estado, resultando em conjunto de garantias de justiça e paz social. Tanto os direitos individuais e coletivos, como os direitos sociais, os di-

reitos de nacionalidade e os direitos políticos devem ser alvo de proteção para a consecução da dignidade humana como um todo. Esse conjunto de direitos está em risco em função das múltiplas atividades de inteligência artificial.

A utilização da inteligência artificial pode ser extremamente invasiva em sua relação com as pessoas, ferindo princípios constitucionais como a liberdade, a privacidade, a honra, a dignidade e a capacidade de tomar decisões. Nesse sentido, convém questionar quais são os equilíbrios resultantes entre os limites e o consentimento da inteligência artificial e estes direitos fundamentais.

O presente artigo tem como objetivo analisar as implicações da adoção de tecnologia baseada na inteligência artificial em confronto com a preservação dos direitos fundamentais na preservação dos direitos individuais e coletivos, sociais, de nacionalidade e políticos e na garantia da liberdade, privacidade, honra, dignidade e capacidade de tomar decisões.

O método de abordagem deste trabalho é o hipotético-dedutivo, que parte de concepções gerais da sociedade e da legislação para se chegar a conclusões específicas a respeito do tema analisado, ou seja, a dignidade humana e a preservação dos direitos fundamentais em face da utilização da inteligência artificial. O método de procedimento é o método monográfico, que orienta a construção dos textos a serem elaborados. A técnica de pesquisa utilizada é a bibliográfica, através da consulta de autores que subsidiam a coleta de informações e a organização dos textos a serem produzidos, com a consulta em livros, periódicos científicos, legislação e jurisprudência.

A pesquisa científica apresentada neste trabalho estrutura-se a partir de diálogos exploratórios com os autores escolhidos, realizando a construção de um caminho de constantes descobrimentos em uma linha de raciocínio que tem como condão a descoberta de soluções ou proposições para o tema escolhido, ou seja, a interposição de limites ou o equilíbrio nas relações entre a aplicação de técnicas de inteligência artificial com a preservação de direitos fundamentais dentro do Estado Democrático de Direito.

A partir do que foi pautado, questiona-se em que medida a adoção da tecnologia da inteligência artificial fere direitos fundamentais prescritos na Constituição Federal, como a preservação dos direitos individuais e coletivos, sociais, de nacionalidade e políticos e na garantia da liberdade, privacidade, honra, dignidade e capacidade de tomar decisões.

Para procurar responder estas questões, dividiu-se o artigo em dois tópicos interligados, que são a preservação dos direitos fundamentais como premissa da existência de estados democráticos e a inteligência artificial, símbolo do mais recente desenvolvimento tecnológico humano. Em seguida, apresentam-se os resultados e discussões como resultado da interação entre estes dois temas da sociedade contemporânea.

Preservação dos Direitos Fundamentais como Garantia da Existência de Estados Democráticos

O primeiro tópico a ser analisado nesta busca por referenciais constituem os direitos fundamentais, que compreendem um conjunto de garantias que pode ser dividido por categorias. As primeiras, que são os direitos individuais e coletivos, estão ligadas à pessoa humana, ou seja, ao cidadão em si, e à sua personalidade, compreendendo fundamentos como a vida, a igualdade, a dignidade, a segurança, a honra, a liberdade e a propriedade. Na Constituição Brasileira, eles encontram-se dispostos no seu art. 5^o (Brasil, 1988). Ressalta-se que, entre esses direitos assume especial importância o inciso X, que preconiza que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.” (Brasil, 1988).

A intimidade pode ser entendida como a esfera secreta da vida do indivíduo na qual este tem o poder legal de evitar as demais. Ou seja, no direito

1 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...) (Brasil, 1988).

à intimidade são tutelados dois interesses, o de que a intimidade não venha a ser agredida e, ao mesmo tempo, que não venha a ser divulgada. Por sua vez, a honra consiste no conjunto de qualidades que caracterizam a dignidade da pessoa, o respeito dos concidadãos, o bom nome e a reputação. E a imagem diz respeito àquilo que é personalíssimo de cada pessoa (Moraes, 2022).

Recentemente, foi acrescentado ao texto constitucional os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados, em nível de privacidade e de autodeterminação informacional, que oferece a qualquer o cidadão o direito de ter controle sobre as informações que lhe dizem respeito e que cabe a ele a prerrogativa de escolher através de que meios estes dados podem ser compartilhados, tema de relevância quando se fala de inteligência artificial. A LGPD reforça a garantia constitucional dos direitos fundamentais à liberdade, intimidade e privacidade. Em razão de que eventual violação à proteção dos dados pessoais de um indivíduo gera consequências a sua vida íntima, liberdade e privacidade, pois se trata de informações particulares do titular.

A segunda categoria de direitos inclui os direitos sociais, entre os quais estão a educação, a saúde, o trabalho, a previdência social, o lazer, a segurança, à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Estes direitos, na Carta Magna de 1988, estão assegurados no art. 6^o (Brasil, 1988).

A terceira categoria de direitos fundamentais está constituída pelos direitos de nacionalidade, que vinculam a pessoa ao Estado, garantindo a sua proteção e exigindo como contrapartida o cumprimento dos deveres. Os brasileiros podem natos ou naturalizados, conforme dispõe o art. 12 da Constituição Federal de 1988³ (Brasil, 1988).

2 Art. 6^o São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988).

3 a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

Por fim, temos a quarta categoria de direitos fundamentais, que são os direitos políticos, a qual permite que as pessoas exerçam sua cidadania e interfiram nos interesses dos Estado, o que inclui ainda uma categoria específica, que consiste na liberdade de organização e participação em partidos políticos, com autonomia e liberdade plena. Estes direitos estão amplamente regulamentados no Capítulo IV – Dos direitos políticos, na Constituição de 1988, e incluem o direito ao sufrágio universal, ao voto direto e secreto e à participação em plebiscitos, referendos ou iniciativas populares (Brasil, 1988).

Compreende-se os direitos fundamentais como necessários para o bem-estar da população, mas nenhum deles possui caráter absoluto, pois pode haver colisão entre dois ou mais direitos fundamentais e, neste caso, deverá haver um senso de razão e proporcionalidade que demonstrar a necessária prevalência de um direito sobre outro e a possibilidade de sua limitação (Alexy, 2017).

Aspectos Importantes a Respeito da Inteligência Artificial

O segundo ponto de compreensão a respeito de seus fundamentos teóricos neste trabalho diz respeito à inteligência artificial, popularmente conhecida por IA, que consiste em um segmento de aplicação da engenharia da computação que tem como finalidade desenvolver sistemas computacionais com o objetivo de solucionar problemas, utilizando-se de um conjunto de técnicas e modelos para atender demandas específicas, através de algoritmos específicos desenvolvidos (Mello; Mulholland, 2020).

O termo inteligência artificial surgiu na segunda metade do século 20, quando cientistas computacionais começaram seus estudos para verificar a possibilidade de instalar padrões de inteligência que poderiam ser replicadas em

II - naturalizados:

- a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
- b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira. (...) Brasil, 1988).

máquinas. Atualmente, as máquinas são capazes de aumentar a sua própria inteligência e muitos acreditam que elas sejam capazes de dominar o mundo no futuro (Vainzof; Gutierrez, 2021).

A inteligência artificial funciona através de algoritmos, que se constituem uma sequência finita de ações, desenvolvidas pelo programador que resolve, um certo problema, como a necessidade de grandes empresas de selecionar o grande número de ligações de seus clientes em suas centrais de atendimento, procurando minimizar a utilização de atendentes humanas. Tendo acesso aos dados de que necessitam os algoritmos podem realizar qualquer tarefa que seja codificada, permitindo a execução de atividades determinadas. De fato, em muitas situações, as dúvidas dos consumidores são atendidas e/ou resolvidas sem que se precise das pessoas para a solução do problema, dinamizando o atendimento e fornecendo respostas às demandas existentes. Na prática, estes sistemas evitam a contratação massiva de operadores de telemarketing (Gabriel, 2022).

Os algoritmos são eficazes para resolver problemas em diferentes áreas, como a elaboração de cálculos estruturais de uma obra, o processamento de dados financeiros de organizações ou o planejamento de ações integradas de empresas públicas e privadas. Eles podem auxiliar na produção de diagnósticos de saúde, na geração automática de diálogos, no reconhecimento de imagens, gerando um conjunto de informações que são importantes na hora da tomada de decisões, oferecendo possíveis soluções para se encontre a melhor delas a ser utilizada. A eficiência dos algoritmos é aprimorada constantemente através da big data, ou seja, o que popularmente se chama como aprendizado de máquina, quando estes fazem inferência sobre o que vai acontecer com base na detecção de padrões (Taulli, 2020).

Compreende-se, desta forma, a inteligência artificial como um conjunto de modelos, técnicas e tecnologias que fornecem mecanismos de busca, raciocí-

nio lógico e similaridade ao conhecimento humano (porém, sem a criatividade) e proporcionam mecanismos de decisão, percepção e planejamento, capazes de resolver problemas de diferentes naturezas. Salienta-se ainda que a IA também se caracteriza pela sua capacidade de aprender em sua interação com o ser humano, identificando e armazenando características pessoais e coletivas a partir das informações oferecidas. Este é o caso dos assistentes virtuais presentes em muitas residências que reconhecem comandos de voz para realizar diferentes tarefas, como aumentar ou diminuir a luz existente, controlar a temperatura, ligar e desligar aparelhos eletrônicos (Gabriel, 2022).

Resultados e Discussões: Limites e Possibilidades entre Direitos Fundamentais e Inteligência Artificial

Com a revolução tecnológica a partir da criação da rede mundial de computadores, os direitos fundamentais tem alcançado uma nova percepção na atual realidade movimentada pelos algoritmos, incluindo a movimentação de dados e o aprimoramento de inteligências artificiais capazes de tomar decisões, muitas vezes, discriminatórias, sendo necessário que se fortaleçam esses direitos fundamentais dentro da esfera jurídica, como é o caso de Portugal, que preconizou a existência de uma lei avançada para o setor, a Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital (Lei 27/2021, de 17 de maio de 2021), a qual, preconiza, em seu art. 9º, os limites da utilização da inteligência artificial⁴ (Portugal, 2021).

O país europeu, através desse dispositivo, avança no sentido de estabelecer limites de atuação para a atividade digital, que não pode mais ser meramente interpretados a partir de dados quantitativos, mas sim da subjetividade que gera nas relações entre as pessoas e a tecnologia, à medida em que a tecnologia

4 1 - A utilização da inteligência artificial deve ser orientada pelo respeito dos direitos fundamentais, garantindo um justo equilíbrio entre os princípios da explicabilidade, da segurança, da transparência e da responsabilidade, que atenda às circunstâncias de cada caso concreto e estabeleça processos destinados a evitar quaisquer preconceitos e formas de discriminação (Portugal, 2021).

da inteligência artificial tem o poder de desempenhar atividades antes exclusivas do ser humano (Portugal, 2021).

As novas tecnologias existentes possuem a premissa da tomada de decisão em situações de natureza complexa, sendo entendidas como realizações da inteligência artificial, deixando de serem apenas máquinas que fazem cálculos sistematizações ou classificações, passando a agir, em alguns casos, como similares às ações humanas do dia a dia. Essas transformações tecnológicas invadem a rotina das pessoas e afetam direitos fundamentais, o que tem gerado discussões jurídicas sobre o assunto (Vainzof; Gutierrez, 2021).

Tem-se, como exemplo das atividades de inteligência artificial, a capacidade de armazenar, transmitir e circular um considerável conjunto de informações pessoais que geram a vulnerabilidade das pessoas em meio a estas tecnologias, que constituem um terreno fértil para a divulgação de avanços tecnológicos, mas também para retrainir direitos humanos e de personalidade que foram arduamente conquistados no plano real (Taulli, 2020).

Um exemplo recente da utilização indevida da tecnologia invasiva da inteligência artificial são as milícias digitais, que concentram um enorme poder de difusão e persuasão de ideias de grupos políticos, gerando grande vantagem para quem processa esse tipo de informação, em detrimento daqueles que seguem as regras estabelecidas pelo jogo eleitoral. O resultado é um flagrante desrespeito aos direitos políticos dos eleitores, que são condicionados e influenciados pela maior capacidade de interação da propaganda política difundida através da inteligência artificial.

Nesse sentido, torna-se importante que haja uma recontextualização dos direitos fundamentais em função das mudanças provocadas pelas tecnologias à medida em que ocorrem violações no mundo virtual, exigindo um viés interpretativo que vá além da mera transposição dos direitos e garantias da realidade presencial. Há necessidade de que se criem normas direcionadas especifica-

mente para as situações que invocam violações aos direitos fundamentais decorrentes do uso das tecnologias, principalmente da inteligência artificial, ou da interação humana pelo meio tecnológico, no sentido de evitar um conjunto de interpretações que sejam equivocadas, dúbias ou até mesmo omissas (Hartmann, 2020).

Os dados pessoais, por exemplo, são utilizados pelas empresas de alta tecnologia como fonte de informação a ser comercializada, sem a devida autorização dos usuários e muito menos participação nos lucros obtidos com a sua venda, havendo um grande desrespeito pela forma como são armazenados e divulgados, estando à disposição de compradores interessados em oferecer produtos e serviços para públicos segmentados.

A legislação mais recente a respeito de dados pessoais, a Lei Geral de Proteção de dados (Brasil, 2018) considera os dados pessoais como uma extensão de seu titular, devendo ser protegidos e sua utilização no mundo tecnológico ganha novas nuances que precisam ser enfrentadas por legislações mais condizentes com essa realidade. Sabe-se que os algoritmos conseguem fazer mapeamentos de personalidades, organizando-os em grupos de interesse invadindo um campo humano protegido pela dignidade humana, que é a privacidade. Assim, de posse desses dados coletados sem a permissão do usuário, as redes sociais vendem a todos que desejam anunciar produtos e serviços uma comunicação segmentada por grupos de interesse (Mello; Mulholland, 2020). Não é por acaso que, logo após a pesquisa por um produto em um site de busca, aparecem anúncios similares nas redes sociais, de forma quase instantânea.

Do ponto de vista jurídico efetivo e objetivo, a proteção dos direitos fundamentais é de competência e ação dos poderes públicos, devendo a estes observarem sua aplicação como parte de seu dever, observando inclusive as ações omissas. Direitos fundamentais constituem garantias vigentes presentes na ordem jurídica concreta, a partir de enunciados constitucionais de cunho

declaratório, que expressam prerrogativas fundamentais do cidadão, devendo ser efetivados através de procedimentos jurídicos ou prevenção de conflitos (Moraes, 2022).

Em relação à inteligência artificial, o descumprimento ou a não observação de direitos fundamentais tem relação com diferentes temas, como a necessidade de garantir uma utilização não discriminatória dessa tecnologia, a exigência de se tratar os dados de forma legal, com direito à proteção da intimidade, e o resultado de ações referentes a decisões que interferiram na vida dos cidadãos (Doneda et al., 2018)

Sobre a não discriminação realizada por ações de inteligência artificial, salientam-se os casos de informações disseminadas por estes instrumentos tecnológicos que resultam em preconceitos contra opções religiosas, sexuais, grupos étnicos ou membros de determinados partidos políticos. A proteção de dados é outro tema de interesse dos direitos fundamentais relacionados com a utilização da inteligência artificial, pois quanto mais a pessoa tiver sua vida invadida e seus dados compartilhados, menor ser a sua privacidade garantida pela legislação (Hartmann, 2020).

Sabe-se que o ambiente digital proporciona um contato imediato e facilitado e a noção de privacidade ganha novos contornos, tornando-se mais frágil e exposta, havendo uma série de ocorrências que afeta os direitos fundamentais. É nesse contexto que a ideia de dignidade humana atinge um novo patamar, com a criação da pessoa digital que, embora se complementem, não se confundem, o que deu margem para que os comportamentos no mundo digital não se comparassem aos do mundo real. É por isso que muitas pessoas pensam que a Internet é uma terra sem leis (Mello; Mulholland, 2020).

No plano real, a dignidade humana configura o núcleo axiológico das constituições das democracias contemporâneas e os direitos fundamentais constituem os dispositivos práticos que geram a garantia da tutela. Apesar da

dignidade humana ser uma conceituação filosófica abstrata, é de fácil entendimento a sua necessidade como pilar de um estado democrático de direito, como bem pontua o art. 1º da Constituição Brasileira de 1988⁵ (Sarlet, 2012; Brasil, 1988).

Dessa forma, entende-se que os direitos fundamentais alcançam a sua efetividade quando estão relacionados com um bem maior, único e universal, a dignidade humana, tendo alguns autores já comparada a dignidade humana como a alma da pessoa e os direitos fundamentais como partes de seu corpo. A alma não teria sentido sem seu corpo e corpo estaria solto e fragmentado sem a sua alma (Alexy, 2017).

Porém, no mundo virtual surgiu uma espécie paralela de existência humana, a qual pressupõe uma dignidade humana digital, que vive em uma realidade diversa, conectada e que irradia efeitos entre si, havendo necessidade de reconhecer esta pessoa digital na extensão de seus direitos, amoldando-se ao que existe no plano físico e constitui o baluarte das constituições contemporâneas. Esta dignidade da pessoa humana digital está voltada para as relações construídas nesse meio, no qual inexistem pessoas físicas, mas apenas extensões da personificação através de dados pessoais, interações e informações disponibilizadas na rede mundial de computadores (Pasqualotto; Munaro; Harnester, 2023).

A dignidade humana digital decorre da existência da pessoa digital que, claramente, se distingue da pessoa real, apesar de que seus relacionamentos, formas de consumo e a forma como obtém as informações são semelhantes. No ambiente digital, há um contato físico instantâneo e facilitado, que, na prática, afasta o contato físico. Como a privacidade no mundo digital ganha novos contornos e percepções, a vida digital se torna mais frágil e exporta e acontecem ocorrências que são capazes de violar os direitos fundamentais, muitos deles

5 Ar. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III – a dignidade da pessoa Humana (Brasil, 1988).

envolvendo ciber crimes. Este é um cenário em que a própria dignidade humana ganha maior elasticidade e passa da pessoa humana para a digital (Guimarães; Alves, 2023).

Nesse sentido, vale a pena repensar o conceito de inteligência como algo essencialmente da natureza humana, mesclada de consciência e de sentimentos. Por sua vez, a inteligência artificial é uma criação humana que tem espelhamento na mente humana, cuja função consiste em realizar determinadas tarefas que lhe são incumbidas. Acontece que os algoritmos passam a tomar decisões sozinhos e a controlar decisões humanas, interferindo no desenvolvimento das pessoas e em suas relações (Gabriel, 2022).

Para organizar juridicamente este novo cenário, deve-se ter a dignidade humana como o centro da organização filosófica do ordenamento jurídico, o que vai incidir em democracias que tenham como característica a utilização da tecnologia, mas condicionada ao princípio basilar da Constituição. A pessoa humana e também a pessoa digital deve estar balizada pela dignidade humana (Sarlet, 2012).

A existência da inteligência artificial divide as opiniões entre as pessoas, pois há aqueles que defendem a sua existência em virtude dos grandes benefícios, ressaltando que não se poderia ter uma sociedade global interconectada sem a sua presença, que facilita muito o dia a dia das pessoas, das organizações e das diferentes esferas públicas e privadas. Entretanto, sua utilização gera muitas críticas em face do seu elevado desenvolvimento e da influência que possui, questionando-se até onde direitos fundamentais estão sendo violados por essa tecnologia.

Os questionamentos existentes englobam várias vertentes. A primeira delas estaria ligada às consequências da implantação destes sistemas para a vida dos indivíduos e das sociedades, quando afetam valores éticos e humanos, prioridades e escolhas. Um exemplo disso está na escolha determinada pelos

algoritmos das redes sociais para que os usuários tenham acesso apenas a determinados assuntos ou relação com um número limitado de pessoas, excluindo a sua liberdade de escolha na recepção e na produção de conhecimentos (Hartmann, 2020).

A segunda vertente de questionamentos engloba o comportamento de tais sistemas, visto que não é possível determinar com exatidão os limites da utilização dessa tecnologia, podendo haver a possibilidade de que essa se torne autônoma na tomada de decisões em relação aos seres humanos. O grande desafio desta vertente consiste em inserir dentro da inteligência artificial um conjunto de normas e valores morais que pudesse embasar as decisões. O tema também envolve a necessidade de governanças adequadas que permitam identificar comportamentos diferentes aos esperados pelo uso de tais tecnologias. A terceira vertente diz respeito ao procedimento ético de projetistas e desenvolvedores, para que estes sejam objeto de uma regulação adequada, cujos projetos de certificação garantam um comportamento adequado das pessoas envolvidas, como é de praxe em diferentes situações (Mello; Mulholland, 2020).

A partir dessas três vertentes, considera-se que os parâmetros de uso da inteligência artificial devem ser orientados pelo respeito aos direitos fundamentais, através da criação de mecanismos que permitam um justo equilíbrio entre a sua necessária utilização, de sua segurança, transparência e reponsabilidade, pois o efeito de sua utilização ultrapassa vetores quantitativos e afeta a subjetividade das relações entre as pessoas e a tecnologia (Guimarães; Alves, 2023).

Deve-se considerar o fato de que a IA possibilita a tomada de decisões em situações complexas, executando atividades que, até então, eram exclusivas da mente humana, passando a ideia de que os computadores podem realizar atividades que se comparam a ações humanas autônomas, interferindo nas decisões humanas, através da apresentação de soluções propostas pelos algoritmos (Vainzof; Gutierrez, 2020).

Nesse sentido, normas direcionadas para as situações que possibilitam violações aos direitos humanos gerados pela tecnologia da IA devem ser criadas, no sentido de garantia da aplicação de preceitos constitucionais e de que se evitem interpretações dúbias ou aplicações equivocadas ou insuficientes para proteger a essência dos direitos fundamentais.

A existência humana está centrada em sua dignidade e a efetividade destes direitos se amplia com a existência da inteligência artificial, visto que as inovações e as transformações não possuem o poder de alterar essa essência. O ser humano passou a ter duas existências paralelas, a física e a virtual, mas ambas interligadas e conectadas pelo que existe de mais importante para si, a sua dignidade (Pasqualotto; Munaro; Harnester, 2023).

Nesse contexto, a dignidade humana física é correlata da dignidade humana digital, embora pareçam ser distintas. O reconhecimento desta concepção leva ao entrelaçamento destes mundos como teoria e como prática, visto que as pessoas se inserem no mundo real, mas também compartilham dados pessoais, interações e informações em redes, com a mesma denotação jurídica em ambos os cenários.

Conclusões

A inteligência artificial já faz parte da vida em sociedade e a tendência é que haja um crescimento de sua utilização nos próximos anos, pois a possibilidade de assimilar e processar informações em tempo recorde aliada à capacidade de aprender pode significar uma revolução na maneira como ocorrem as relações entre pessoas e organizações. Entende-se como benéfica sua utilização, apesar de se estar atento aos seus riscos.

Deve-se estar atento às possibilidades de afronta aos direitos fundamentais, incluindo-se aqui os direitos individuais e coletivos, os direitos sociais, de nacionalidade e de direitos políticos, criando-se normas para sua utilização

que previnam e possibilitem uma boa utilização destas tecnologias em prol do desenvolvimento econômico e social.

A utilização e o desenvolvimento da IA afetam o trabalho, as interações sociais, os cuidados com a saúde, a privacidade, a justiça, a segurança e muitas outras formas de conhecimento humano, exigindo uma abordagem que garanta seu uso seguro, benéfico e justo. Caso não se respeitem os direitos fundamentais na utilização da inteligência artificial, o cidadão estará sujeito aos interesses das grandes empresas de tecnologia que dominam estas atividades, comprometendo seriamente a sua condição de participante ativo do Estado Democrático de Direito. Além disso, os interesses sociais e coletivos estarão sendo suprimidos em prol da vontade destas corporações ou, como predizem os mais pessimistas, no completo domínio do homem pela máquina.

Referências

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018**: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em 27 out. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória n. 869, de 27 de dezembro de 2018**: Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e dá outras providências. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57220361/do1-2018-12-28-medida-provisoria-n-869-de-27-de-dezembro-de-2018-57219992. Acesso em 13 jan. 2024.

DONEDA, Danilo Cesar Maganhoto; MENDES, Laura Schertel; SOUZA, Carlos Affoson Pereira de et al. Considerações iniciais sobre inteligência artificial, ética e autonomia pessoal. **Pensar Revista de Ciências Jurídicas**. Fortaleza, v. 23, n. 4, p. 1-17, out/dez., 2018. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/8257>. Acesso em: 13 jan. 2024.

GABRIEL, Martha. **Inteligência artificial: do zero ao metaverso**. São Paulo: Atlas, 2022.

GUIMARÃES, João Alexandre Silva Alves; ALVES, Rodrigo Vitorino Souza. **Os direitos humanos e a ética na era da inteligência artificial**. Indaiatuba: Foco, 2023.

HARTMANN, Fabiano. **Inteligência artificial e direito: convergência ética e estratégica**. Curitiba: Alteridade, 2020.

MELLO, Ana de Oliveira Frazão Vieira de; MULHOLLAND, Caitin Sampaio. **Inteligência artificial e direito**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

MEDEIROS, Luciano Frontino de. **Inteligência artificial aplicada: uma abordagem introdutória [livro eletrônico]**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2018.

MORAIS, Alexandre de. **Direito constitucional**. São Paulo: Atlas, 2022.

PORTUGAL. Lei n. 27, de 17 de maio de 2021: **Carta portuguesa de direitos humanos na era digital**. Disponível em: https://pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=3446&tabela=leis. Acesso em: 14 jan. 2024.

PASQUALOTO, Adalberto; MUNARO, Andressa; HARNESTER, Gabriel. **Direitos fundamentais na era digital: mercado, consumo e a livre iniciativa**. Londrina: Toth Editora, 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. ed., rev. e atual. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2012.

TAULLI, Tom. **Introdução à inteligência artificial: uma abordagem não técnica**. São Paulo: Novatec Editora, 2020.

VAINZOF, Rony; GUTIERREZ, Andriei Guerrero. **Inteligência artificial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

CAPÍTULO 13

CULTURA, DIVERSIDADE E A PRODUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL: UMA INTRODUÇÃO¹

Marco Antônio Oliveira Lima

Marlus Silva dos Santos

Doi: 10.48209/978-65-5417-220-D

Introdução

No passado, as navegações realizadas entre os séculos XVI e XIX permitiram o contato dos europeus com demais povos. Neste contexto, os estudiosos entendiam que a “[...] cultura servia tanto para diferenciar populações humanas entre si quanto para distinguir o humano de outras formas de animais”. Bem como “[...] era uma palavra usada para expressar a totalidade das características e condições de vida de um povo” (Santos, 2009, p. 29).

Entretanto, o referido conceito de cultura estava envolto por uma aura evolucionista, que fazia questão de distinguir os povos através de uma escala evolutiva, onde os europeus ocupavam o posto mais alto e desenvolvido do

¹ O presente texto já foi publicado nos Anais do III Simpósio Nacional de História da Universidade Estadual de Goiás, realizado na cidade de Iporá, no Estado de Goiás, em Agosto de 2013. Nos referidos anais o texto inicia-se na página 437 e se encerra na página 448. Optou-se por republicá-lo em forma de capítulo, em *e-book*, com o objetivo de ampliar a divulgação da discussão realizada no mesmo. Assim, acredita-se contribuir com as reflexões teóricas no campo dos estudos da cultura, sobretudo nos possíveis diálogos a serem realizados em sala de aula, na Educação Básica, no contexto do Ensino Médio, nas disciplinas do campo das Humanidades, Ciências Naturais e Linguagens.

processo de humanização. Propagar a compreensão de cultura sob esse prisma foi um mecanismo para exercer poder e domínio sobre povos originários de outros continentes como indígenas, africanos, aborígenes, dentre outros.

Santos (2009, p. 31) elucida o que foi afirmado ao dizer que: “[...] a moderna preocupação com cultura nasceu associada tanto a necessidades do conhecimento quanto às realidades da dominação política”.

Ao estudar a cultura de um povo, é necessário observar o contexto social em que a mesma está inserida, para ampliar-se a compreensão e o entendimento ao seu respeito.

Atitudes assim exigem do pesquisador certo cuidado antropológico, ao estudar fenômenos culturais, para que julgamentos sustentados no paradigma etnocêntrico, como aquele praticado por europeus no passado, que afirma de forma preconceituosa que as diferentes culturas encontram-se em estágios diferentes do processo evolutivo, possam ser evitados. De acordo com Santos (2009, p. 12):

Cada cultura é o resultado de uma história particular, e isso inclui também suas relações com outras culturas [...]. Assim, falar, [...] nas etapas humanas da selvageria, barbárie e civilização pode ajudar a entender o aparecimento da sociedade burguesa na Europa, mas não é suficiente para dar conta de culturas que por longo tempo se desenvolveram fora do âmbito dessa civilização.

E ainda, segundo o mesmo autor:

As concepções de evolução linear foram atacadas com a idéia de que cada cultura tem sua própria verdade e que a classificação dessas culturas em escalas hierarquizadas era impossível, dada a multiplicidade de critérios culturais (*Ibidem*, p.14).

Mas, na dinâmica social dos dias atuais, ainda é possível encontrar sujeitos e grupos sociais que compreendem a cultura a partir do etnocentrismo. E o que é pior, através de atos de racismo, violência, preconceitos, estereótipos e *bullying*, geram no contexto social vivido uma onda de barbárie, impedindo que indivíduos de culturas diferentes tenham acesso pleno aos seus direitos civis.

O que leva ao surgimento de desigualdades sociais e em demais escalas geram problemas de múltiplos matizes como a depressão, a baixa autoestima, as incontáveis síndromes, a violência psicológica e física, etc. Fato que prejudica o exercício da democracia por todas as pessoas.

Então, acredita-se ser necessário repensar sobre a cultura, a diversidade e a produção da desigualdade social, através de uma discussão teórico-conceitual e bibliográfica (Minayo, 2004), capaz de estabelecer reflexões que permitam contemplar futuras possibilidades rumo a outro projeto de sociedade, que de fato seja democrática.

Gênese da Cultura

Falar em cultura, diversidade e a produção da desigualdade social exige certa coerência intelectual uma vez que tal discussão não pode ser compreendida distante do conceito de cultura. Nesta perspectiva, o objetivo inicial, será propor reflexões preliminares rumo à compreensão do conceito de cultura.

A cultura, assim como toda e qualquer coisa que o humano criou/cria, teve uma gênese. Há inúmeras teorias que procuram desvendar tal questão. Laraia (2001) cita que estudiosos da paleontologia, atribuem que o surgimento da cultura está atrelado ao estilo de vida adotado por primatas, dentre os antepassados humanos.

Os primatas viviam de forma arborícola, para andar utilizavam o bipedismo, possuíam posição anatômica ereta e constante uso das mãos. Tais características foram decisivas no desenvolvimento do cérebro, da inteligência e da cultura.

Há também pesquisadores que defendem que a criação da cultura é fruto do desenvolvimento/implementação de uma forma de vida orientada por condutas de ordem social, moral e simbólica. Passando assim, da animalidade para a humanidade.

Kroeber *apud* Laraia (2001) diz que a gênese da cultura pode ser entendida como um salto quantitativo dos primatas. Nessa perspectiva, houve um momento histórico em que uma parte dos membros desta espécie passou por uma alteração orgânica que os permitiu aprender, expressar e ensinar.

Contudo, Geertz discordando do salto qualitativo compreende que “[...] a maior parte do crescimento cortical humano foi posterior e não anterior ao início da cultura” (*apud* Laraia, 2001, p. 39). Então, as dimensões biológicas e culturais, presentes no humano, foram formadas ao mesmo tempo.

Nas Trilhas da Cultura

Ha tempos que o mundo desperta a curiosidade humana. Curiosidade esta que o indivíduo homem tentou/tenta explicar a partir do mito, da religião ou da ciência. Nessa jornada rumo ao conhecimento os europeus realizaram, entre os séculos XVI e XIX aproximadamente, navegações com objetivos que vão desde: a) a descoberta de novas terras, colônias, que serviram para sustentar os privilégios da coroa (metrópole); b) interesses econômicos, descoberta de novas rotas comerciais e busca de mão de obra escravizada; c) a implementação de colônias de povoamento, para fugir de conflitos sociais, políticos e religiosos.

As referidas navegações permitiram aos europeus o contato com diferentes povos, sobretudo na América, Ásia, África e Oceania. A partir desses contatos, inúmeros foram os estudos realizados e as teorias elaboradas, dentre elas o determinismo biológico e o determinismo geográfico, para identificar as diferenças entre os europeus, os africanos, os indígenas, os aborígenes, etc. O método de comparação era baseado no modo de vida do observador, em detrimento do modelo de vida do observado (Santos, 2009).

Entretanto, segundo Laraia (2001, p. 17) vê-se que as

[...] diferenças existentes entre os homens, portanto, não podem ser explicadas em termos das limitações que lhes são impostas pelo seu aparato biológico ou pelo seu meio ambiente. A grande qualidade da espécie

humana foi a de romper com suas próprias limitações: um animal frágil, provido de insignificante força física, dominou toda a natureza [...]. Tudo isto porque difere dos outros animais por ser o único que possui cultura.

Nesse contexto, a compreensão de cultura foi utilizada para justificar o racismo, o preconceito, o domínio e a exploração de povos não europeus. Povos que de acordo com os exploradores eram selvagens, bárbaros, atrasados e sub-humanos. Isso permite identificar que a compreensão sobre a cultura estava influenciada pelo etnocentrismo.

A Procura de um Conceito

No passado inúmeras foram às tentativas dos intelectuais em criar um conceito que fosse capaz de denominar a capacidade do humano de produzir, acumular e re-significar o conhecimento; transmiti-lo através da linguagem oral ou corporal; criar arte, através de uma experiência sensível com a realidade; plantar e colher o próprio alimento e domesticar os animais.

Para John Locke (1632-1704) a mente humana era capaz de adquirir conhecimento de forma ilimitada. Jacques Turgot (1727-1781) afirmava que o humano consegue acumular e transmitir o conhecimento aos demais membros de sua espécie. Jean Jacques Rousseau (1712-1778) acreditava que a educação possuía importância singular no processo de passagem do animalesco ao humano. Alfred Kroeber (1876-1960) privilegiava a cultura em detrimento do biológico. Para ele, o animal tornou-se humano devido à cultura (Laraia, 2001).

Entretanto, Edward Tylor (1832-1917), ao utilizar o termo *culture* para designar todas as formas de “[...] conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade [...]” (*apud* Laraia, 2001, p. 18), foi o primeiro sujeito que conseguiu agregar em um único conceito a capacidade humana em criar um saber de ordem material, espiritual ou artística.

Ao elaborar seu conceito de cultura Tylor partiu da teoria da evolução de Darwin, corrente de pensamento muito influente, na Inglaterra, do século XIX. Desse modo, Tylor desenvolveu a sua teoria acreditando que a cultura era natural, inata, integrante à biologia humana. Laraia (2001, p. 22) ao mencionar Tylor em sua obra, afirma que ele entendia a diversidade, uma das múltiplas expressões da cultura, como o “[...] resultado da desigualdade de estágios existentes no processo de evolução”. Diante do exposto, a função da Antropologia seria determinar uma escala evolutiva e civilizatória para compreender o estágio específico de evolução sócio cultural em que cada povo se encontrava. Seu ponto de referência era o modo de vida europeu.

Entretanto, Franz Boas (1858-1949), em contexto posterior, reagindo contra a influência evolucionista atribuiu à história, importante contribuição no desafio de compreender a cultura e suas inúmeras manifestações em cada contexto.

Então, ao invés de ser um elemento natural, biológico e pré-determinado, a cultura é um fenômeno social, criado pelo homem, que expressa a capacidade do mesmo em captar, vivenciar, transmitir, transformar, reelaborar e re-significar a natureza. Seja a sua própria, enquanto membro de uma espécie, ou aquela exterior a si, materializada no meio ambiente em que habita corporalmente, em conjunto com os demais seres vivos (Laraia, 2001).

É por isso que se faz importante, no presente texto, mencionar o pensamento de Santos (2009, p. 35) sobre cultura, quando afirma que ela, ou seja, a cultura são “[...] todas as maneiras de existência humana [...]”, manifestas nos corpos dos sujeitos, nos grupos sociais, nos bairros, nas cidades, nos países, nos continentes, no mundo.

Novas Abordagens sobre Cultura

Sabemos que a história não é estanque, ao contrário é dinâmica. O mesmo acontece com a realidade social, bem como com as tentativas de explicá-la. Assim, teorias vão caindo em desuso, quando não são reformuladas, revistas e atualizadas. Ao mesmo tempo em que outras vão surgindo.

Laraia (2001) lança mão do esquema teórico formulado por Roger Keesing para apresentar as novas abordagens antropológicas que buscam a reformulação do conceito de cultura. A partir do referido esquema, pode-se identificar que há pelo menos duas correntes teóricas, são elas:

a) Cultura como sistema adaptativo: acredita que o humano é um ser vivo que se adapta aos múltiplos contextos, ao cotidiano e aos estímulos vivenciados, através da cultura.

De acordo com essa teoria, a cultura é o resultado de conexões biológicas que demonstra a capacidade evolutiva do humano em um processo de milhões de anos. Logo, este ser vivo foi capaz de lutar por alimento, encontrar abrigo, criar o fogo e assim transformar o meio em que habitava/habita. Dentre os principais intelectuais dessa linha de pensamento destacam-se Leslie White, Sahlins, Harris, Carneiro, Rappaport e Vayda.

b) Teorias idealistas de cultura: subdivide-se em três abordagens:

1) Cultura como sistema cognitivo: defende que a cultura é inerente ao humano, localizada em sua cabeça. Logo, a cultura interage com a inteligência rumo à apreensão de conhecimentos que permitam ao humano relacionar-se com a realidade. Isso pode ser evidenciado através do uso da linguagem. Dentre os seus estudiosos tem-se Goodenough.

2) Cultura como sistemas estruturais: acredita na hipótese da cultura enquanto sistema simbólico, criado pela mente e expressa nas diferentes

manifestações artísticas. Dentre os defensores deste pensamento está Claude Lévi-Strauss.

3) Cultura como sistemas simbólicos: Clifford Geertz é um dos principais representantes teóricos. Para o referido autor não existe um modelo ideal de humano, mas inúmeras formas devido ao fato de que a cultura é múltipla e dinâmica. Desse modo, a cultura apresenta-se como “[...] um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções [...]” para orientar o agir humano. Geertz ainda acrescenta que “[...] todos nascemos com um equipamento para viver mil vidas, mas terminamos no fim tendo vivido uma só!” (Geertz *apud* Laraia, 2001, p. 42).

O Humano sob Influência da Cultura

Após ter-se conceituado a cultura, a partir da exposição das ideias dos vários autores que se apoderaram/apoderam da mesma como objeto de estudo, passar-se-á agora a apresentar como a cultura influencia a vida dos seres humanos em seus diferentes contextos.

As pessoas vivem em um mundo marcado por traços culturais. E esta diversidade influencia a maneira como cada povo irá relacionar-se com a realidade. Mesmo a fisiologia humana, vinculada ao funcionamento do organismo sofre inferências da cultura. Veja-se o riso, todos “[...] os homens riem, mas o fazem de maneira diferente por motivos diversos” (Laraia, 2001, p. 47).

Em outro caso retratado por Laraia (2001) também pode-se identificar a influência da cultura sobre a biologia humana. Essa experiência ocorreu em determinada tribo indígena onde um dos indígenas foi até outro indígena, considerado curador, à procura de cura para os males que afligiam sua saúde corporal. Durante a sessão de libertação dos males, o indígena curador

desenvolveu uma espécie de ritual, fumando charutos, assoprando a fumaça no doente, tentando fazer o mal transferir-se do corpo do doente para o seu.

Para Marcel Mauss (1872-1950), ainda que os humanos façam parte de uma mesma espécie, tais sujeitos utilizam seus corpos de maneiras diferentes. A isso ele denomina de técnica corporal. Então, se “[...] uma criança senta-se à mesa com os cotovelos junto ao corpo e permanece com as mãos nos joelhos, quando não está comendo, ela é inglesa”. E continua, um “[...] jovem francês [...] abre os cotovelos em leque e apóia-os sobre a mesa” (*apud* Laraia, 2001, p. 48).

De Volta ao Início

Nessa etapa, acredita-se ser o momento ideal para retomar o tema que gerou o presente trabalho – cultura, diversidade e a produção da desigualdade social – com o objetivo de refletir sobre as possíveis tensões que podem ser estabelecidas entre tal tema e o etnocentrismo, responsável por atitudes de estereótipo e preconceito em meio a sociedade.

A partir das discussões feitas até o momento, é possível perceber que o humano observa o mundo através de uma ótica cultural, relacionando-se com o mesmo, seja no campo social ou biológico, por um viés que também é cultural.

Todavia, é preciso refletir sobre tal questão para não adotar-se uma postura extrema, onde cada povo ou grupo social passe a considerar que a sua cultura é a correta, e que a dos demais indivíduos está errada. Quando o referido extremismo acontece é denominado de etnocentrismo.

Segundo Ferreira (2004, p. 324) o etnocentrismo pode ser entendido como uma “[...] tendência a considerar as normas e valores da própria sociedade [...] como os modelos de avaliação dos costumes dos demais povos”.

Para Laraia (2001, p. 50-51) o etnocentrismo

[...] é um fenômeno universal. É comum a crença de que a própria sociedade é o centro da humanidade, ou mesmo a sua única expressão. [...] Comportamentos etnocêntricos resultam também em apreciações negativas dos padrões culturais de povos diferentes. Práticas de outros sistemas culturais são catalogadas como absurdas, deprimentes e imorais.

Desse modo, se o etnocentrismo for o paradigma pelo qual se observa, estuda-se e se constitui o debate com relação a diversidade de culturas existentes, a referida atitude poderá levar a criação de estereótipos, que por sua vez produzem o racismo, a violência, a desigualdade social, os preconceitos e conflitos de diferentes matizes.

Se de um lado tem-se o etnocentrismo, do outro é possível identificar uma espécie de total apatia dos integrantes de determinado grupo social em relação à própria cultura. Isso poderá ocorrer pelo fato de que “[...] numa dada situação de crise os membros de uma cultura abandonam a crença [...]” em seus valores e “[...] perdem a motivação que os mantém unidos e vivos” (Laraia, 2001, p. 52).

Diante do que foi apresentado, acredita-se que o atual momento histórico, marcado por fenômenos contemporâneos e complexos como a globalização, a veiculação da informação via internet, a cooperação científica entre pesquisadores de diferentes países, a preservação do meio ambiente, e outros, exige do humano uma posição crítica e um diálogo coerente com a diversidade cultural, tendo em vista a proposição de reflexões rumo à democracia. Condição que nem o etnocentrismo e muito menos a apatia serão capazes de permitir que a humanidade alcance.

Considerações Finais

Uma vez que se buscar a fundamentação teórica e comunicacional em um diálogo crítico com a diversidade, será possível compreender que a cultura, independentemente de onde aconteça, tem a sua própria lógica de existência

atribuída ao seu contexto de origem, pois é dinâmica, está em movimento e em processo de transformação. E que este movimento pode ocorrer por motivos internos ou externos ao grupo (contato com outras culturas).

Sendo assim, Santos (2009, p. 07) contribui com a discussão afirmando que são “[...] complexas as realidades dos agrupamentos humanos e as características que os unem e diferenciam, [...] e a cultura as expressa” (Santos, 2009, p. 07).

E Laraia (2001, p. 60), citando Lévi-Strauss, diz que “[...] ao invés de um contínuo magia, religião e ciência, temos de fato sistemas simultâneos e não-sucessivos na história da humanidade”.

E ainda:

[...] cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir (*Ibidem*, p. 70).

Então, para compreender-se a cultura dos indígenas, dos negros, dos ciganos, dos aborígenes ou de qualquer outro grupo, é preciso que se faça uma leitura antropológica mais ampla – crítica, humanizada, democrática e amparada na diversidade – levando em consideração o movimento da história que originou tal cultura e o contexto social em que a mesma está inserida. Conforme Santos (2009, p. 08):

É preciso relacionar a variedade de procedimentos culturais com os contextos em que são produzidos. Entendido assim, o estudo da cultura contribui no combate a preconceitos, oferecendo uma plataforma firme para o respeito e a dignidade nas relações humanas.

Só assim, ao pautar-se na diversidade, e compreendendo que a cultura é dinâmica, e se difere de um contexto para o outro, acredita-se ser possível romper com o ciclo vicioso denominado etnocentrismo.

Ciclo que expressa estereótipos, gerando por sua vez desigualdades sociais quando pelo preconceito impede aos diferentes indivíduos, presentes na sociedade, de terem pleno acesso aos seus direitos civis por questões étnico-raciais, de gênero, de classe social, de sexualidade, dentre outros.

Romper com o etnocentrismo representa uma das condições necessárias à implementação de reflexões críticas, capazes de trazerem para o debate a criação de diálogos que posteriormente possam desdobrar-se em projetos que contemplem a prática do respeito a todas as pessoas, com vistas a efetivação da cidadania, da democracia e da justiça social.

Referências

FERREIRA, A. B. de H. **Mini Aurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

LARAIA, R. de B. **Cultura**: Um conceito antropológico. 14^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. Versão digital em PDF.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social. In. MINAYO, M. C. de S (Org.) *et al.* **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**. Reimpressão. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2009. Versão digital em PDF.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Gabriella Eldereti Machado

É Licenciada em Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar - Campus Alegrete (2015) e Pedagoga pelo Centro Universitário Facvest - Unifacvest (2020). Especialista Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (2016), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (2018). Atualmente é Discente do Programa de Pós - Graduação em Educação - Doutorado em Educação na Universidade Federal de Santa Maria. Participou do Grupo de Estudo e pesquisa Feministas (UFSM); do Grupo de Estudos em Políticas e Gestão Educacional (IFar - Campus Alegrete); do Grupo de Agroecologia Terra Sul (UFSM). Atualmente participa do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial do Pampa (IFar - Campus Alegrete) e atua como pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Imaginário Social - GEPEIS (UFSM). Trabalha na área da Educação, com ênfase na Formação de Professores e Imaginário Social.

Ivanio Folmer

Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia-PPGGEO/UFSM (2018). Doutor em Geografia-PPGGEO/UFSM (2022). Especialista em Coordenação Pedagógica - FCE - (2023). Participante de diversos projetos Ensino, Pesquisa e Extensão, com as temáticas de Educação no campo; Território; Sujeitos do Campo; Educação Ambiental; Gênero e sexualidade. É professor da Rede Estadual do RS na Área das Humanas - Componente Curricular: Geografia. Foi Tutor EAD no Curso Licenciatura em Educação do Campo UAB/UFSM 2018-2023. É professor Formador da Universidade de Caxias do Sul/ PARFOR 2023. Especializando em Supervisão Escolar - FCE. Integrante do Grupo de Pesquisa Girassol - Grupo de Pesquisa em Agroecologia, Educação do Campo e Inovações Sociais - UFSM; Grupo de Pesquisa em Educação e Território GPET - UFSM e Agricultura e Urbanização na América Latina - USP. É integrante da Academia Luso-Brasileira de Letras do Rio Grande do Sul.

SOBRE OS AUTORES

Angélica Cristina Rhoden

Tem experiência na área de administração, bioeconomia e modelagem de dados. Possui graduação em Gestão do Agronegócio, pela instituição Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, campus Santo Augusto (2016). Bacharelado em Administração de Empresas pela instituição Instituto Brasileiro de Formação (IBF), campus Paraíso do Norte (2020). Possui mestrado acadêmico em Agronegócios pela Universidade Federal de Santa Maria- campus Palmeira das Missões (2018), na linha arranjos organizacionais e competitividade. Possui doutorado em Extensão Rural e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria, na linha dinâmicas econômicas e organizacionais (2023). É especialista em Gestão de Projetos e Tecnologia da Informação, pela instituição Instituto Federal do Rio de Janeiro (2023). Pesquisa e interesse em: empreendedorismo, bioeconomia, sistemas integrados de produção, desenvolvimento regional e territorial. Possui formação pedagógica com foco em metodologias ativas na educação, pela instituição Instituto Federal Sul-rio-grandense (2023).

Atila Barros da Silva

Docente do Curso de Especialização (Lato Sensu), MBA e Pós-Graduação em Inteligência Artificial e Gestão do Conhecimento na Faculdade de Estudos Sociais Aplicados de Viana (FESAV). Mestrado em Educação, UNESA-RJ. Historiador pela Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU-SP). Email: atilafmusp@gmail.com

Alberto de Moraes Papaléo Paes

Doutor em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestre e Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA); Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento para Sociodesenvolvimento da Amazônia (PPGC) e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos Fundamentais (PPGDF) da Universidade da Amazônia (UNAMA); Líder do Grupo de Estudos Direitos Humanos, Sustentabilidade Ambiental e Socioeconomia (DHSAS); Professor da Graduação do Curso de Direito da Universidade da Amazônia (UNAMA); Professor Colaborador do Instituto Teológico Quadrangular da Pedreira (IT-Q-Pedreira); Advogado.
Email: beto.paes@gmail.com

Adriane Medianeira Toaldo

Doutora em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, RS. Atuou como Professora Adjunta do Curso de Direito na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) – Campus Santa Maria.
E-mail: adrianetoaldo@gmail.com.

Jackson Araujo de Sousa

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Email: pesq.jackson.sousa@gmail.com

Jackeline Fernanda Ferreira Ribeiro

Licenciada em Letras/Inglês pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), mestranda em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Interculturalidade (UEG). Email: jackelineffribeiro@gmail.com

Jailton Barreiro da Costa

Acadêmico do 10º do curso de direito da Universidade da Amazônia (UNAMA); Pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos Direitos Humanos, Sustentabilidade Ambiental e Socioeconomia (DHSAS); Estagiário Voluntário no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) Unama; Empreendedor.
Email: jailton.b.costa@gmail.com

João Pedro da Mota

Licenciado em Letras/Inglês pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), mestrando em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Interculturalidade (UEG). Email: joaopedrodamota2018@gmail.com

João Gabriel Fiorentin

Licenciado em Física pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (2023). Durante a graduação fez parte de projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, na maioria voltado para a área de ensino e educação. Atualmente é Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Ensino de Física – Mestrado em Ensino de Física na Universidade Federal de Santa Maria.
Email: joaogfiorentin@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9464715566059313>

Kercia Pompeu da Silva

Email: kerciapompeuadv@outlook.com

Leandro Vieira Cavalcante

Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Email: leandro.cavalcante@ufrn.br

Leandro Blass

Graduado em Licenciatura Matemática pela Unijuí (2008), Mestre em Modelagem Matemática pela Unijuí (2011) e Doutor em Modelagem Computacional pela UERJ (2015). Professor Adjunto D do curso de Licenciatura Matemática da (UNIPAMPA), e Líder do grupo de pesquisa G.A.M.A - Grupo de Pesquisa sobre Aprendizagens, Metodologias e Avaliação e pesquisa nos diferentes temas: Metodologias ativas, uso de tecnologias, rubricas avaliativas e estatística aplicada.

Mateus Martins Viudes

Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino. Email: viudes.mateus@hotmail.com

Marco Antônio Oliveira Lima

Graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão (2006), atual Universidade Federal de Catalão - UFCat. Mestre e Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCGO, na linha Educação, Sociedade e Cultura. Professor de Educação Física, no IFG Campus Águas Lindas de Goiás, em Águas Lindas de Goiás. E-mail: marcobasquetebol@gmailcom

Marlus Silva dos Santos

Graduação em História pela Universidade Estadual de Goiás (2012). Licenciado em Filosofia (2015). Especialista em Docência no Ensino Superior, Especialista em História do Brasil (2022) Mestre em Ciências Sociais e Humanidades pelo programa Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (2015), na Universidade Estadual de Goiás. Doutorando em Comunicação pelo PP-GCom da Universidade Federal de Goiás (2022). Professor do Centro Universitário Brasília de Goiás (UniBRASÍLIA). Professor na educação básica das disciplinas História, Filosofia e Sociologia no Colégio Machado de Assis. Orientador da área de Sociologia no Núcleo de Estudos Sócio Antropológicos - NECS. Professor tutor do Núcleo de Ensino a Distância (NEaD) do Centro Universitário Brasília de Goiás - UniBRASÍLIA. Atualmente desenvolve pesquisa acerca da relação entre Jornalismo e Cinema, Parecerista da revista Brazil Publishing. Experiência na gestão educacional como Diretor Pedagógico do Colégio Ápice, São Luís de Montes Belos - Goiás. E-mail: marlustmpr@hotmail.com

Rodrigo Duarte Faccin

Talita Sauer Medeiros

Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em História Social pela UNESP e Especialista em História e Patrimônio pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Licenciada em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Email: talitasauer2@gmail.com



Debates

Contemporâneos:

Temas interdisciplinares

Vol: 13

www.arcoeditores.com
contato@arcoeditores.com
(55)99723-4952

ARCO
EDITORES ● ● ●